DESDE 1932
EDIÇÃO 25.091

DIÁRIO DO COMÉRCIO

Fundador:
José Costa
Presidente:
Adriana Costa Muls

diariodocomercio.com.br | Belo Horizonte, quinta-feira, 30 de maio, a segunda-feira, 3 de junho de 2024 | R$ 3,50

Lagoinha aposta na revitalização por meio da economia criativa

Tradicional reduto boêmio e cultural de Belo Horizonte precisa de parceria dos setores público e privado

Isolada da região central após seguidas e impactantes intervenções urbanas, o tradicional bairro da Lagoinha, reduto cultural e boêmio de Belo Horizonte, busca uma revitalização por meio da economia criativa, que ganha força com o envolvimento da comunidade e de movimentos sociais. Para os empreendedores, a resistência é significativa. Os profissionais da região necessitam de constantes adaptações para manter os negócios em movimento e, ao mesmo tempo, estão engajados em uma efetiva transformação.

Apesar da proximidade de localização, o rompimento do eixo centro-bairro e o descaso do poder público levou a Lagoinha a um processo de degradação. A sensação de abandono trafega nas principais vias do bairro. A recuperação da região, conforme a analista do Sebrae Minas, Nayara Bernardes, exige uma colaboração entre os setores público, privado e terceiro setor. A especialista argumenta que a economia criativa, por trabalhar com aspectos relacionados à cultura e identidade, é capaz de se transformar também em uma importante âncora para o senso de pertencimento. **Págs. 13 e 14**

REPRODUÇÃO / GOOGLE MAPS

A comunidade e os movimentos sociais da Lagoinha estão engajados para reverter o processo de degradação e abandono do bairro

Indústrias mineiras planejam investir em 2024

Sondagem especial da Fiemg aponta que foco principal será a melhoria do processo produtivo **Pág. 3**

MG tem saldo positivo de 25,9 mil empregos

Minas Gerais registrou superávit de 25,9 mil empregos com carteira assinada em abril. De acordo com o Caged, no primeiro quadrimestre deste ano, o Estado acumula o saldo positivo de 114 mil postos formais de trabalho. Em abril, a geração de vagas foi liderada pelo setor de serviços (12,8 mil), seguido por construção (5,1 mil), indústria (3,7 mil), agropecuária (2,1 mil) e comércio (2,1 mil). O desempenho do mercado de trabalho mineiro foi o segundo melhor para abril desde 2020. O resultado também foi o segundo maior em todo o Brasil, atrás somente de São Paulo, que abriu 76,3 mil empregos. **Pág. 5**

DIÁRIO DO COMÉRCIO/ ARQUIVO / CHARLES SILVA DUARTE

A construção gerou 5,1 mil vagas em abril no Estado

Copasa obtém linha de crédito de R$ 1,12 bi

A Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa) terá acesso a uma linha de crédito de 200 milhões de euros, valor correspondente a R$ 1,12 bilhão, da Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) para acelerar a universalização do saneamento em Minas Gerais. A companhia planeja destinar os recursos para o financiamento de ações e obras de melhoria nos sistemas de abastecimento de água e de ampliação da rede de tratamento e coleta de esgoto em todos os municípios atendidos pela empresa no Estado, até 2027. A estatal conta com 638 concessões municipais de água e 309 de esgoto no território mineiro. **Pág. 10**

DIVULGAÇÃO / COPASA

A Copasa deverá investir em abastecimento de água

Dia Mundial do Leite mobiliza todo o setor

Com volume de 9,5 bilhões de litros por ano, Minas Gerais é o maior produtor nacional de leite, respondendo por 27% do total. O Dia Mundial do Leite é celebrado em 1º de junho, quando são realizados eventos que estimulam o consumo e ressaltam a importância do produto para a economia e para a saúde. A data também chama a atenção para os gargalos enfrentados pelo setor, como o aumento das importações de leite. O Estado também detém o maior rebanho de vacas ordenhadas do País, com 3,1 milhões de animais. Entre os maiores municípios produtores estão Patos de Minas, Patrocínio, Lagoa Formosa, Coromandel e Pompéu. **Pág. 12**

DIÁRIO DO COMÉRCIO/ ARQUIVO / ALISSON J. SILVA

MG tem maior rebanho de vacas ordenhadas do País

ARTIGOS

Págs. 2 e 3

Liderança em tempos de crise
(Roberto Vilela)

Regras para as plataformas
(Cesar Vanucci)

Uma lição de solidariedade
(Sabrina de Menezes)

ANTT aprova nova concessão da BR-040 entre BH e Cristalina

A Diretoria Colegiada da ANTT aprovou na quarta-feira (29) o edital para mudança na concessão de 594,8 quilômetros da BR-040 entre Belo Horizonte e Cristalina (GO). A previsão é de investimentos de R$ 12 bilhões em 30 anos. A rodovia está sob responsabilidade da Via 040, que se limita à manutenção e à operação essencial do trecho. O edital será publicado no DOU na segunda-feira (3), com previsão de leilão para 26 de setembro. **Pág. 9**

Vendas de consórcio crescem 21% no País no 1º quadrimestre

As vendas de consórcio no Brasil atingiram R$ 108,6 bilhões de janeiro a abril, com crescimento de 21% frente ao mesmo período de 2023. A comercialização de cotas aumentou 4,7% no primeiro quadrimestre, atingindo 1,35 milhão de adesões. Segundo a Abac, a demanda maior foi por veículos leves, com 551,3 mil adesões. As motocicletas responderam por 421,7 mil; os imóveis, por 266,3 mil; e os veículos pesados, por 76,32 mill. **Pág. 18**

EDITORIAL

A extensão dos danos causados pelas inundações no Rio Grande do Sul muito provavelmente não encontrará paralelo no passado naquele Estado ou em qualquer outro ponto do território nacional. Eis a dimensão da tragédia que roubou vidas, deixou centenas de milhares de pessoas desabrigadas, além de produzir danos econômicos igualmente sem paralelo, com as atividades produtivas no Estado praticamente paralisadas há quase um mês. Prosseguir sem perder o ânimo e a disposição para a tarefa de, primeiro, assistir e suportar a todos que buscam acolhimento e atenção para, na sequência, fazer o melhor na recuperação e reconstrução do que foi perdido, é a postura esperada e desejável. Tudo isso sentindo que este esforço coletivo pode também devolver a identidade comum à maioria dos brasileiros. **Pág. 2**

Dólar - dia 29	Compra	Venda
Comercial	R$ 5,2080	R$ 5,2080
Turismo	R$ 5,2320	R$ 5,4120
Ptax (BC)	R$ 5,1966	R$ 5,1972

Euro - dia 29	
Compra: R$ 5,6175	Venda: R$ 5,6187

Ouro - dia 29	
Nova York (onça-troy):	US$ 2.338,59
BM&F (g):	R$ 390,72

Indicador	
TR (dia 3)	0,0521%
Poupança (dia 3)	0,5524%
IPCA-IBGE (Abril)	0,38%
IPCA-Ipead (Abril)	0,24%
IGP-M (Abril)	0,31%

BOVESPA	23/05	24/05	27/05	28/05	29/05
	-0,73	-0,34	+0,15	-0,58	-0,87

Liderança em tempos de crise

ROBERTO VILELA*

O papel da liderança é um tema que nunca sai de pauta e ganha nova ênfase a cada situação que atrai os holofotes por envolver a gestão de grandes organizações. O caso mais recente é o da semana de seis dias adotada pela Samsung para os seus executivos na Coreia do Sul. Para além da discussão se isso é bom ou não e se a criação dessa "sensação de crise" - como foi definida pela própria multinacional - gerará o resultado esperado, meu foco aqui é destacar a responsabilidade que o posto de líder carrega consigo em qualquer situação ou lugar.

A Samsung tomou essa decisão diante do baixo desempenho de suas principais unidades, o que teve forte influência de fatores externos, vale pontuar. Mas, no mundo corporativo não há espaço para desculpas, é preciso agir! O objetivo, segundo a companhia, é que o prejuízo possa ser superado através do maior esforço empregado por todos, a começar pelas lideranças, que devem puxar essa onda de melhoria.

Em qualquer situação de crise alguém sempre precisará tomar a frente, assumir responsabilidades, pagar um pouco mais caro e guiar os demais para a solução. A esse personagem damos o nome de líder. Um tipo de cargo não mais tão desejado pelas gerações atuais como foi outrora, o que gerou nos últimos anos um verdadeiro apagão de lideranças. E o alto grau de responsabilidade inerente ao posto é um dos motivos que tem desencorajado os mais jovens a vislumbrar esse tipo de progressão na carreira, não por simples falta de vontade de se esforçar mais, mas pelas novas perspectivas de sucesso que estão sendo formadas.

O compromisso com a prosperidade dos negócios, a responsabilidade por puxar o desenvolvimento da equipe nos momentos favoráveis e de contornar as situações desfavoráveis, assim como de saber compreender o momento que a empresa enfrenta e buscar soluções conseguindo trazer a equipe para junto, mas principalmente, entender o poder do exemplo, sempre foram prerrogativas da liderança. O jogador que levanta a taça não é escolhido a esmo, antes disso ele precisou provar sua capacidade de instruir e motivar os demais. Da mesma forma, a liderança corporativa de fato não é para todos, mas para quem tem ou pode desenvolver a capacidade de tomar a frente em todas as situações.

De nada adianta exigir mais produtividade dos postos que estão abaixo, sem que haja alguém os direcionando. Toda e qualquer filosofia corporativa precisa ser iniciada pelos executivos, para depois ser implementada aos demais. E, neste caso, não me refiro apenas e simplesmente ao tempo dedicado ao trabalho, mas à qualidade do que é entregue, assim como a consciência dos objetivos e comprometimento com o alcance deles.

O exemplo da Samsung mostra que, acima de tudo, a postura de comprometimento com o negócio, independentemente do desafio e se há concordância pessoal com o proposto, precisa vir da liderança. O exemplo arrasta, especialmente em momentos que podem ser decisivos para a continuidade de um negócio. É a postura do líder e o seu próprio compromisso com a melhoria, que vai fazer a diferença no engajamento do time.

**Consultor empresarial e estrategista de negócios*

Regras para as plataformas

CESAR VANUCCI*

"O ambiente "praticamente desregulado" no qual as plataformas digitais operam cria uma competição injusta e desleal." (Juscelino Filho, Ministro das comunicações.)

1) A tragédia climática no Rio Grande do Sul eclipsou a divulgação de fatos relevantes, de acontecimentos de grande interesse comunitário. É o caso de um encontro ocorrido nos Estados Unidos que reuniu representantes de órgãos de comunicação social nas diferentes modalidades de todos os países das Américas. O escopo do conclave foi avaliar as consequências e riscos para a sociedade humana e atividades jornalísticas dos desvios e deturpações oriundos do uso desregrado da internet e da Inteligência Artificial (IA). Ficou assentada como decisão categórica dos periodistas a necessidade imperiosa e urgente de a governança mundial estabelecer rígidos critérios para a operacionalização das plataformas digitais. As normas almejadas contemplam o combate permanente, com sanções eficazes, às fake news, às invasões de propriedades intelectuais e concorrência publicitária desleal. Enfim, uma ação envolvente, de amplitude para colocar termo em procedimentos que têm causado danos incalculáveis aos seres humanos, às instituições pelos desatinos cometidos por setores descompromissados, por fanatice ideológica e avidez por ganhos materiais, com o bem-estar social.

2) Diabruras de Milei - O imprevisível Javier Milei, presidente da Argentina, acaba de provocar mais um entrevero diplomático. Participou em Madrid de um encontro de extremistas políticos saudosistas do regime do "generalíssimo Franco". Agrediu verbalmente a esposa do primeiro- ministro espanhol, Pedro Sanchez, acusando-a de corrupta. Não deu outra: o governo espanhol exigiu que Milei se retratasse e, diante de sua recusa, ordenou o fechamento da embaixada espanhola em Buenos Aires. A descabida atitude, ferindo em cheio a ética diplomática, está sendo bastante criticada na própria Argentina, até mesmo em círculos ligados ao governo. Os investimentos espanhóis na economia argentina são bem volumosos. Os críticos das posturas costumeiramente insólitas de Milei estão levantando a hipótese de que o ocupante da Casa Rosada foi mal aconselhado, dessa feita, pelo seu "saudoso" cão de estimação, com o qual segundo ele próprio admite, mantém contatos de natureza mediúnica. No lançamento recente de um livro, o dirigente portenho brindou a plateia com um recital de canto, mostrando outra faceta de seus "predicados". Com seis meses de mandato, Milei já entrou em rota de colisão, por conta de incontinências verbais, com os presidentes do México, Colômbia, Chile, Brasil, com o primeiro- ministro espanhol, além do Papa Francisco, seu compatriota. Dias atrás, a revista "Times", anotando que entre outras coisas Milei se vangloria de ser instrutor de sexo tântrico, classificou-o de radical e de excêntrico, o governante mais excêntrico da atualidade. Enquanto isso, as promessas de tornar a Argentina "uma superpotência" vão se esboroando diante da realidade de uma governança sem rumos claros. O índice de inflação está nas alturas dos 400%, o dólar vale quase 2 mil pesos, o declínio na taxa de desemprego mostra-se a cada dia mais avassalador. Com a economia em frangalhos, os vestígios de pobreza coletiva se fazem mais visíveis do que nunca.

3) Triste sina – triste a sina da política carioca! Nos últimos anos, seguidamente, 7 governadores do Rio de Janeiro tiveram seus mandatos cassados. Pelo apertado placar de 4x3, em julgamento ocorrido no TRE, o atual governador, Claudio Castro, escapou por pouco de ser o oitavo da lista. A acusação movida pelo Ministério Público contra ele, seu vice e o presidente da Assembleia Legislativa será agora examinada, em grau de recurso, pelo TSE. Segundo a denúncia, na véspera eleitoral, dois órgãos da administração estadual nomearam 28 mil pessoas que teriam atuado como cabos eleitorais...

**Jornalista (cantonios1@yahoo.com)*

DESTAQUES DA SEMANA

ALEXANDRE HORÁCIO, EDITOR

Comércio varejista precisa se adaptar às mudanças climáticas

As mudanças climáticas desafiam a indústria e o comércio varejista. A predominância de dias mais quentes ao longo do ano, com ondas de calor e pouco frio, obrigam os empresários, principalmente do segmento de vestuário, a adaptarem ao cenário de temperaturas mais elevadas. O professor de economia do Ibmec BH, Luiz Carlos Gama, ressalta que as roupas de inverno têm um maior valor agregado e são destinadas a presentes em datas comemorativas, como o Dia dos Namorados.

Gerdau paralisa usina em Barão de Cocais

A Gerdau suspende as atividades da usina de Barão de Cocais, na região Central de Minas Gerais. A siderúrgica informou que está implementando "a hibernação da unidade", o que resultará na paralisação das operações. A companhia gaúcha afirmou, em nota enviada à reportagem, que a decisão foi resultado de uma profunda análise da competitividade da planta em relação às condições do mercado de aço no Brasil.

Linha 2 do metrô poderá iniciar operações em 2028

A construção da Linha 2 do metrô de Belo Horizonte, que ligará o bairro Nova Suíça ao Barreiro, deve ser iniciada em setembro e as operações estão previstas para começar no primeiro trimestre de 2028, antes do cronograma previsto em contrato (2029). O anúncio foi feito na terça-feira (28), durante evento que celebrou a compra de 24 novos trens pela concessionária Metrô BH, do Grupo Comporte.

DIÁRIO DO COMÉRCIO

Diário do Comércio Empresa Jornalística Ltda.

Fundado em 18 de outubro de 1932
Fundador: José Costa

Presidente do Conselho Gestor
Luiz Carlos Motta Costa
conselho@diariodocomercio.com.br

Presidente e Diretora Editorial
Adriana Muls
adriana.muls@diariodocomercio.com.br

Diretor Executivo
Yvan Muls
yvan.muls@diariodocomercio.com.br

Conselho Consultivo
Enio Coradi, Tiago Fantini Magalhães e Antonieta Rossi

Conselho Editorial
Adriana Machado - Claudio de Moura Castro
Lindolfo Paoliello - Luiz Michalick
Mônica Cordeiro - Teodomiro Diniz

Lições que vêm do Sul

A extensão dos danos causados pelas inundações no Rio Grande do Sul muito provavelmente não encontrará paralelo no passado naquele Estado ou em qualquer outro ponto do território nacional. Eis a dimensão da tragédia que roubou vidas, deixou centenas de milhares de pessoas desabrigadas, além de produzir danos econômicos igualmente sem paralelo, com as atividades produtivas no Estado praticamente paralisadas há quase um mês. Como é sabido, as reações ao acontecido foram imediatas, provocando em todo o País movimentos de apoio e solidariedade também sem precedentes. Essa vasta rede, que vai muito além das doações de alimentos ou vestimentas, exibe, conforme já foi dito neste espaço, a melhor face dos brasileiros assim como deixa perceber que as divisões internas podem sim ser apagadas e superadas, numa depuração que pode estar no seu momento inicial.

Trata-se de enxergar, de perceber a força positiva contida nos acontecimentos que ajudaram os brasileiros a reencontrar sua melhor face, porém sem deixar de apontar os que ainda teimam em caminhar na direção contrária. Dos saqueadores, gentalha que não tem qualificação e caminha na órbita da criminalidade, assim como aproveitadores de ocasião, estes provocando espanto e indignação, sobretudo, pela vinculação direta com o mundo político.

> *Como é sabido, as reações ao acontecido foram imediatas, provocando em todo o País movimentos de apoio e solidariedade também sem precedentes*

Gente que ajudou e ajuda a espalhar notícias falsas, gente que não se comove com a desgraça alheia e dela busca tirar partido a qualquer custo. Como no caso há pouco denunciado de políticos que tentaram manipular a distribuição de doações buscando com esses movimentos deles retirar proveito.Chama atenção igualmente casos em que doações, de água inclusive, chegaram a ser comercializadas.

Neste lado negro, tão triste e tão doloroso, o que mais espanta é justamente a vinculação com a órbita política, mostrando até que ponto são capazes de chegar pessoas que se movimentam no espaço público e político nele transitando sem qualquer sensibilidade ou noção do sentido maior daquilo a que se propõem. Tudo isso para exibir uma vez mais quão rasteira pode se tornar a atividade um dia definida como a mais nobre entre todas de que podem se ocupar os humanos. Estamos todos diante, afinal, daquilo que de melhor e de pior somos capazes de fazer, uma lição a mais que nos chega do Rio Grande do Sul, inclusive, ou sobretudo, com as muitas evidências de que o bem pode ser mais forte, trazendo o conforto tão necessário neste momento.

Prosseguir sem perder o ânimo e a disposição para a tarefa de, primeiro, assistir e suportar a todos que buscam acolhimento e atenção para, na sequência, fazer o melhor na recuperação e reconstrução do que foi perdido, é a postura esperada e desejável. Tudo isso sentindo que este esforço coletivo pode também devolver a identidade comum à maioria dos brasileiros, livres de divisões artificiais e que não tem amparo nos objetivos maiores que verdadeiramente nos identificam. Tanto quando podem nos inspirar e motivar.

Diário do Comércio Empresa Jornalística Ltda.
Av. Américo Vespúcio, 1.660
CEP 31.230-250 - Caixa Postal: 456

REDAÇÃO

Editora-Executiva
Luciana Montes

Editores
Alexandre Horácio, Rafael Tomaz, Clério Fernandes, Cláudia Duarte

pauta@diariodocomercio.com.br

TELEFONES

Atendimento Geral:	3469-2000
Administração:	3469-2004
Redação:	3469-2040
Comercial:	3469-2007

INDUSTRIAL

Gerência: Manoel Evandro	3469-2085
Departamento de Arte:	3469-2092

COMERCIAL
comercial@diariodocomercio.com.br

ASSINATURAS (IMPRESSO + DIGITAL)
Semestral:
Belo Horizonte, Região Metropolitana............................. R$ 396,90
Demais regiões, consulte nossa Central de Atendimento.
Anual:
Belo Horizonte, Região Metropolitana............................. R$ 793,80
Demais regiões, consulte nossa Central de Atendimento.
Preço do exemplar avulso.. R$ 3,50
(+ valor de postagem)

ASSINATURAS
assinaturas@diariodocomercio.com.br

DIÁRIO DO COMÉRCIO
Filiado à
ANJ Associação Nacional de Jornais
SINDIJORI
Siga-nos nas redes sociais

Uma lição de solidariedade

SABRINA DE MENEZES*

"O mineiro só é solidário no câncer". A frase que Nelson Rodrigues atribuía a Otto Lara Resende, que refutava a autoria, indicava que eram as situações extremas que levavam alguns a se importar com os out ros. Como mineira, tenho minha própria opinião sobre essa afirmação, mas concorde ou não com essa fala, é fato que em situações de emergência as pessoas se mobilizam e buscam oferecer ajuda. Roupas, alimentos, dinheiro ou, simplesmente, tempo. A tragédia no Rio Grande do Sul é mais um exemplo. Em poucos minutos olhando as notícias ou as redes sociais, o que sobressai ao sofrimento são os exemplos de voluntários achando formas de aliviar o impacto.

Como gestora de gente em uma companhia que cuida de gente, estou sempre envolvida em ações de voluntariado. Isso porque a tendência natural de quem trabalha sem medir esforços é oferecer uma solução, é querer que tudo se restabeleça e que as pessoas tenham uma vida normal com o básico de que precisam. Os colaboradores dessa companhia se colocam do lado da solução. Se mobilizam e se organizam rápido, priorizando e otimizando recursos, procurando uma forma de se envolver e ajudar. Esse modo de agir é guiado por valores que vão ao encontro dos da companhia. Não entregamos apenas saneamento: somos um time que viabiliza o futuro através do cuidado com vidas.

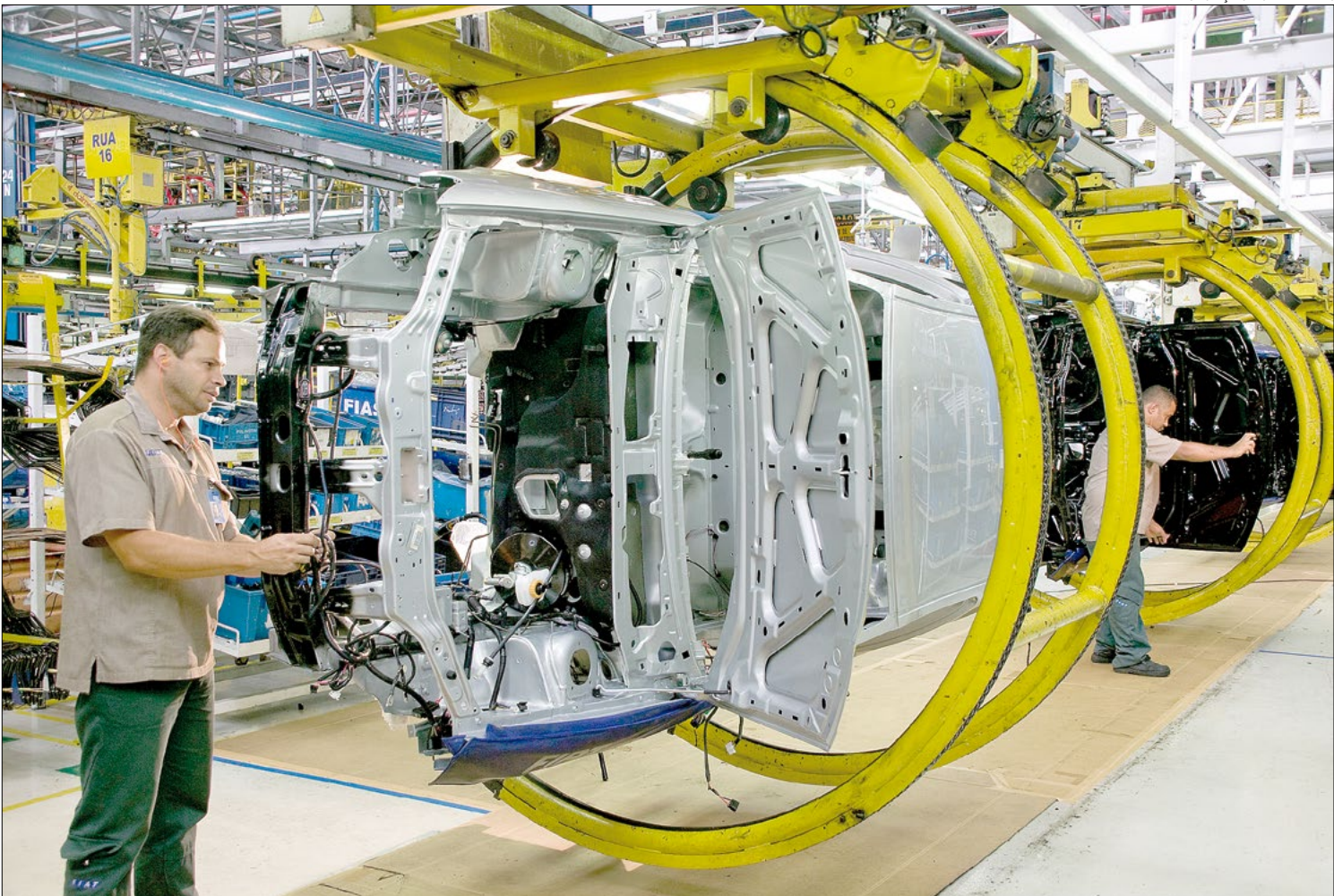
Diante da emergência no Sul, naturalmente nos mobilizamos na empresa. Como sempre, começando pelo simples. Pensando o que é abundante para nós e que tem valor lá nesse momento, a primeira coisa que organizamos foi o envio de mão de obra para ajudar a restabelecer o fornecimento de água potável para as populações atingidas. Nossa capacidade técnica reconhecida é diferencial para encontrar alternativas para obter fontes de água limpa e fazer reparos em sistemas danificados. Rápido, efetivo e de enorme importância. De imediato, a água de volta na torneira traz o mínimo senso de normalidade, de previsibilidade. Num olhar mais ampliado, proporciona um pouco mais de segurança, traz dignidade e segue impactando, ao evitar doenças.

> *Parece óbvio que, como no conto popular de Moçambique sobre a competição entre os órgãos do corpo humano para decidir qual deles é o mais importante, a resposta esteja na necessidade de trabalhar em união e olhando todos para um bem comum*

Este exemplo é um convite a refletir sobre como agir em momentos de crise: comece nas coisas simples, abundantes ou acessíveis para você. Uma mãe com os filhos pequenos pode mandar brinquedos; médicos e terapeutas podem oferecer teleconsultas; cozinheiros, direcionar sua produção de comida; executivos entregam sua capacidade de coordenar projetos; surfistas de ondas gigantes oferecem sua habilidade em fazer resgates nas águas. Cada contribuição, por mais limitada que pareça a um tema ou área, quando somada a outras, forma uma colcha de retalhos que cobre o todo. A melhor solução para os desafios nunca está exclusivamente nas mãos de alguns, mas na composição, no fluxo. Como fazer essa mobilização conjunta funcionar?

Parece óbvio que, como no conto popular de Moçambique sobre a competição entre os órgãos do corpo humano para decidir qual deles é o mais importante, a resposta esteja na necessidade de trabalhar em união e olhando todos para um bem comum. Mas isso exige coordenação. Insisto: o primeiro passo é simples, quase intuitivo. O que garante que essa simplicidade seja transformadora é que ela seja conduzida sob visão do todo. Nesse caso, de um bem comum. Isso não apenas alivia o sofrimento imediato, mas também fortalece os laços de um povo e promove uma cultura de gente que se importa e se cuida.

PS. Nunca é demais lembrar que doação não é descarte. Para enviar doações, use canais oficiais. Além de garantir a sua segurança e a destinação correta, quem está coordenando as ações e tem a visão do todo vai te ajudar a decidir qual a melhor forma de ajudar e aplicar seus esforços da forma mais produtiva e a evitar que se ocupe ainda mais estradas e sobrecarregue a capacidade logística, atualmente prejudicada.

* Diretora de Gente e Gestão da Sabesp

DIVULGAÇÃO / STELLANTIS

Foco dos investimentos do setor industrial em Minas é o mercado doméstico, mas o interesse pelas exportações dobrou, aponta a Fiemg

INDÚSTRIA

Maior parte das empresas em Minas deve investir neste ano

Aportes serão feitos na melhoria do processo produtivo, aponta a Fiemg

JULIANA GONTIJO

A maior parte das indústrias mineiras pretende investir neste ano, é o que mostra a "Sondagem Especial: Investimentos na Indústria de Minas Gerais 2023-2024", divulgada na quarta-feira (29) pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg). O total chega a 72%, com foco, principalmente, na melhoria do processo produtivo.

Com esses investimentos, os empresários têm como objetivo o aumento ou a melhoria do processo produtivo atual (49%). Neste ano, o interesse no mercado doméstico continua maior, mas o desejo de investir no mercado externo também cresceu, passando de 4% em 2023 para 8% no atual exercício, observa a economista da Fiemg, Daniela Muniz. "Embora o foco seja o mercado interno, o interesse pelo mercado internacional dobrou na passagem de um ano para outro", diz.

Em 2023, sete em cada dez indústrias mineiras realizaram investimentos, segundo o levantamento. Apesar da queda de três pontos percentuais (p.p.) em relação ao verificado em 2022 (75%), o resultado surpreendeu positivamente frente às perspectivas computadas na pesquisa anterior, na qual 57% dos empresários afirmaram possuir planos de investimento para o período. "A realidade no fim de 2023 acabou sendo melhor que a expectativa no início desse ano, graças aos resultados macroeconômicos positivos ao longo do ano", observa a economista.

> *Em torno de 43% das indústrias do Estado que tinham investimentos planejados para 2023 concretizaram tais projeções, enquanto 12% delas adiaram ou cancelaram esses planos*

Em torno de 43% das indústrias do Estado que tinham investimentos planejados para 2023 concretizaram tais projeções, enquanto 12% delas adiaram ou cancelaram esses planos. Nesse período, a compra de máquinas e equipamentos foi o investimento mais recorrente.

De acordo com a pesquisa da Fiemg, essa diferença reflete a evolução favorável do ambiente macroeconômico ao longo do ano. Com as eleições presidenciais no fim de 2022, as incertezas com relação à condução da política econômica e ao cumprimento das metas fiscais pelo novo governo deixaram os empresários mais cautelosos quanto aos seus planos de investimento.

No entanto, Daniela Muniz ressalta que fatores como a desaceleração da inflação, a resiliência do mercado de trabalho, o avanço do consumo, a desobstrução das cadeias globais de valor e o início do processo de flexibilização monetária contribuíram para a evolução das perspectivas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do País – que passou de 0,79% em janeiro para 2,92% em dezembro de 2023 –, influenciando de maneira positiva as expectativas dos empresários.

Fonte de recursos - O uso de recursos próprios (da empresa ou dos sócios) continuou sendo a principal fonte de financiamento dos investimentos realizados pelas indústrias do Estado. A participação dessa fonte no total de recursos empregados alcançou 80% em 2023 – o maior valor da série histórica, iniciada em 2010.

O percentual representa, ainda, um crescimento de sete pontos percentuais ante 2022 (73%). Concomitantemente a esse avanço, a participação dos bancos comerciais privados no total das fontes de financiamento caiu oito pontos percentuais entre 2022 (14%) e 2023 (6%).

A participação dos recursos de bancos oficiais de desenvolvimento e de bancos comerciais públicos também diminuiu no período: a redução foi de quatro p.p. e de um p.p., respectivamente.

INFRAESTRUTURA

BRT Amazonas: PBH define consórcio

RODRIGO MOINHOS

O Consórcio Certare Architectus foi selecionado, por meio de licitação, para elaborar os estudos e projetos do BRT Amazonas, em Belo Horizonte. A informação foi publicada nesta quarta-feira (29) no Diário Oficial do Município (DOM). O serviço tem prazo de 30 meses para a execução. A previsão é que as obras comecem apenas em 2026. Esta etapa do projeto está orçada em R$ 19 milhões.

A reunião para dar início ao desenvolvimento do BRT Amazonas deverá ser realizada nos próximos dias.

O contrato tem como objetivo a criação do projeto de Melhoria da Mobilidade e Inclusão Urbana no corredor Amazonas (BRT Amazonas). Em uma extensão aproximada de 24 km, serão criadas faixas exclusivas para o transporte coletivo e adequação de várias vias transversais, abrigos para passageiros em pontos de ônibus e readequação de calçadas com foco na acessibilidade.

O projeto do BRT Amazonas contempla o tratamento prioritário para o sistema de transporte público e coletivo por ônibus que atende ao Vetor Oeste da Capital (regiões Central, Oeste e Barreiro) e à Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), tendo como eixo estruturante a avenida Amazonas.

Há previsão ainda de melhoria urbana da Vila Cabana do Pai Tomás, na região Oeste de Belo Horizonte, com o desenvolvimento de obras de infraestrutura, como a construção de ruas e vielas e intervenções em locais com risco geológico.

Os estudos e projetos a serem desenvolvidos proporcionarão a implantação de faixas exclusivas de ônibus, estações de transferência e de um canteiro central permeável, todos com paisagismo incluído, além da requalificação das calçadas e pavimento. A proposta é integrar renovação urbana com transporte sustentável no Vetor Oeste, melhorar a circulação de quem utiliza o transporte público, a caminhabilidade e a segurança viária.

Com o BRT Amazonas o objetivo será favorecer as pessoas que precisam do transporte coletivo, inclusive reduzindo o tempo de viagens para 835 mil passageiros/dia do transporte público, gerar empregos e promover a renovação urbana.

Integração - No mês passado, as prefeituras de Belo Horizonte, Contagem e o governo de Minas Gerais assinaram um protocolo de intenções para o compartilhamento de informações que serão utilizadas para promover a integração dos sistemas de transporte dos municípios da região metropolitana ao BRT Amazonas. A intenção é que a troca de dados contribua para um modelo de mobilidade urbana metropolitana mais efetivo.

Ainda em 2022, a Prefeitura de Belo Horizonte e o Banco Mundial lançaram o Programa Mobilidade e Inclusão Urbana, com objetivo de trazer melhorias para comunidades estratégicas da cidade. Os investimentos somam US$ 100 milhões, destinados a projetos e obras de mobilidade, urbanização e gerenciamento.

ECONOMIA PARA TODOS

Desinformação e Economia: novo desafio para o desenvolvimento

GUILHERME ALMEIDA*

A disseminação da desinformação intensificou-se com o crescente uso das redes sociais. Inicialmente, o compartilhamento de informações ou notícias falsas era mais comum em temas políticos, mas rapidamente se expandiu para outras áreas, como esporte e entretenimento. A Economia também foi afetada, já que é uma ciência que permeia a vida de todos, influenciando e sendo influenciada pelas decisões e interações diárias.

O termo 'fake news', introduzido no vocabulário brasileiro no final de 2017, pode ser dividido em três categorias, conforme descrito por Claire Wardle e Hossein Derakhshan em seu trabalho "Thinkingabout 'informationdisorder'". A primeira categoria é a Misinformation, que ocorre quando a informação é falsa, mas quem a compartilha acredita que seja verdadeira. A segunda é a Disinformation, onde a informação é falsa e quem a dissemina sabe disso, fazendo-o intencionalmente. A terceira categoria é a Mal-information, que envolve informações verdadeiras, mas usadas fora de contexto ou de forma maliciosa para prejudicar alguém.

Atualmente, algumas histórias, ainda que inverídicas, contêm elementos suficientemente críveis para que sejam dadas como verdadeiras. O aumento significativo da desinformação pode ser atribuído a várias causas, incluindo o declínio das mídias tradicionais e o crescente questionamento das instituições em muitas sociedades. No entanto, diversos estudos indicam que a invenção e expansão das redes sociais representaram uma mudança crucial. Isso permitiu que muitas pessoas passassem a produzir e distribuir conteúdo sem custo, algo antes restrito à mídia tradicional. A lógica dessas redes é aproximar pessoas com interesses semelhantes, resultando em menor exposição a pontos de vista divergentes.

Hoje, qualquer pessoa com um smartphone e acesso à internet pode se tornar um propagador de notícias, o que está diretamente relacionado ao aumento da desinformação. Um estudo recente, conduzido por um servidor do Banco Central, intitulado 'Desinformação sobre economia: o aumento das "fake news" sobre inflação', revela que o tema 'Economia' foi o que mais cresceu em termos de notícias falsas, com um foco especial no tópico 'inflação'. Isso torna o processo de educação ainda mais desafiador, pois assuntos relacionados à Economia, embora presentes em nosso cotidiano, são frequentemente muito técnicos, o que naturalmente desencoraja o interesse no aprendizado. A desinformação, por sua vez, leva a uma compreensão errônea dos fenômenos macro e microeconômicos, resultando em decisões equivocadas.

> *"Indiretamente, informações falsas geram desconfiança e insegurança entre investidores e consumidores. Esse clima de incerteza pode reduzir investimentos domésticos e estrangeiros, afetando o crescimento econômico. Além disso, a desinformação pode influenciar negativamente as decisões de consumo"*

A disseminação de informações falsas pode impactar a economia e seus agentes de maneira direta e indireta. De forma direta, há diversos exemplos de empresas prejudicadas pelo caos informacional. Entre 2012 e 2013, notícias falsas publicadas por veículos de comunicação chineses causaram uma queda no preço das ações de uma empresa, alegando que ela havia perdido ativos estatais e se envolvido em práticas comerciais ilegais, produzindo relatórios financeiros falsos. Essas alegações resultaram em danos à reputação da companhia. Em 2013, o jornalista responsável por essas histórias admitiu que as mesmas eram falsas.

Indiretamente, informações falsas geram desconfiança e insegurança entre investidores e consumidores. Esse clima de incerteza pode reduzir investimentos domésticos e estrangeiros, afetando o crescimento econômico. Além disso, a desinformação pode influenciar negativamente as decisões de consumo, levando as pessoas a reduzirem seus gastos por medo de uma crise econômica baseada em informações falsas. Essa queda no consumo diminui a demanda agregada, desacelerando a economia.

A desinformação também pode prejudicar a formulação de políticas públicas, uma vez que governos e instituições podem ser pressionados a tomar decisões baseadas em percepções equivocadas ou distorcidas da realidade. Isso pode resultar em políticas ineficazes ou prejudiciais, agravando problemas econômicos em vez de solucioná-los. A confiança nas instituições financeiras e governamentais, essencial para a estabilidade econômica a longo prazo, também pode ser comprometida.

A cooperação entre governos, empresas e a sociedade civil é fundamental para criar um ambiente informativo mais seguro e confiável, mantendo a liberdade. Somente assim poderemos assegurar a estabilidade e a confiança nas instituições a longo prazo.

**Especialista em Educação Financeira no Grupo Suno. Sócio-fundador da Certifiquei, possui experiência como economista, atuando na gestão e elaboração de pesquisas e análises socioeconômicas. Mestre em Estatística pela UFMG. Redes Sociais: Instagram: @guilherme.certifiquei / Linkedin: https://www.linkedin.com/in/guilherme-almeida-economista*

REPRODUÇÃO / ADOBESTOCK

A isenção de produtos importados até US$ 50 tem custado US$ 100 bilhões anualmente aos cofres públicos, segundo a Fiemg

IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO

Alíquota de 20% é considerada insuficiente por entidades

Isenção de produtos até US$ 50 é alvo de críticas do setor produtivo

JULIANA GONTIJO

O projeto que tributa as compras de até US$ 50 em *sites* estrangeiros, como as plataformas asiáticas Shein, Shopee e Aliexpress, com uma taxação de 20%, aprovado pela Câmara dos Deputados na terça-feira (28) não foi avaliada de maneira positiva por entidades do setor produtivo de Minas Gerais, sendo considerada insuficiente. "A proposta acaba sendo um paliativo, que não resolve o problema", destaca o superintendente da Associação dos Lojistas de Shopping Centers de Minas Gerais (Aloshopping-MG), Marcelo Silveira.

Para ele, no momento, com a tributação atual prevalece a concorrência desleal. "Nós já temos uma elevada carga tributária no Brasil. Além disso, vale lembrar que as condições de produção aqui e na China são diferentes e a situação atual tem impactos negativos na geração de vagas no País", observa. Silveira acrescenta que a taxação de 20% não permite o equilíbrio entre os produtos nacionais e os estrangeiros.

Hoje, por meio do programa Remessa Conforme, as compras do exterior abaixo de US$ 50 são isentas de impostos federais e taxadas pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) com alíquota de 17%, arrecadado pelos estados. O imposto de importação federal, de 60%, incide para remessas provenientes do exterior acima de US$ 50.

Posição semelhante tem a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg). Para a entidade a alíquota de 20% para produtos importados ainda é insuficiente para garantir a isonomia dos produtos nacionais.

"A aprovação pela Câmara dos Deputados de uma alíquota de 20% de imposto de importação para produtos abaixo de US$ 50 comprados em *sites* internacionais é um avanço para combater um equívoco do governo que tem custado R$ 100 bilhões ao ano aos cofres públicos e prejudicado a indústria nacional. Entretanto, ainda é insuficiente para garantir a isonomia dos produtos brasileiros", segundo avaliação do presidente da entidade, Flávio Roscoe, enviada por nota.

"Essa alíquota não garante a competitividade entre os produtos nacionais e os importados, mas é um primeiro passo e tenho certeza de que outros virão para atingir esse objetivo", destaca o dirigente.

> *"Precisamos garantir que o produto importado pague o mesmo tributo que o produto nacional. E se algum dia houver a isenção, que isente o produto nacional, não o importado"*

Roscoe afirma que o trabalho agora será voltado para assegurar tratamento com isonomia. "Precisamos garantir que o produto importado pague o mesmo tributo que o produto nacional. E se algum dia houver a isenção, que isente o produto nacional, não o importado", defende.

A crítica sobre a isenção atual de impostos federais das compras abaixo de US$ 50 também foi feita pelo dirigente na noite de quinta-feira (23), durante a comemoração do Dia da Indústria 2024, no Minascentro, na região Centro-Sul de Belo Horizonte.

O projeto segue agora para o Senado Federal. Roscoe disse acreditar que a Casa aprovará e aguarda que o presidente Lula também cumpra o acordo e sancione sem vetos.

Impactos - O economista da Associação Comercial e Empresarial de Minas (ACMinas), Paulo Casaca, ressalta que a concorrência hoje é praticamente desleal não só na questão da tributação, bem como no que se refere aos custos de produção no Brasil e na Ásia. "Agora, os impactos da taxação de 20% nas compras de até US$ 50 são diferentes dependendo da área de atuação, do tipo de produto comercializado, se há ou não concorrência direta, além da questão dos custos", analisa.

No ano passado, os consumidores brasileiros bateram recorde em compras internacionais pela internet, com 210 milhões de encomendas, o que equivale a R$ 6,420 bilhões em gastos com os produtos. O valor é mais que o dobro do que foi consumido em 2022, de acordo com dados da Receita Federal.

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

Impacto na mineração é discutido no G20

MARCO AURÉLIO NEVES

DIVULGAÇÃO / G20 BRASIL

Reunião do grupo de trabalho do G20 em Belo Horizonte foi encerrado na quarta-feira (29)

Os impactos da transição energética na mineração foi mais um dos temas tratados nas reuniões do Grupo de Trabalho (GT) de Transições Energéticas do G20, no Minascentro, em Belo Horizonte. É o que explicou a coordenadora do GT e assessora especial do Ministério de Minas e Energia (MME), Mariana Espécie, em coletiva de imprensa na quarta-feira (29), último dia do evento.

Ela aponta que estudos estimam que a demanda por minerais aumentará 40 vezes, caso o mundo siga na trajetória de triplicar o fornecimento de energia por fontes renováveis. "Se a gente desde agora não começar a olhar de forma bastante holística para esse processo, corremos o risco de fazer dessa transição energética a reprodução de modelos de desenvolvimento que a gente já tem visto. Então a gente tem que fugir disso", declarou.

Na presidência do G20, entre suas propostas no debate com outras nações, o Brasil sugeriu a construção de princípios para uma transição energética justa e inclusiva. Está em discussão, por exemplo, a possibilidade de que a mineração seja incluída dentro do rol desses princípios, para um processo de transição energética responsável e sustentável.

"Precisamos também pensar em formas – e é uma preocupação que se conecta com a discussão sobre a segurança energética – de fazer isso diversificando cadeias de suprimento ao redor do mundo, mas também pensando sobre as formas de gerar benefícios e contrapartidas positivas nos países onde esses recursos são explorados", aponta Mariana Espécie.

A assessora especial do MME afirmou que a discussão sobre a mineração foi bem recebida pelas delegações dos outros países e está otimista com a construção de uma versão consensual do G20 sobre os princípios para uma transição energética justa e inclusiva.

A próxima reunião do GT de Transições Energéticas do G20 será em Foz do Iguaçu (PR), entre os dias 30 de setembro a 2 de outubro, onde os ministros de energia dos países participantes vão referendar as propostas debatidas no Grupo de Trabalho.

Planejamento - Além da mineração, o embaixador André Corrêa do Lago, Secretário do Clima, Energia e Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores (MRE), alertou na coletiva do G20 sobre países que tentaram uma transição energética não planejada enfrentaram consequências graves na economia, como falta de energia e aumento dos custos.

Os problemas da falta de planejamento foram sentidos tanto nos países em desenvolvimento, quanto nos desenvolvidos, e levou a uma reação negativa contra políticas climáticas. "No momento que as políticas climáticas têm um impacto sobre o custo de vida das populações dos países ricos, eles também têm um tipo de reação e votam, eventualmente, para contra daquele que faz a política climática", afirmou.

REPRODUÇÃO / ADOBESTOCK

Agropecuária gerou 2,1 mil postos de trabalho em Minas Gerais em abril, aponta o Caged

MERCADO DE TRABALHO

Minas registra saldo positivo de 25,9 mil vagas de empregos

Em abril, principais setores da economia tiveram superávit

THYAGO HENRIQUE

Minas Gerais encerrou abril com saldo positivo de 25,9 mil vagas de trabalho com carteira assinada, conforme o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). Os números foram divulgados na quarta-feira (29) pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

Todos os cinco grandes setores da economia mineira apresentaram superávits no período. O principal destaque foi o setor de serviços, com a abertura de 12,8 mil empregos. Na sequência, ficaram: construção (5,1 mil), indústria (3,7 mil), agropecuária (2,1 mil) e comércio (2,1 mil).

Analisando as atividades, o economista-chefe do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), Izak Carlos Silva, ressalta que a agropecuária tem sido um motor para a geração de empregos no Estado. Ele diz que a força do setor está relacionada às expectativas de boas safras no segundo semestre, especialmente de café, já impulsionando a contratação no início do ano.

A indústria também é destacada pelo especialista. Ele explica que o desempenho do setor em Minas Gerais estava abaixo da média nacional, mas houve uma reversão dessa tendência no quarto mês de 2024, com a atividade recuperando sua capacidade de gerar vagas de trabalho.

Silva também pontua sobre o setor construtivo, que representa aproximadamente 20% dos empregos formais criados no Estado. De acordo com ele, já é possível observar uma recuperação da atividade após passar pelos períodos tradicionalmente fracos de fim e começo de ano, e em razão das reduções da Selic, visto que a construção é fortemente impactada pelas taxas de juros.

O desempenho do mercado de trabalho de Minas Gerais no último mês foi a segunda melhor performance para abril desde 2020, quando a nova série histórica do Caged começou.

O resultado apurado no Estado também foi o segundo maior em todo o Brasil, atrás somente de São Paulo, que gerou 76,3 mil vagas. Apenas Alagoas (-1,6 mil) e Pernambuco (-1,1 mil) registraram saldos negativos no intervalo. No País, foram criados 240 mil empregos.

Saldo acumulado - Os dados publicados pelo governo federal ainda mostram que, no acumulado do primeiro quadrimestre deste ano, Minas Gerais criou 114 mil postos formais de trabalho.

> *"(...)temos um cenário macroeconômico bastante favorável, condições propícias para o crescimento em Minas Gerais e taxas de desemprego próxima das mínimas históricas"*

As cinco principais atividades econômicas fecharam o período com saldos positivos. O setor de serviços, com 58,2 mil vagas, foi o grande gerador de empregos no intervalo, seguido por: indústria (21,7 mil), construção (18,4 mil), agropecuária (14,3 mil) e comércio (1,4 mil).

Entre as unidades federativas brasileiras, o resultado do Estado foi o segundo maior, novamente atrás de São Paulo, com a abertura de 288 mil vagas. Na outra ponta, somente Alagoas registrou déficit (-13,2 mil). No Brasil inteiro, o saldo acumulado de empregos atingiu 958,4 mil.

Perspectivas - O mercado de trabalho de Minas Gerais deve seguir aquecido nos próximos meses. De acordo com o economista chefe do BDMG, as expectativas são otimistas para o Estado.

"As perspectivas são positivas porque temos um cenário macroeconômico bastante favorável, condições propícias para o crescimento em Minas Gerais e taxas de desemprego próxima das mínimas históricas no Estado e no Brasil, acompanhada de um rendimento real crescente, o que significa que, além de estar empregadas, as pessoas estão ganhando mais na média", afirma.

Para Silva, esse cenário vai ao encontro de uma economia pujante, com bom desempenho em todos os setores. Ele enfatiza que a agropecuária, especialmente com a safra de café, deve continuar exigindo um volume alto de contratações, que a indústria está se recuperando, e que as atividades de comércio e serviços sempre registraram fortes desempenhos no Estado.

Desemprego deve continuar a recuar

JULIANA SODRÉ

O mercado de trabalho no Brasil deve continuar a registrar melhora, de acordo com analistas consultados pelo DIÁRIO DO COMÉRCIO. O País obteve, no trimestre encerrado em abril, a menor taxa de desemprego em dez anos (7,5%) e o maior número de trabalhadores com carteira assinada em 12 anos (38 milhões de pessoas), de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, divulgada na quarta-feira (29) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

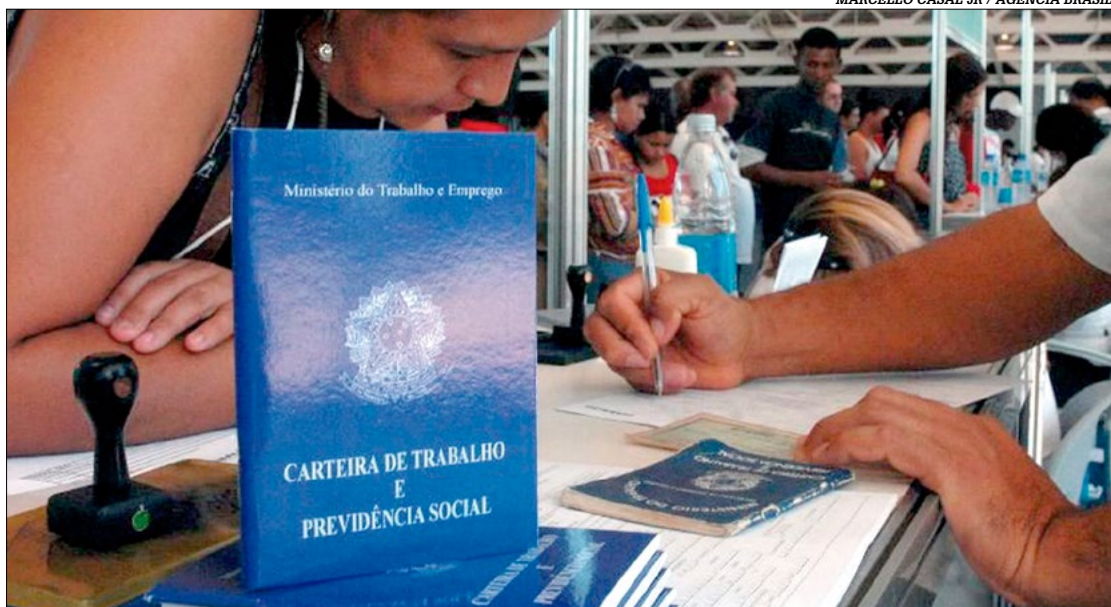
Na análise do coordenador do curso de Ciências Econômicas do Ibmec BH, Ari Francisco de Araujo Junior, até dezembro, não é necessário preocupações em relação à reversão do quadro. "Até o final do ano, o componente sazonal passa a ter mais peso e é natural que ao longo dos próximos meses, a taxa ainda caia com a aproximação do período de aquecimento normal da época, próximas festas e assim por diante", comenta.

Por outro lado, de acordo com Araujo Junior, a preocupação com a reversão pode aparecer no ano que vem. "Dependendo das políticas que o governo federal tem praticado, principalmente do ponto de vista de gastos excessivos, e um possível endividamento maior no futuro próximo, isso pode impactar em juros mais elevados no ano que vem. Nesse sentido, algum efeito prejudicial sobre o mercado de trabalho pode acontecer", afirmou.

Na opinião do analista de estudos econômicos da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), Marcos Paulo Cardozo dos Santos Marçal, a menor taxa de desemprego dos últimos dez anos reflete uma economia aquecida. Ele afirma que o setor não prevê uma reversão desse quadro a curto prazo e projeta um futuro promissor. "Acreditamos que a taxa de desemprego deverá se manter baixa ao longo de 2024. Os estímulos governamentais, juntamente com o bom desempenho de setores como a indústria e a construção, deverão manter o mercado de trabalho aquecido", afirmou.

O economista do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), Izak Carlos Silva, avalia que o cenário do Brasil se repete em Minas. Na análise do economista, o Brasil, assim como Minas Gerais, vive um círculo virtuoso da atividade econômica.

"Estamos observando aqui uma atividade econômica robusta, crescendo, batendo recordes. Também estamos observando taxa de desemprego caindo, rendimento médio real crescendo, que é o rendimento associado a esses novos empregos, além do aumento da formalização no mercado de trabalho e da taxa de participação no mercado de trabalho. Então, todos os indicadores são muito positivos e a tendência é que nós tenhamos manutenção desse cenário positivo para o emprego e para a renda no Estado e no País", conclui.

MARCELLO CASAL JR / AGÊNCIA BRASIL

Taxa de desocupação no trimestre encerrado em abril atingiu 7,5%, segundo dados do IBGE

Edição impressa produzida pelo Jornal **DIÁRIO DO COMÉRCIO**.
Circulação diária em bancas e assinantes.
As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site:
https://diariodocomercio.com.br/publicidade-legal
Acesse também através do QR CODE ao lado.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE BELO HORIZONTE CNPJ: 17.209.891/0001-93

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 *(EM REAIS MIL)*

ATIVO	NE	2023	2022
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixas	4	34.350	28.070
Contas a receber	5	81.661	91.827
Estoques	6	20.301	22.006
Adiantamentos	9	23.852	20.204
Subvenções governamentais	7	1.263	10.418
Impostos a recuperar	8	131	3.611
Outras contas a receber	10	80.991	7.041
Total ativo circulante		**242.549**	**183.177**
Realizável a longo prazo			
Aplicações financeiras	4	1.509	1.510
Outras contas a receber	10	8.825	55.690
Impostos a recuperar	8	10.979	9.712
Depósitos judiciais	11	5.274	5.283
Total realizável a longo prazo		**26.587**	**72.195**
Propriedade para investimentos	12	5.610	5.629
Imobilizado	13	515.377	501.990
Intangível	14	7.097	8.936
Total ativo não circulante		**554.671**	**588.750**
Total do Ativo		**797.220**	**771.927**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NE	2023	2022
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	15	81.322	70.540
Obrigações com pessoal	16	36.740	31.509
Impostos e contribuições	17	21.211	18.390
Ressarcimento ao Sistema Único de Saúde - SUS	18	1.011	1.066
Empréstimos e financiamentos	19	38.808	30.192
Outras exigibilidades	21	37.627	30.258
Total do Passivo Circulante		**216.719**	**181.955**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	15	34.608	45.226
Impostos e contribuições	17	16.207	16.520
Subvenções governamentais a realizar	8	33.033	32.935
Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos – PROSUS e BH Mais Saúde	22	56.213	93.096
Ressarcimento ao Sistema Único de Saúde - SUS	18	3.025	3.600
Empréstimos e financiamentos	19	166.594	180.579
Outras exigibilidades	21	2.688	8.747
Provisões para contingências	20	5.198	4.643
Receitas diferidas	23	8.687	8.733
Total Passivo Não Circulante		**326.253**	**394.079**
Total do Passivo		**542.972**	**576.034**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio Social		195.893	148.814
Superávits acumulados		58.355	47.079
Total do Patrimônio Líquido		**254.248**	**195.893**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**797.220**	**771.927**

As notas explicativas integram as Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 *(EM REAIS MIL)*

	Patrimônio Social	Superávits Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**98.332**	**50.482**	**148.814**
Incorporação	50.482	(50.482)	-
Superávit do exercício	-	47.079	47.079
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**148.814**	**47.079**	**195.893**
Incorporação	47.079	(47.079)	-
Superávit do exercício	-	58.355	58.355
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**195.893**	**58.355**	**254.248**

As notas explicativas integram as demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 *(EM REAIS MIL)*

	NE	2023	2022
Receita operacional líquida	24	**738.806**	**651.974**
Custo dos serviços prestados	25	(643.914)	(566.679)
RESULTADO BRUTO		**94.892**	**85.295**
Despesas gerais e administrativas	26	(54.236)	(46.781)
Despesas tributárias	28	-	(10.016)
Reversões (provisões) de contingências	20	(5.213)	(3.548)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	5 e 10	(707)	(4.353)
Receita PROSUS e Programa BH Mais Saúde	22 e 22.1	39.920	36.113
Outras receitas	28	9.059	4.158
		(11.177)	**(24.427)**
SUPERÁVIT OPERACIONAL		**83.715**	**60.868**
Despesas financeiras	29	(40.910)	(37.702)
Receitas financeiras	30	15.550	23.914
Resultado financeiro		**(25.360)**	**(13.789)**
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		**58.355**	**47.079**
Outros resultados abrangentes		-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL		**58.355**	**47.079**

As notas explicativas integram as demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 *(EM REAIS MIL)*

	NE	2023	2022
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Superávit		***58.355***	***47.079***
Ajustes por:			
Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos - PROSUS	22	(36.883)	(35.356)
Depreciação e amortização	13 e 14	11.030	12.060
Provisões para perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	6 e 10	2	4.353
Provisão para contingência	20	555	3.548
Ajuste a valor presente fornecedor	16	4.276	7.287
Baixa Imobilizado	13	4.267	22.211
Obsolescência de estoque		(240)	3.865
Juros provisionado empréstimo/financiamento	10	26.617	22.124
Superávit ajustado		**67.979**	**87.171**
Redução (aumento) de Ativos			
Contas a receber		10.164	(12.526)
Subvenções governamentais		9.155	1.319
Impostos a recuperar		3.480	21.624
Estoques		1.945	(1.420)
Adiantamentos		(3.648)	1.363
Outras contas a receber		(28.342)	(13.999)
Depósitos judiciais		(9)	(7)
Aumento (redução) de Passivos			
Fornecedores		(4.097)	(34.413)
Obrigações com pessoal		5.231	1.147
Impostos e contribuições		2.508	6.805
Provisões para contingências		-	(5.717)
Receitas diferidas		(47)	(603)
Subvenções governamentais a realizar		98	3.078
Outras exigibilidades		680	(8.065)
Juros pagos	19	(21.238)	(18.160)
Fluxo de caixa líquido gerado nas atividades operacionais		**43.857**	**27.597**
Atividade de investimento			
Aquisição de imobilizado	13	(26.766)	(28.243)
Aquisição de intangível	14	(81)	(9.246)
Aquisição de investimentos		20	(573)
Aplicação financeira	4	(3)	(299)
Caixa aplicado nas Atividades de Investimento		**(26.830)**	**(38.361)**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Captação de empréstimos/financiamentos	19	20.073	133.889
Amortização de empréstimos/financiamentos	19	(30.822)	(113.874)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		**(10.749)**	**20.014**
Aumento de caixa e equivalentes		**6.280**	**9.250**
Atividades de financiamento			
Caixa e Equivalentes no início do exercício	4	28.070	18.821
Caixa e Equivalentes ao final do exercício	4	34.350	28.070
Aumento de caixa e equivalentes		**6.280**	**9.250**

As notas explicativas integram as Demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS *(EM REAIS MIL)*

1. Contexto operacional: A Santa Casa de Belo Horizonte, estabelecida em 21 de maio de 1899, é uma associação civil sem fins lucrativos de natureza filantrópica, reconhecida como utilidade pública pelo Decreto Federal nº 47.778/60. Seu compromisso primordial reside na manutenção de hospitais dedicados ao atendimento de pacientes carentes, com especial enfoque naqueles beneficiados pelo Sistema Único de Saúde - SUS, seja por meio de convênios ou contratos. A administração da Instituição é conduzida pela provedoria, conforme estipulado em seu estatuto. O provedor é eleito pela Assembleia Geral e encarregado da gestão e representação geral da Santa Casa de Belo Horizonte. A Santa Casa de Belo Horizonte destaca-se pela amplitude de suas unidades de saúde, compreendendo o Santa Casa BH Hospital de Alta Complexidade 100% SUS, o São Lucas Hospital Particular e Convênios, o Ambulatório Especializado 100% SUS, a Faculdade de Saúde Santa Casa BH, a Assistência Familiar Santa Casa BH e o Instituto Geriátrico Santa Casa BH. Conforme estabelecido na Lei Complementar Nº 187, de 16 de dezembro de 2021, a Santa Casa BH assume posição de preponderância no segmento de saúde, consolidando-se como instituição filantrópica de relevância. Destaca-se, ainda, pelo seu compromisso integral com o atendimento pelo Sistema Único de Saúde (SUS) nas unidades Santa Casa e Ambulatório Especializado, além de oferecer serviços à Saúde Suplementar no Hospital São Lucas. No exercício de 2023, a Santa Casa obteve isenção tributária no montante de R$ 95.778 milhões, conforme detalhamento a seguir:

Descrição	2023	2022
INSS Patronal - Alíquota 20%	54.597	46.422
INSS sob Seguro - Alíquota 2%	5.397	4.590
INSS Outras Entidades (Terceiros) - Alíquota 5,8%	15.651	13.310
COFINS - Alíquota 3%	20.134	21.321
Total	**95.779**	**85.643**

2. Base de preparação: 2.1 Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas seguindo as práticas contábeis adotadas no Brasil, além de considerar os requisitos específicos da norma ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade. A Instituição não registra outros resultados abrangentes, portanto, a Demonstração do Resultado Abrangente não está sendo apresentada. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 03 de maio de 2024. **2.2 Moeda funcional:** As demonstrações financeiras estão expressas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Instituição. A Santa Casa não possui ativos nem passivos em moeda estrangeira. **2.3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras da Instituição envolve julgamentos, estimativas e adoção de premissas que impactam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, assim como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Entretanto, a incerteza relacionada a essas premissas e estimativas pode resultar em ajustes significativos ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. ***Estimativas e premissas:*** A elaboração das demonstrações financeiras conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração utilize julgamento na aplicação das práticas contábeis, bem como estime valores de ativos, passivos, receitas e despesas. É inerente a qualquer processo de estimativa a ocorrência de diferenças entre os valores estimados e os valores reais. As estimativas e premissas são revisadas continuamente. As revisões em relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e nos períodos futuros afetados. Informações sobre premissas e incertezas associadas às estimativas e julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis, que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota explicativa 5 -** Contas a receber - Provisão para perda esperada créditos de liquidação duvidosa: mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber. • **Nota explicativa 6 -** Estoques, teste de redução ao valor recuperável líquido e análise de obsolescência. • **Nota explicativa 13 -** Imobilizado - Vida útil do ativo imobilizado: a administração da Instituição possui a avaliação da vida útil e valor residual de seu ativo imobilizado realizado por empresa especializada que é anualmente revisado. • **Nota explicativa 20 -** Provisão para contingência: a Instituição realiza o controle dos processos e prazos por meio de sistema informatizado, no qual é alimentado de acordo com as fases do processo e são revisados ciclicamente durante o andamento dos processos de acordo com a base na qual se encontra. Destaca-se que são apenas provisionados os processos avaliados como perdas prováveis. **2.4 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. **3. Principais práticas contábeis: 3.1 Receitas operacionais:** A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. A Instituição reconhece a receita quando transfere o controle sobre serviço aos seus clientes, estes obtêm controle quando os serviços são prestados. Neste momento há o cumprimento da obrigação de desempenho.

Tipo de serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Política de reconhecimento da receita
Receita de Serviços hospitalares e ambulatorial – SUS	A obrigação se cumpre no momento da alta hospitalar do paciente, as condições de pagamento, ocorrem após a validação dos valores faturados contra a Secretaria Municipal de Saúde - SMSA, e com os vencimentos de 30 a 90 dias, conforme contrato celebrado. Através da anuência da SMSA ocorre a Cessão de Créditos para prestadores de serviços médicos e fornecedores de Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME) que ajustam o valor à receber pela a instituição, repassando o recurso apurado na receita e identificado em instrumento específico de cobrança à um terceiro.	As receitas e custos vinculados a operação, inclusive a cessão de crédito são reconhecidos no momento da prestação do serviço. Ainda sobre a cessão de crédito, destaca-se que a mesma é regulamentada conforme Portaria de Consolidação Nº 6 de 28 de Setembro de 2017.
Receita de serviços hospitalares e ambulatorial – Convênio	A obrigação se cumpre no momento da alta hospitalar do paciente, as condições de pagamento, ocorrem após a validação dos valores faturados contra a Secretaria Municipal de Saúde - SMSA, e com os vencimentos de 30 a 90 dias, conforme contrato celebrado.	As receitas e custos vinculados a operação, são reconhecidos no momento da prestação do serviço.
Receita serviços funerários	A obrigação se cumpre no momento da finalização/entrega do serviço ao cliente, e as condições de pagamento seguem as diretrizes pactuadas entre as partes, variando seus vencimentos de 45 a 60 dias, exceto para as vendas cujo pagamentos ocorrem à vista ou antecipado.	As receitas e custos vinculados a operação, são reconhecidos no momento da prestação do serviço.
Receita ensino e pesquisa	A obrigação se cumpre na efetivação/pagamento da matrícula pelo contratante, e as condições de pagamento seguem as diretrizes da formalização contratual entre as partes, com seus vencimentos entre 5 e 10 dias.	As receitas e custos vinculados a operação, são reconhecidos no momento da prestação do serviço.
Doações financeiras	Acontecem através de depósitos bancários, transferências ou pagamento de boletos, destaque-se que não ocorre obrigações entre as partes envolvidas.	Apurado pelo regime de regime de caixa, ou seja, no seu efetivo recebimento.

Receitas financeiras e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem, basicamente, as receitas de juros sobre aplicações financeiras e descontos obtidos. As despesas financeiras abrangem, basicamente, as despesas com juros sobre empréstimos. ***Subvenção governamental:*** As Subvenções Governamentais são reconhecidas de acordo com sua natureza, em conformidade com a Comitê de Pronunciamento Técnico - CPC 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamental: ***Subvenção para custeio:*** Reconhecida inicialmente como adiantamento no passivo, na rubrica "Subvenção para custeio", e apropriada como receita quando é efetivado o consumo dos materiais médicos e medicamentos. ***Subvenção para investimento:*** Refere-se a subvenção para a aquisição de bens que serão de propriedade da Santa Casa. É reconhecida inicialmente como adiantamento no passivo, na rubrica "Subvenção para investimento", e apropriada como receita ao longo do período de vida útil dos bens adquiridos, em conformidade com o CPC 07 (R1). Adicionalmente, o bem adquirido é contabilizado como ativo imobilizado e depreciado pela sua vida útil normal estimada. 3.2 **Instrumentos financeiros:** A Instituição classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: custo amortizado, valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A Instituição classifica passivos financeiros não derivativos na categoria custo amortizado. ***Reconhecimento e mensuração inicial:*** Os instrumentos financeiros, os títulos e valores mobiliários e os títulos de dívida são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Instituição se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Ativos financeiros ou Passivos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. ***Classificação e mensuração subsequente:*** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJR (Valor justo por meio do resultado). Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou são classificados como ao VJR. Atualmente a Santa Casa não possui ativos financeiros mensurados aos valores justos por meio de outros resultados abrangentes (VJORA). *Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio;* A Instituição realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido, porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • As políticas e objetivos estipulados e o funcionamento prático dessas políticas; • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Santa Casa; • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros. Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Instituição considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Instituição considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • Os termos que limitam o acesso da Santa Casa a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). *Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:* Ativos financeiros a VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. Ativos financeiros a custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. *Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:* Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. ***Desreconhecimento:*** *Ativos financeiros:* A Instituição desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Instituição transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Instituição nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Santa Casa realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. *Passivos financeiros:* A Instituição desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Santa Casa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. *Compensação:* Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Instituição tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. ***Instrumentos financeiros derivativos:*** A Instituição não possuía em 31 de dezembro de 2022 e 2023 nenhuma operação com instrumentos financeiros derivativos, incluindo operações de hedge. Instrumentos financeiros não derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, outros créditos, empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras obrigações, que são avaliados com base no custo amortizado. **Análise do valor de recuperação de ativos:** *Ativos não financeiros:* Os valores contábeis dos ativos não monetários (imobilizado) são revistos a cada data de apresentação das demonstrações financeiras para apurar se há indicação de perda no seu valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Os fatores considerados pela Instituição incluem resultados operacionais de curto prazo, tendências e perspectivas, assim como os efeitos de obsolescência, demanda, concorrência e outros fatores econômicos. Nenhuma evidência de irrecuperabilidade foi registrada nos períodos apresentados. *Ativos financeiros:* Um ativo financeiro é avaliado a cada data de reporte para determinar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se existir uma evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados daquele ativo que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou o atraso no pagamento por parte do devedor ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. **3.3 Caixa e equivalentes a caixa:** Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Instituição na gestão das obrigações de curto prazo. **3.4 Contas a receber:** As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor nominal dos títulos, ajustados a valor presente, quando aplicável. A avaliação da administração considera o histórico do cliente, a situação financeira e a posição dos assessores jurídicos quanto ao recebimento desses créditos para constituição das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa segundo determina o CPC 48 - Instrumentos Financeiros. O cálculo do valor presente, quando aplicável, é efetuado para cada transação com base numa taxa de juros que reflete o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente do contas a receber de clientes é contra a receita bruta no resultado. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do faturamento é considerada receita financeira e será apropriada com base nos métodos do custo amortizado e da taxa de juros efetiva ao longo do prazo de vencimento da transação. A despesa com a constituição e reversão das perdas de créditos esperada é destacada em linha separada na demonstração do resultado. As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa são constituídas em um montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos. **3.5 Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação, que é a data na qual a Instituição se torna parte das disposições contratuais do investimento. A Instituição desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. Os passivos financeiros da Instituição estão representados relevantemente pelos empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras obrigações. **3.6 Estoques:** Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. A Instituição efetua a avaliação da necessidade de provisão para perda de estoque e obsolescência a partir de controles de vencimentos de seus itens estocados de acordo com ciclo de sua utilização, identificando-os de forma separada dos demais e acompanhando através de relatórios o perfil de seu consumo. Destaca-se que este controle é realizado para os itens que estão com seu prazo de validade a 60 dias do seu encerramento. **3.7 Imobilizado:** ***Reconhecimento e mensuração:*** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Gastos decorrentes de reposição de um componente de um item do imobilizado são contabilizados separadamente, incluindo inspeções e vistorias, e classificados no ativo imobilizado. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. ***Custos subsequentes:*** O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Instituição e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. ***Depreciação:*** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens a vida útil econômica calculada através de laudo confeccionado por empresa especializada. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. Os valores de recuperação dos ativos imobilizados da Instituição, através de suas operações futuras, são periodicamente acompanhados com o objetivo de verificar se o valor de recuperação está inferior ao valor líquido contábil. Quando isto ocorre, o valor líquido contábil é ajustado ao valor de recuperação. A avaliação de impairment dos ativos e revisão da vida útil é realizada anualmente pela Santa Casa ou em tempo inferior quando necessário. Atualmente realizamos a vida útil fiscal como forma de reconhecimento da depreciação. **3.8 Intangível:** ***Reconhecimento e mensuração:*** Os ativos são adquiridos separadamente e sua mensuração é pelo custo histórico de aquisição ou elaboração, deduzido da amortização acumulada. ***Amortização:*** A amortização é calculada para amortizar o custo de itens do ativo intangível, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens a vida útil econômica calculada através de laudo confeccionado por empresa especializada. A amortização é reconhecida no resultado. Itens são amortizados a partir do momento que o ativo está em condição de uso. **3.9 Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Instituição tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.10 Benefícios a empregados de curto prazo:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal mensalmente, sendo o passivo reconhecido pelo montante do pagamento esperado aos funcionários. A Instituição não possui benefícios pós-emprego. **3.11 Ativos e passivos contingentes:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos no pronunciamento aplicável, que apresenta os seguintes conceitos: • **Ativos contingentes** - Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando a Instituição possui total controle do processo de realização financeira do ativo ou quando existem garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. • **Passivos contingentes** - São contabilizados com base na avaliação dos consultores jurídicos da Santa Casa, considerando a natureza das ações, a existência de processos anteriores, o posicionamento dos tribunais e a complexidade da causa, sempre que (i) a perda for avaliada como provável; (ii) os valores possam ser mensurados com suficiente segurança; e (iii) haja a perspectiva de uma provável saída de recurso. Para as perdas classificadas como possíveis, os passivos não são contabilizados, devendo ser divulgados em nota explicativa. As perdas consideradas como remotas não são registradas nem divulgadas. **3.12 Transações e saldos em moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Instituição pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. **3.13 Arrendamentos:** Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: • Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Instituição alterar sua avaliação, se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Instituição avalia os ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "Direito de Uso" e passivos de arrendamento em "Arrendamentos a Pagar" no balanço patrimonial. **3.14 Propriedades para investimentos:** A propriedade para investimento tem o objetivo de auferir rendas e valorização da Instituição, sendo o seu reconhecimento inicial mensurado pelo custo e subsequentemente mantida pelo valor de custo e depreciada, quando aplicável. A receita de aluguel de propriedades para investimento é reconhecida como outras receitas pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos concedidos são reconhecidos como parte integrante da receita total de aluguel, durante o prazo do arrendamento. **3.15 atrimônio social:** A Instituição segue as diretrizes do artigo 79 de seu estatuto, que obriga a utilização integral de suas rendas, recursos e eventuais resultados operacionais na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais no território nacional. **3.16 Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos - PROSUS:** Quanto ao passivo da instituição vinculado o Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos que atuam na Área da Saúde e que participam de forma complementar do Sistema Único de Saúde - PROSUS, a Instituição segue os procedimentos estabelecidos pela lei 12.873 de 25 de outubro de 2013, sendo avaliados constantemente pela administração da Instituição. **3.17 Receita Diferida:** Decorre basicamente de valores recebidos antecipadamente vinculado a uma prestação de serviços futuros ou de uma execução e projetos vinculado a uma subvenção governamental. Portanto a Instituição reconhece contabilmente a receita após cumprir as devidas obrigações contratuais, seguindo as diretrizes do CPC 47. **3.18 Novas normas e interpretações ainda não efetivadas:** Uma série de novas normas tornaram-se efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023, no entanto não houve efeitos relevantes para as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023. • Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26). • Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26 e CPC 40). • Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06/IFRS 16). • Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21).

4. Caixa, equivalentes de Caixa e aplicações financeiras de longo prazo

4.1 Caixa e equivalentes de caixa: Representam os recursos em moeda corrente, contas bancárias e aplicações financeiras, a saber:

	2023	2022
Caixas e bancos	818	540
Aplicações financeiras de curto prazo	**33.532**	27.530
Total de caixa e equivalente de caixa	**34.350**	**28.070**

As aplicações financeiras são consideradas como equivalente de caixa por serem de liquidez imediata e não apresentam risco de perda de valor significativo no momento de seu resgate. A Santa Casa possui aplicações financeiras de liquidez imediata vinculadas a CDI nos bancos Bradesco, Caixa Econômica Federal, Santander, Banco do Brasil e SICOOB com rendimentos de 12,95% a.a. em 2023 e em 2022 de 12,28% a.a. **4.2 Aplicações financeiras de longo prazo:** A Instituição possui títulos de capitalização classificados no Realizável a Longo Prazo, no montante de R$1.509 em 2023 (R$1.510 em 2022), adquiridos para melhorar a reciprocidade bancária e menores taxas de juros e que não atendem as definições de caixa e equivalentes de caixa.

5. Contas a receber

As contas a receber são provenientes da prestação de serviços, cujos saldos podem ser assim demonstrados:

	2023	2022
▪ Sistema Único de Saúde - SUS (a)	65.969	77.373
▪ Convênios (b)	18.400	16.973
▪ Ensino e Pesquisa (c)	12.054	10.798
▪ Serviços e Plano Funerário (d)	2.403	3.118
▪ Particulares (b)	1.358	1.821
▪ Cartões a Receber	3.127	3.400
▪ Cheques a Receber	748	740
Subtotal	**104.059**	**114.223**
▪ Provisão p/ devedores duvidosos	(22.398)	(22.396)
Total	**81.661**	**91.827**

(a) O saldo a receber por prestação de serviços ao Sistema Único de Saúde, os quais podem ser demonstrados da seguinte forma:

	2023	2022
SUS - Sistema Único de Saúde - Produção (1)*	**25.029**	**45.654**
Produção Hospitalar	19.581	10.528
Produção Ambulatorial	5.448	8.307
Reforço de custeio para recomposição de perdas com a Pandemia da Covid-19	-	26.819
SUS - Sistema Único de Saúde – Incentivos**	**40.939**	**31.719**
Incentivo Desempenho Hospitalar Ministério da Saúde	3.034	3.034
Incentivo Ministério da Saúde	13.355	7.381
Incentivo Secretaria Municipal de Saúde	14.946	8.011
Incentivo Secretaria Estadual de Saúde	9.605	13.293
Total	**65.969**	**77.373**

(*) Os valores registrados nas contas a receber referem-se à prestação de serviços contratuais junto à Secretaria Municipal de Saúde, realizados de acordo com o Plano Operativo e faturados conforme o instrumento de cobrança do Sistema Único de Saúde (SUS). Esses valores representam a produção hospitalar e ambulatorial, sendo parte de uma parceria contínua para atender às necessidades de saúde da população. Em 2022 houve um reforço excepcional de receita, no valor de R$ 26.819, regulamentado por meio da Lei complementar nº 197, de 6 de Dezembro de 2022 e pela Portaria GM/MS Nº 4.830, de 30 de Dezembro de 2022. Essa fonte de recursos originou-se dos saldos financeiros remanescentes dos fundos estaduais e municipais de saúde, representando um valor único e extraordinário que não se repetiu no ano seguinte, em 2023. (**) Valores a receber definidos por resoluções e portarias, orçadas no Plano Operativo firmado com a Secretaria Municipal de Saúde. No ano de 2023, o saldo de contas a receber nesta rubrica aumentou em R$ 9.221, principalmente devido à falta de previsão orçamentária por parte da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte, o que ocasionou atrasos nos repasses de incentivos. Essa situação impactou diretamente o saldo registrado, refletindo a demora no recebimento dos valores devidos à Santa Casa, regularizado no início de 2024. Destaca-se que estes recursos são estabelecidos por leis, portarias ministeriais e convênios, devidamente assegurados por orçamento público. Diante deste fato, não há para esta rubrica a criação de provisão para perda estimada e glosas. (b) Composto, principalmente, da prestação de serviço de assistência à saúde pelo São Lucas Hospital Particular e Convênios a operadoras de planos de saúde e particulares. (c) Mensalidades dos cursos de mestrado, graduação, pós-graduação e técnico oferecidos pela Faculdade de Saúde Santa Casa BH. (d) Prestação de serviços e plano funerário realizados pela unidade de Assistência Familiar Santa Casa. Em 31 de dezembro de 2023, a abertura das contas a receber por idade de vencimento era composta como segue:

	2023	2022
À vencer	61.168	70.991
Até 30 dias	1.948	4.171
De 31 a 90 dias	1.361	4.402
De 91 a 180 dias	2.444	3.771
Acima de 180 dias	37.138	30.888
Total	**104.059**	**114.223**

A movimentação da provisão para perda de créditos esperada está demonstrada a seguir:

	2023	2022
Saldo inicial	**22.396**	**18.053**
Adições	707	6.927
Reversão de provisão	(705)	(2.584)
Saldo final	**22.398**	**22.396**

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE BELO HORIZONTE CNPJ: 17.209.891/0001-93

6. Estoques

	2023	2022
Medicamentos	10.295	10.081
Órteses e Próteses	6.764	6.618
Materiais Médico Hospitalares	4.258	4.600
Gêneros Alimentícios E Correlatos	66	1.612
Materiais de Hotelaria	250	1.216
Materiais de Manutenção	678	532
Materiais de Escritório E Suprimentos De Informática	581	376
Materiais e Equipamentos De Segurança Do Trabalho	218	249
Materiais de Funerária	333	309
Outros	656	450
(-) Provisão Perda Estoque	(3.798)	(4.037)
Total	**20.301**	**22.006**

A Instituição efetuou a avaliação da necessidade de provisão para perda de estoque e obsolescência.

	2022	Reversão	Provisão	2023
(-) Provisão para perda de Estoque	(4.037)	1.844	(1.605)	(3.798)

	2021	Reversão	Provisão	2022
(-) Provisão para perda de Estoque	(4.073)	3.621	(3.585)	(4.037)

7. Subvenções governamentais

A Instituição reconhece contabilmente apenas aquelas emendas e convênios que já tiveram seus termos assinados, empenhados e publicados na imprensa oficial. Todos os projetos referentes às emendas foram devidamente cadastrados no Portal de Convênios - SICONV, do Governo Federal, e no Sistema de Gestão de Convênio - SIGCON do Estado de Minas Gerais. Segue abaixo a demonstração dos valores a receber referentes a tais benefícios:

	2023	2022
Emendas Federais	1.166	2.322
Emendas Estaduais	50	8.096
Recursos Fapemig	47	-
Total	**1.263**	**10.418**

Em conformidade com o CPC 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais, a Santa Casa mantém registrado em seu passivo os montantes correspondentes a:

- Subvenções recebidas e que a Instituição ainda não tenha atendido os requisitos para reconhecimento da receita; e
- Relacionada a ativos, que será apropriada como receita na mesma proporção da depreciação destes.

Os montantes registrados no passivo da Instituição podem ser assim demonstrados:

	2023	2022
Emendas Federais	24.589	26.136
Emendas Estaduais	5.183	5.990
Emendas Municipais	2.216	809
Convênios E Resoluções	1.045	-
Total	**33.033**	**32.935**

8. Impostos a recuperar

	2023	2022
PIS – repetição de indébito (a)	10.979	9.712
Crédito de INSS (b)	87	3.550
Outros	44	61
Total	**11.110**	**13.323**

	2023	2022
Curto Prazo	131	3.611
Longo Prazo	10.979	9.712
Total	**11.110**	**13.323**

(a) Em 2018 houve a publicação da sentença da Ação Judicial movida pela Santa Casa contra a União Federal, alegando a inexistência de relação jurídica tributária que a obrigue a recolher a contribuição ao PIS, reconhecendo: • A imunidade da Santa Casa; • A não obrigatoriedade do recolhimento do PIS sobre a Folha de Pagamentos; e • O indébito tributário, ou seja, o direito de compensar os pagamentos indevidos realizados nos últimos 5 anos. Contudo, não foi solicitada a compensação do valor do tributo deferido em sentença junto à Receita, tendo em vista que a União Federal apresentou recurso de Apelação para a reforma da decisão. O processo foi remetido ao TRF e encontra-se concluso pendente de julgamento. (e) Representa ativo financeiro adquirido de terceiros pela Santa Casa de Belo Horizonte, com deságio de 23%, tendo como finalidade extinguir passivos tributários previdenciários, decorrente da retenção de contribuições previdenciárias estatuídas pela Lei 8.212/91. Destaca-se que nos termos do § 1o, do art. 105, da Lei 4.320/64, ativos financeiros são os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e valores numerários, pelo que, analogicamente, os valores negociados pela Santa Casa se enquadram nessa definição. Estes ativos negociados são frutos do recolhimento feito pelas empresas tomadoras de serviços da alíquota de 11% (onze por cento) sobre a nota ou documento fiscal emitido pelos prestadores de serviços cedentes de mão de obra, os quais são entregues ao Tesouro Nacional, através de uma GPS (Guia Previdência Social) em nome do contribuinte, prestador de serviços. Desse modo, o prestador de serviços que sofreu a retenção da alíquota de 11% (onze por cento) sobre a Nota Fiscal que expediu contra o tomador de serviços passa a ter o direito subjetivo de compensar suas obrigações previdenciárias até o limite da retenção sofrida, nos termos do § 1º do art.31, da Lei 8212/91. A Instituição adquire o valor excedente resultante da operação acima, passível de restituição conforme previsto na legislação citada e o utiliza para quitação de suas obrigações previdenciárias, processando o crédito via sistema PER/DCOMP (Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração) da Secretaria da Receita Federal. A instituição apresenta a seguir o detalhamento das transações deste ativo financeiro: A Movimentação das transações deste ativo financeiro está demonstrada a seguir:

	2022	Admissão	Baixa	2023
Crédito de INSS	**3.550**	-	3.463	87

	2021	Admissão	Baixa	2022
Crédito de INSS	16.546	4.947	(17.943)	3.550

A Instituição procedeu à contratação visando à disponibilização de Ativos Financeiros para quitar débitos previdenciários da Santa Casa. Essa ação envolveu a utilização de um ativo financeiro resultante da retenção de contribuições previdenciárias estabelecidas pela Lei 8.212/91. Vale destacar que o valor em questão já foi arrecadado, devidamente classificado e registrado contabilmente de forma automatizada. Foi constatado que a contratação está respaldada por apólices de Carta de Fiança, as quais garantem cobertura em caso de inadimplência de pagamento, indenização ou restituição no caso de anulação da operação pela Receita Federal ou outro ente público dentro do período de prescrição. Além disso, as apólices oferecem cobertura para juros e multas, se aplicados conforme previsto no contrato e seus aditivos. Essas medidas asseguram não apenas os lançamentos pretéritos, mas também os atuais, protegendo os interesses da Santa Casa BH em situações de inadimplência contratual por parte da contratada, garantindo assim a segurança do negócio. Os créditos disponibilizados foram utilizados até a competência de março/2023.

9. Adiantamentos

Decorrem, basicamente, de adiantamentos efetuados a fornecedores para compra de equipamentos, materiais, medicamentos, gases medicinais e adiantamentos de benefícios trabalhistas como transporte e alimentação.

	2023	2022
Equipamentos	6.100	5.069
Folha de pagamento	9.891	4.874
Materiais médicos e medicamentos	5.205	9.454
Peças e acessórios	582	319
Prestação de Serviços	2.074	488
Total	**23.852**	**20.204**

10. Outras contas a receber

10.1Curto prazo

	2023	2022
Processos Cíveis – Precatório (b)	61.060	-
Fornecedores a recuperar	6.586	750
Aluguéis a receber	86	40
Empréstimos MAT/MED	9.531	3.256
Planos de saúde - Contratado	1.363	1.364
Promed	-	598
Outras	2.483	1.151
Subtotal	**81.109**	**7.159**
PECLD - Valor a receber Aluguéis (a)	(118)	(118)
Total	**80.991**	**7.041**

A movimentação da provisão para perda de créditos esperada está demonstrada a seguir:

	2023	2022
Saldo inicial	118	105
Adições	-	26
Reversão de provisão	-	(13)
Saldo final	**118**	**118**

10.2 Longo prazo

	2023	2022
Processos Cíveis Transitados Em Julgado – Precatório (a)	-	54.902
Restituições Tributarias	10.979	9.712
Outras	793	788
Total	**11.757**	**65.402**

(a) O saldo registrado no exercício anterior no longo prazo estava principalmente composto pelo reconhecimento da parcela incontroversa do processo nº 2003.38.00.061312-1, movido pela Instituição contra a União. Este processo refere-se à ação de cobrança das diferenças nos repasses feitos pelo SUS à Santa Casa, a partir de julho de 1994, devido à utilização do fator de conversão para URV - Unidade Real de Valor. Em 26 de junho de 2021, as partes chegaram a um acordo, resultando no compromisso da União em pagar à Santa Casa o valor atualmente estimado em R$ 61.060 milhões atualizados até dezembro de 2023, já descontado os honorários advocatícios. Em 13 de julho de 2021, esse valor foi incluído na relação de precatórios do Orçamento Geral da União para o exercício de 2022, referente ao precatório gerado no processo da URV. A decisão emitida em 1º de dezembro de 2023 pelo Supremo Tribunal Federal, que declarou a inconstitucionalidade da Proposta de Emenda à Constituição Nº 23 (PEC dos Precatórios), possibilitou a incorporação do precatório no Orçamento Federal deste exercício, alterando o seu perfil de recebimento de longo para o curto prazo.

11. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais representam recursos financeiros que estão sob a guarda do Juízo, destinados a garantir ações cíveis e trabalhistas em curso. Não houve movimentação relevante durante o exercício.

	2023	2022
Depósitos e bloqueios judiciais	5.274	5.283
Total	**5.274**	**5.283**

12. Propriedades para investimentos

As edificações e terrenos são mantidos pela Instituição com o propósito de geração de receita por meio de locação. Estes ativos são apresentados da seguinte forma:

		2023			2022		
Descrição	**Vida útil**	**Custo**	**Depreciação**	**Líquido**	**Custo**	**Depreciação**	**Líquido**
▪ Terrenos	Ilimitada	3.120	-	3.120	3.120	-	3.120
▪ Edificações	35 anos	2.925	(435)	2.490	2.925	(416)	2.509
Total		**6.045**	**(435)**	**5.610**	**6.045**	**(416)**	**5.629**

13. Imobilizado

O ativo imobilizado da instituição apresenta a seguinte vida útil:

Descrição	Vida útil	Taxa vida útil
Edif. e benfeitorias	35 anos	4%
Equipa. Hospitalares	10 anos	10%
Equipa. de informática	5 anos	10%
Máquinas e equipa.	10 anos	10%
Móveis e utensílios	5 anos	10%
Veículos	5 anos	10%
Obra de Arte	Ilimitado	Ilimitado
Terrenos	Ilimitado	Ilimitado

O ativo imobilizado da Instituição apresenta a seguinte composição:

		2023			2022
Descrição	**Taxa Deprec.**	**Custo**	**Depreciação**	**Líquido**	**Líquido**
Edif. e benfeitorias	4%	223.025	(50.467)	172.558	174.718
Equipa. hospitalares	2%	79.362	(43.700)	35.662	39.534
Equipa. de informática	2%	3.887	(3.000)	887	953
Máquinas e equipa.	2%	7.111	(4.039)	3.072	3.358
Móveis e utensílios	2%	9.073	(5.502)	3.571	4.200
Veículos	2%	1.315	(994)	321	358
Obra de Arte	Ilimitada	567	-	567	567
Terrenos	Ilimitada	262.181	-	262.181	262.181
Obras em andamento	N/A	27.813	-	27.813	13.585
Adiant. fornecedores	N/A	689	-	689	149
Outras Imobilizações	N/A	8.056	-	8.056	2.387
Total		**623.079**	**(107.702)**	**515.377**	**501.990**

		2022			2021
Descrição	**Taxa Deprec.**	**Custo**	**Depreciação**	**Líquido**	**Líquido**
Edif. e benfeitorias	4%	223.025	(48.307)	174.718	157.180
Equip. hospitalares	2%	78.571	(39.037)	39.534	32.503
Equip. de informática	2%	3.495	(2.542)	953	979
Máquinas e equip.	2%	6.610	(3.252)	3.358	4.447
Móveis e utensílios	2%	8.785	(4.585)	4.200	5.613
Veículos	2%	1.225	(867)	358	347
Obra de Arte	Ilimitada	567	-	567	567
Terrenos	Ilimitada	262.181	-	262.181	262.181
Obras em andamento	N/A	13.585	-	13.585	41.718
Adiant. fornecedores	N/A	149	-	149	7
Outras Imobilizações	N/A	2.387	-	2.387	1.445
Total		**600.580**	**(98.589)**	**501.990**	**506.988**

A movimentação do imobilizado no período foi a seguinte:

Imobilizado	Taxa Deprec.	2022	Adições	Depreciação	Baixa	Transf.	2023
Edificações e Benfeitorias	4%	174.713	-	(2.160)	-	-	172.558
Equip. Hospitalares	2%	39.535	4.470	(4.663)	(3.680)	-	35.662
Equip. Informática	2%	955	923	(458)	(530)	-	887
Máquinas e Equip.	2%	3.360	522	(787)	(22)	-	3.071
Móveis e Utensílios	2%	4.200	323	(918)	(34)	-	3.571
Veículos	2%	358	90	(126)	-	-	322
Obras de Arte	Ilimitado	567	-	-	-	-	567
Terrenos	Ilimitado	262.181	-	-	-	-	262.181
Obras em andamento	N/A	13.584	14.228	-	-	-	27.813
Outras Imobilizações	N/A	2.388	6.209	-	-	-	8.745
Total Geral		**501.990**	**26.765**	**(9.112)**	**(4.266)**	**-**	**515.377**

Imobilizado	Taxa Deprec.	2021	Adições	Depreciação	Baixa	Transf.	2022
Edificações e Benfeitorias	4%	157.236	-	(5.165)	(2.228)	24.870	174.713
Equip. Hospitalares	2%	32.503	13.351	(4.680)	(1.639)	-	39.535
Equip. Informática	2%	979	274	(203)	(95)	-	955
Máquinas e Equip.	2%	4.447	373	(445)	(1.015)	-	3.360
Móveis e Utensílios	2%	5.613	229	(589)	(1.053)	-	4.200
Veículos	2%	347	17	(6)	-	-	358
Obras de Arte	Ilimitado	567	-	-	-	-	567
Terrenos	Ilimitado	262.181	-	-	-	-	262.181
Obras em andamento	N/A	41.718	12.705	-	(15.969)	(24.870)	13.584
Adiant. a fornecedores	N/A	7	201	-	(59)	-	149
Outras Imobilizações	N/A	1.445	1.094	-	(151)	-	2.388
Total Geral		**506.988**	**28.243**	**(11.088)**	**(22.211)**	**-**	**501.990**

14. Intangível

O Intangível pode ser assim demonstrado:

		2023			2022
Descrição	**Taxa amort.**	**Custo**	**Amortização**	**Líquido**	**Líquido**
Softwares Implantados	4%	15.975	(8.878)	7.097	8.936

		2022			2021
Descrição	**Taxa amort.**	**Custo**	**Amortização**	**Líquido**	**Líquido**
Softwares Implantados	4%	15.894	(6.958)	8.936	719

A movimentação do período foi a seguinte:

Intangível	2022	Adições	Amortização	Baixa	2023
Softwares Implantados	8.936	81	(1.920)	-	7.097

Intangível	2021	Adições	Amortização	Baixa	2022
Softwares Implantados	719	9.247	(1.030)	-	8.936

15. Fornecedores

Referem-se a bens ou serviços que foram adquiridos no curso ordinário dos negócios, sendo os valores classificados como passivos circulantes, se devidos no período de até doze meses, e após esse prazo são apresentados no passivo não circulante.

	2023	2022
Fornecedores	120.809	118.561
Confirming (a)	-	4.492
(-) ajuste a valor presente	(4.879)	(7.287)
Total	**115.930**	**115.766**

	2023	2022
Circulante	81.322	70.540
Não circulante	34.608	45.226

(a) Em 2022, a Santa Casa obteve financiamento junto às instituições financeiras Santander para liquidar passivos relacionados a fornecedores estratégicos. Essa operação, de curto prazo, foi necessária para estender o capital de giro da Instituição, fato não ocorrido em 2023.
Apresenta-se também, uma projeção dos pagamentos previstos aos fornecedores de longo prazo, abrangendo os próximos anos. Esta análise tem como objetivo fornecer uma visão clara e precisa sobre os compromissos financeiros futuros da Instituição, permitindo um melhor planejamento e gestão financeira.

	2025	2026	2027	Demais exercícios
Fornecedores - Não circulante	8.856	7.377	5.372	17.882

16. Obrigações com pessoal

	2023	2022
Ordenados a pagar	11.059	9.240
Provisões para férias	23.779	20.619
Provisão para encargos	1.902	1.650
Total	**36.740**	**31.509**

17. Impostos e contribuições

O saldo abrange tributos correntes, bem como débitos de parcelamentos de FGTS e ISSQN que não foram incluídos no PROSUS, na sequência é possível visualizar de forma detalhada esses tributos:

	2023		2022	
	Circulante	**Não circulante**	**Circulante**	**Não circulante**
INSS	2.804	-	2.151	-
FGTS	2.779	-	2.761	-
IRRF	3.565	-	2.415	-
ISSQN Parcelamento (a)	5.407	11.665	5.407	15.553
ISSQN Corrente	4.330	-	4.261	-
PIS	413	-	626	-
Outros Parcelamentos	1.913	4.542	769	967
Total	**21.211**	**16.207**	**18.390**	**16.520**

A Instituição apresenta o cronograma de vencimentos de seus parcelamentos para os próximos anos:

	2024	2025	2026	Demais exercícios
ISSQN – Parcelamento	5.407	3.877	3.877	3.911
Outros parcelamentos	1.914	1.560	1.280	1.702
Total	**7.321**	**5.437**	**5.157**	**7.143**

(a) Principalmente composta por débitos relacionados a três termos de verificação fiscal - 13.615.19.044682A, 13.615.19.044685A e 13.615.19.044688 - originados do saldo devedor do ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza) referente ao período de 2014 a 2019, a situação financeira da Santa Casa é impactada. Em 2022, a instituição aderiu ao Programa BH Mais Saúde, que visa liquidar esses débitos por meio da prestação de serviços vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS) pela Santa Casa, com uma remuneração diferenciada, conforme estipulado pelo artigo 27 da Lei nº 10.082, de 12 de janeiro de 2011. Importante dizer que, em 2023, essa iniciativa resultou em uma economia de R$3 milhões no ano para a Santa Casa.

18. Ressarcimento Sistema Único de Saúde – SUS

Em dezembro de 2013, a Instituição registrou em seu passivo um montante de R$9.000 referente a débitos identificados de ressarcimento ao SUS. Esses débitos correspondem ao período em que o plano de saúde era administrado pela Santa Casa, sua mantenedora. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo remanescente totalizava R$4.036. No ano de 2014, a maioria desses débitos foi parcelada em 180 meses, em conformidade com a Portaria AGU Nº 395, de 22 de outubro de 2013, e a AGU Nº 247, de 14 de julho de 2014. Como resultado, a Instituição obteve benefícios que incluem descontos de 100%, 60% e 25% sobre encargos legais, multas de mora e juros de mora, respectivamente. O detalhamento do débito é apresentado da seguinte maneira:

	2023		2022	
	Circulante	**Não circulante**	**Circulante**	**Não circulante**
Parcelado	1.011	-	1.066	-
Não parcelado	-	3.025	-	3.600
Total	**1.011**	**3.025**	**1.066**	**3.600**

19. Empréstimos e Financiamentos

As operações realizadas pela Instituição em 2023, notavelmente foram voltadas para obtenção de fundos para investimentos. A composição de suas operações financeiras neste ano reflete essa estratégia:

		2023	
	Encargos	**Circulante**	**Não circulante**
Caixa Econômica Federal	0,89a.m.(0,64+0,25Tr)	7.988	48.549
Caixa Econômica Federal (a)	0,92a.m.(0,67+Tr)	3.905	9.942
Caixa Econômica Federal (a)	0,8636a.m.(0,617a.m.+Tr0,246)	3.543	22.842
Bradesco (a,b)	0,86%a.m.	11.954	44.848
Credicom (a)	0,20%a.m.+CDI do mês	4.124	18.595
Santander (a)	0,86%a.m.	5.885	14.498
SICOOB (b)	0,20%a.m.+CDI do mês	1.409	7.320
Total		**38.808**	**166.594**

		2022	
	Encargos	**Circulante**	**Não circulante**
Caixa Econômica Federal	0,89am(0,64+0,25Tr)	6.193	54.686
Caixa Econômica Federal (a)	0,92a.m.(0,67+Tr)	3.608	12.668
Caixa Econômica Federal (a)	0,8636a.m.(0,617a.m.+Tr0,246)	2.806	24.844
Bradesco (a)	0,86%a.m.	8.903	45.321
Credicom (a)	0,20%a.m.+CDI do mês	3.351	22.649
Santander (a)	0,86%a.m.	5.331	20.411
Total		**30.192**	**180.579**

A Instituição apresenta a seguinte movimentação em 2023:

Instituições	Encargos	2022	Contratações	Amortização	Juros pagos	Juros incorridos	2023
Caixa Econômica (a)	0,89 a.m. (0,64+0,25 Tr)	60.879	-	(6.100)	(4.859)	6.619	56.539
Caixa Econômica (a)	0,92 a.m. (0,67+Tr)	16.275	-	(3.587)	(1.401)	2.560	13.847
Caixa Econômica (a)	0,8636 a.m. (0,617 a.m.+Tr 0,246)	27.650	-	(2.815)	(2.081)	3.631	26.385
Bradesco (a)	0,86% a.m.	54.224	-	(8.855)	(5.241)	5.196	45.324
Bradesco (b)	1.240% a.m	-	11.073	(468)	(446)	1.318	11.477
Credicom	0,20% a.m. + CDI do mês	26.001	-	(3.322)	(3.636)	3.675	22.718
Santander (a)	0,86% a.m.	25.742	-	(5.296)	(2.432)	2.368	20.382
SICOOB (b)	0,20% a.m + CDI do período	-	9.000	(380)	(1.143)	1.253	8.730
Total		**210.771**	**20.073**	**(30.822)**	**(21.238)**	**26.617**	**205.402**

Instituições	Encargos	2021	Contratações	Amortização	Juros pagos	Juros incorridos	2022
Caixa Econômica (a)	0,89 a.m. (0,64+0,25 Tr)	62.256	62.056	(66.910)	(3.285)	6.762	60.879
Caixa Econômica (a)	0,92 a.m. (0,67+Tr)	-	18.000	(1.800)	(622)	697	16.275
Caixa Econômica (a)	0,8636 a.m. (0,617 a.m.+Tr 0,246)	-	28.000	(467)	(206)	322	27.649
Bradesco (a)	0,86% a.m.	62.246	-	(7.985)	(6.110)	6.074	54.225
Credicom (a)	0,20% a.m. + CDI do mês	-	25.833	-	(1.559)	1.727	26.001
Credicom (a)	0,28% a.m. + CDI	31.379	-	(31.572)	(3.428)	3.621	-
Santander (a)	0,86% a.m.	30.188	-	(4.418)	(2.949)	2.921	25.742
Credicom (a)	Conta Garantida	722	-	(722)	-	-	-
Total		**186.791**	**133.889**	**(113.874)**	**(18.159)**	**22.124**	**210.771**

A Instituição apresenta a seguir o cronograma de vencimentos para os próximos anos a partir de 2024, composto do principal mais juros.

Instituições	Encargos	2024	2025	2026	Demais exercícios
Caixa Econômica (a)	0,89 a.m.(0,64+0,25Tr)	11.087	11.087	11.087	66.520
Caixa Econômica (a)	0,92 a.m.(0,67+Tr)	4.995	4.995	4.995	4.995
Caixa Econômica (a)	0,8636 a.m.(0,617a.m.+Tr 0,246)	4.891	4.891	4.891	29.348
Bradesco (a)	0,86% a.m.	3.653	3.653	3.653	4.566
Bradesco (b)	1,24% a.m	14.095	14.095	14.095	12.921
Credicom (a)	0,20% a.m+CDI do período	7.063	6.971	5.808	12.290
Credicom (a)	0,20% a.m+CDI do período	2.617	2.400	2.183	5.643
Sicoob (b)	0,86% a.m.	7.727	7.727	7.727	644
Total		**56.128**	**55.819**	**54.439**	**136.927**

Instituições	Encargos	2023	2024	2025	Demais exercícios
Caixa Econômica (b)	0,89 a.m.(0,64+0,25Tr)	11.014	11.014	11.014	27.836
Caixa Econômica (a)	0,92 a.m.(0,67+Tr)	4.997	4.997	4.997	1.286
Caixa Econômica (a)	0,8636 a.m. (0,617 a.m.+Tr 0,246)	4.859	4.859	4.859	13.074
Bradesco (a)	0,86% a.m.	14.095	14.095	14.095	11.938
Credicom (a)	0,20% a.m.+CDI do mês	6.957	7.063	6.971	5.010
Santander (a)	0,86% a.m.	7.727	7.727	7.727	2.561
Total		**49.649**	**49.755**	**49.663**	**61.704**

(a) Os empréstimos obtidos junto a instituições financeiras privadas têm como finalidade o financiamento do capital de giro e investimentos. Estes empréstimos estão sujeitos aos encargos típicos do mercado financeiro, com contratos que possuem vencimentos diversos e cláusulas de renovação periódica. As garantias para esses empréstimos são garantidas por meio da cessão de direitos creditórios sobre os recursos a receber do SUS. (b) Os recursos captados em 2023, foram para realização de investimentos na operação da Instituição.

20. Provisões para contingências

As provisões para contingências, relacionadas a processos trabalhistas, cíveis e tributários movidos contra a Instituição, são constituídas com base na avaliação de risco realizada pela Diretoria Jurídica. Estas provisões são consideradas adequadas pela Direção da Instituição e podem ser apresentadas da seguinte forma:

	2023	2022
Cíveis	737	357
Trabalhistas	3.418	3.316
Tributárias	1.103	1.103
Total	**5.258**	**4.776**
(-) Depósitos recursais - Processo trabalhista	(60)	(133)
Total	**5.198**	**4.643**

A Instituição enfrenta processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista e tributária, decorrentes das operações normais de suas atividades. A probabilidade de perda associada a esses processos varia de remota, possível e provável, conforme avaliação de nossos consultores jurídicos. De acordo com as normas contábeis aplicáveis, não há a necessidade de provisionamento para contingências nessas circunstâncias. A Diretoria Jurídica da instituição identifica os processos com risco provável de contingência como aqueles que envolvem decisões judiciais já emitidas, parcial ou totalmente desfavoráveis aos interesses da Santa Casa BH, mesmo que ainda estejam em fase de contestação até o trânsito em julgado. No ano de 2023, os saldos referentes aos processos classificados como risco possível de contingência foram de R$27.745 para trabalhista, R$546 para tributário e R$8.661 para cível. Demonstra-se na sequência, a movimentação dessas provisões:

	2021	2022			2023		
	Saldo	**Adições**	**Baixas**	**Saldo**	**Adições**	**Baixas**	**Saldo**
Cível	596	678	(917)	357	1.430	(1.050)	737
Trabalhista	5.245	3.536	(5.465)	3.316	4.843		3.418
Tributária	1.103	-	-	1.103	2	(2)	1.103
Provisão para Contingências	**6.944**	**4.214**	**(6.382)**	**4.776**	**6.275**	**(5.793)**	**5.258**

A Instituição apresenta também os seus principais processos registrados como risco provável: Os principais processos contingenciados da Santa Casa são de natureza trabalhista, nos quais destacam-se: PROCESSO 0010916-98.2016.5.03.0107 - Ação trabalhista em 15/06/2016, onde a autora pleiteou verbas trabalhistas com valor de risco de perda estimado em R$ 151.
PROCESSO 0010907-74.2017.503.0181 - Ação trabalhista ajuizada em 27/06/2017, onde o Autor pleiteou verbas trabalhistas com valor de risco de perda estimado em R$ 600.

21. Outras exigibilidades

Podem ser assim demonstradas:

	2023		2022	
	Circulante	**Não circulante**	**Circulante**	**Não circulante**
Parcelamento Fornecedores	8.055	-	14.286	-
Empréstimo de insumos (a)	12.675	-	2.745	-
Adiantamento de Clientes (b)	3.488	-	753	-
Obrigações diversas	3.210	-	2.501	-
Operações entre coligadas	1.785	-	1.780	-
Receitas antecipadas (c)	1.052	-	609	-
Acordos processos trabalhistas (d)	4.363	2.688	4.383	5.748
Acordos processos cíveis (e)	2.999	-	3.201	2.999
Total	**37.627**	**2.688**	**30.258**	**8.747**

(a) Trata-se de empréstimo de materiais e medicamentos provenientes de terceiros, bem como, recebimento antecipado de materiais e medicamentos. (empréstimo de insumos). (b) A variação crescente em 2023, reflete as entradas dos valores de órteses e próteses da cessão de crédito ainda não reconhecida no faturamento SUS. (c) Variação de registro em conta transitória do contas a receber do São Lucas Hospital Particular e Convênios. d) Decorre de um acordo realizado entre a Instituição e o Sindicato, oriundo da não aplicação dos reajustes salariais referente ao período de 1º abril de 2001 à 1º de abril de 2008. Em 2020, a Instituição efetuou um novo acordo acrescentado o período de 2009 a 2015, o saldo apurado será pago em 65 parcelas, com valor médio de R$ 167 mil mensais. (e) Decorre do processo 0241353-86.2007.8.26.01 por cobrança de saldo devedor oriundo de uma operação de empréstimos contraído junto ao Banco Bandeirantes S/A, através de seu sucessor o Banco Itaú Unibanco S/A. Na ocasião o valor acordado totalizou R$ 18.996 mil, parcelados em 76 vezes de R$ 250 mil mensais.

22. Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos – PROSUS e Programa BH Mais Saúde: 22.1 Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades sem Fins Lucrativos – PROSUS: Em 2014, a Santa Casa conseguiu equacionar o seu passivo tributário, obtendo certidões negativas junto às esferas Municipal, Estadual e Federal. A Lei nº 12.873, publicada no Diário Oficial da União em 25 de outubro de 2013, instituiu o Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e sem Fins Lucrativos que atuam na Área da Saúde e que participam de forma complementar com o Sistema Único de Saúde - PROSUS. Em 5 de agosto de 2014, foi publicada no DOU a concessão do deferimento do programa PROSUS à Santa Casa. O pedido de moratória da Santa Casa foi deferido conforme despacho decisório de n° 1684 - DRF/BH, de 20 de novembro de 2014. Essa moratória abrange dívidas tributárias e não tributárias, inclusive aquelas com exigibilidade suspensa, vencidas até 31 de março de 2014, sob a gestão da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). Ao solicitar a moratória, a Instituição desistiu dos parcelamentos previstos nas Leis 11.941/09 e 11.345/06, bem como de todas as contestações administrativas e judiciais dos débitos junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), Receita Federal (RFB) e Previdência. Isso resultou em um aumento do passivo da Instituição, que passou de R$251.000 em março de 2014 para R$318.196 em dezembro de 2014, com um reflexo correspondente de R$66.500 no resultado daquele exercício.
Segue abaixo a segregação dos débitos:

	2023	2022
Débitos previdenciários	**131.515**	**131.515**
Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN)	100.781	100.781
Receita Federal do Brasil (RFB)	30.734	30.734
Débitos não previdenciários	**186.681**	**186.681**
Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN)	186.681	186.681
	318.196	**318.196**
Remissão moratória PROSUS (*)	(261.983)	(225.100)
Total de tributos a remir	**56.213**	**93.096**

(*) valor acumulado de 2015 a dezembro de 2023.
A classificação como Não Circulante se deve à concessão de uma moratória de 15 anos, condicionada à Instituição honrar regularmente com os pagamentos dos tributos correntes, o que tem sido cumprido desde abril de 2014. Anualmente, o valor recolhido a título de tributos correntes resulta na remissão equivalente das dívidas abrangidas pela moratória. Em conformidade com a Lei 12.813/13, a Santa Casa registrou, em 2022, a remissão da dívida junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Essa remissão diz respeito aos tributos quitados nos períodos de outubro de 2022 a setembro de 2023, totalizando R$ 36.883 (sendo R$ 35.355 em 2022). Este valor é incorporado ao resultado da Instituição. Vale ressaltar que a projeção é de que a remissão do Programa de Fortalecimento das Entidades Privadas Filantrópicas e das Entidades Sem Fins Lucrativos que Atuam na Área de Saúde (PROSUS) seja concluída em um prazo de três anos, seguindo as diretrizes estabelecidas pelo programa. Em 04 de janeiro de 2016, a Portaria SAS/MS nº 09 indeferiu de forma conclusiva o pedido de adesão da Santa Casa ao PROSUS. Contudo, em 14 de abril de 2016, por meio da Portaria Nº 373, o deferimento foi concedido de maneira definitiva e em grau de Reconsideração, permitindo à Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte aderir ao programa. A Administração da Instituição reitera seu compromisso com o cumprimento das condições estipuladas pelo PROSUS e, até a data de emissão deste balanço, a Instituição está em conformidade com tais requisitos.

22.2 Programa BH Mais Saúde

A Santa Casa BH aderiu ao Programa BH Mais Saúde por meio do Decreto nº 16.882, de 6 de abril de 2018, o qual estabelece a extinção de créditos tributários relativos ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) através da compensação com a remuneração pela prestação de serviços de assistência à saúde humana. Este decreto visa incentivar a oferta de serviços vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS) do município, promovendo uma maior integração entre as instituições de saúde e o poder público local. Essa iniciativa não apenas beneficia a instituição de saúde, possibilitando a compensação de créditos tributários, mas também fortalece o acesso à assistência médica para a população, ao integrar serviços de saúde privados com a rede pública, promovendo, assim, uma melhoria nos cuidados de saúde oferecidos à comunidade. A partir da adesão à este programa o pagamento do parcelamento do imposto devido vem sendo realizado através da produção de procedimentos ambulatoriais para o SUS, que foram acordados em conjunto com a Secretaria Municipal de Saúde - SMSA, resultando em uma economia de caixa para a Santa Casa de R$ 3 milhões em 2023.

23. Receitas diferidas

São resultado da antecipação do recebimento de aluguéis dos imóveis de renda, do faturamento do plano funerário durante o período de cobertura do risco, da antecipação do recebimento dos boletos das unidades de educação com vencimento no exercício de 2024 e do repasse do Projeto PRONON - Projeto Nacional de Atenção à Oncologia.

	2023	2022
Repasses condicionais Projeto Nacional de Atenção a Oncologia-PRONON (a)	8.493	8.537
Receita antecipada educacional/Convênios e Particulares	175	179
Receita antecipada imóveis de renda	19	17
Total	**8.687**	**8.733**

(a) Instituído pela lei nº 12.715/2012, o PRONON - Projeto Nacional de Atenção à Oncologia tem como objetivo incentivar iniciativas e serviços oferecidos por entidades sem fins lucrativos. O programa visa ampliar o acesso a serviços e expandir o atendimento médico assistencial, através de doações de recursos por parte de pessoas físicas e jurídicas, com a possibilidade de dedução do imposto sobre a renda.

24. Receita operacional

	2023	2022
SUS – Sistema Único de Saúde		
Hospital Santa Casa		
Hospitalar	140.181	181.649
Ambulatorial	37.101	55.539
Cessão de Crédito (a)	24.277	-
Incentivos		
Estadual	54.694	41.839
Municipal	176.612	123.408
Federal	96.143	95.353
	529.008	**497.788**
Ambulatório Especializado 100% SUS		
Ambulatorial	34.485	5.807
Cessão de Crédito (a)	661	-
Incentivos		
Estadual	844	26
Municipal	13.140	10.349
Federal	3.790	1.894
	52.920	**18.076**
Medicina Suplementar		
Hospital Santa Casa	22.069	6.065
Hospital São Lucas	52.394	73.221
Glosas	(2.117)	(4.855)
Cessão de Crédito (a)	47	-
	72.393	**74.431**
Ensino e Pesquisa	**33.442**	**28.464**
Serviço Funerário		
Funerária	**11.625**	**14.283**
Plano Santa Vida	**2.377**	**3.762**
	14.002	**18.045**
Doações	**37.042**	**15.170**
Total	**738.806**	**651.974**

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE BELO HORIZONTE CNPJ: 17.209.891/0001-93

(a) Trata-se de valores cedidos a terceiros com base na tabela SUS vigente. Em 2023, foi estabelecido ajuste no processo de contabilização desses valores referente a cessão de crédito de OPME e honorários médicos, que passaram a ser reconhecidos tanto como receita e como custo, para fins de informação não afetando o resultado.

25. Custos dos serviços prestados

	2023	2022
Gastos com Pessoal (a)	(312.123)	(266.987)
Serviços de Terceiros (b)	(149.416)	(130.584)
Medicamentos	(61.015)	(65.470)
Materiais Médicos (b)	(72.717)	(59.274)
Outros Custos	(38.623)	(33.869)
Depreciação	(10.020)	(10.495)
Total	**(643.914)**	**(566.679)**

(a) Parte da variação dos gastos com pessoal reflete diretamente o compromisso assumido com o pagamento do Piso Nacional da Enfermagem, de acordo com a lei **n.º 14.434/2022**. Esse custo adicional R$ 16.678M, tem contrapartida na receita, proveniente do repasse de recursos disponibilizado pelo governo federal para financiamento desse custo. O incremento desses recursos, demonstra a capacidade de gestão e a responsabilidade desta instituição em promover a valorização e o reconhecimento dos profissionais de enfermagem. Ressalta-se ainda, a aplicação da correção salarial, conforme acordo estabelecido entre a Santa Casa BH e o sindicato da categoria, que estipulou um índice de 8%. Esta medida, além de promover a equidade salarial, reafirma o comprometimento desta instituição com o bem-estar e a valorização de seus colaboradores, fortalecendo os laços de parceria e respeito mútuo. (b) No exercício de 2023, procedeu-se a um ajuste significativo no processo de contabilização referente à cessão de crédito de Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME), e Honorários Médicos, contribuindo para o aumento das contas de materiais médicos e serviços de terceiros, resultando em sua reclassificação como custo. Segue abaixo os eventos mais significativos: • Materiais Médicos: O ajuste mencionado influenciou diretamente a contabilização dos materiais médicos, resultando em um aumento significativo nessa rubrica, totalizando R$ 15,4 milhões. Esta alteração reflete a inclusão dos custos associados à cessão de crédito de OPME, anteriormente não considerados nesta categoria, e evidencia uma representação mais precisa dos custos relacionados a estes insumos. • Serviços de Terceiros: Além disso, o ajuste teve repercussão na conta de serviços de terceiros, totalizando um montante de R$ 14 milhões. Esta variação reflete o reconhecimento dos custos associados à cessão de crédito de OPME e Honorários Médicos como parte integrante dos serviços prestados por terceiros à entidade, reforçando a transparência e a fidedignidade das informações contábeis. Destaca-se que a realização deste ajuste visa assegurar a conformidade contábil e a adequada representação dos eventos econômicos e financeiros da entidade, em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos e as normativas específicas do setor. Ressalta-se ainda que a adoção dessa prática contábil reflete o compromisso da entidade com a transparência, a confiabilidade e a conformidade das demonstrações financeiras, contribuindo para uma gestão eficaz e para a tomada de decisões embasadas em informações precisas e relevantes.

26. Despesas gerais e administrativas

	2023	2022
Gastos com Pessoal	(23.923)	(20.083)
Serviços de Terceiros	(19.772)	(16.492)
Custos de bens baixados	(1.243)	(3.089)
Ajuste de estoques	-	(3.865)
Outros Custos	(5.244)	(1.683)
Depreciação	(4.054)	(1.569)
Total	**(54.236)**	**(46.781)**

Outras receitas

	2023	2022
Subvenções governamentais	2.253	2.108
Outras receitas	5.699	2.050
Insubsistência ativa (a)	1.107	-
Total	**9.059**	**4.158**

(a) Refere-se a baixa de recebíveis que não serão realizáveis no caixa por prescrição ou por perda.

28. Despesas tributárias

Descrição	2023	2022
ISSQN – Parcelamento	-	10.016

A correção do saldo devedor da Santa Casa BH em relação ao ISSQN, que compreende o período de 2014 a 2019, foi um passo necessário para que a instituição pudesse aderir ao Programa BH Mais Saúde. Este programa tem como objetivo estimular a prestação de serviços vinculados ao Sistema Único de Saúde - SUS, conforme previsto no art. 27 da Lei nº 10.082, de 12 de janeiro de 2011. A partir da adesão à este programa o pagamento do parcelamento do imposto devido vem sendo realizado através da produção de procedimentos para o SUS, que foram acordados em conjunto com a Secretaria Municipal de Saúde - SMSA, resultando em uma economia de caixa para a Santa Casa na ordem de R$ 3 milhões no ano. Ressalta-se que o valor do ISSQN registrado no ano de 2022, foi realizado com o recebimento do auto de infração naquela ocasião.

29. Despesas financeiras

	2023	2022
Juros e atualização monetária s/empréstimos	(26.726)	(25.274)
Juros e multas tributárias	(12.044)	(6.697)
Descontos Concedidos (a)	(615)	(3.824)
Juros de parcelamento de fornecedores	(494)	(752)
Mora de fornecedores	(29)	(168)
Multas	(53)	(135)
Taxas e comissões bancárias	(398)	(336)
Outras	(551)	(516)
Total	(40.910)	**(47.718)**

(a) Em sua quase totalidade são descontos concedidos sobre o recebimento das mensalidades dos cursos ofertados pela Faculdade Santa Casa e na prestação de serviços funerários.

30. Receitas financeiras

	2023	2022
Juros e atualização monetária (a)	9.940	8.009
Descontos obtidos	3.120	13.552
Multas	174	172
Rendimentos de aplicação financeira	2.316	2.181
Total	**15.550**	**23.914**

(a) Em quase sua totalidade, composto pela atualização do reconhecimento da parcela incontroversa do processo nº 2003.38.00.061312-1. Vide nota 10.

31. Cobertura de seguros

A Santa Casa tem como política contratar seguros de diversas modalidades, proporcionando uma cobertura considerada adequada pela Administração para lidar com possíveis sinistros. Vale ressaltar que as premissas de risco adotadas, devido à sua natureza específica, não são objeto de auditoria das demonstrações financeiras e, portanto, não foram examinadas por nossos auditores independentes.

32. Partes relacionadas

32.1 Transações com partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas, cujas condições são acordadas entre as partes, englobam operações relacionadas a contas a pagar e a receber. Os saldos pendentes no final do exercício não são respaldados por garantias. A Santa Casa mantinha contratos estabelecidos com a Fundação Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte, abrangendo a prestação de serviços assistenciais aos beneficiários do Plano de Saúde, apoio administrativo e aluguel de imóveis. Com o encerramento das atividades da Fundação Santa Casa, apenas o contrato de apoio administrativo permaneceu ativo. Atualmente, a Fundação Santa Casa está em processo de liquidação, conduzido por seu liquidante, e, por esse motivo, os saldos entre as instituições estão sendo revisados e consolidados para inclusão no processo de liquidação. Os valores apresentados a seguir são referentes a saldos residuais.

	2023		2022	
	Patrimonial	Resultado	Patrimonial	Resultado
Obrigações	(1.785)	-	(1.780)	-
Líquido	**(1.785)**	**-**	**(1.780)**	**-**

Importante destacar que, esses atos devem ser acompanhados e aprovados pela Curadoria de Fundações do Ministério Público. Em 31 de dezembro de 2023, a instituição apresenta um passivo a descoberto de R$ 31.987, ainda em avaliação pela promotoria. A Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte atuou como instituidora da Fundação Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte. No entanto, é importante ressaltar que essa relação não implica na obrigação da Santa Casa em absorver as responsabilidades assumidas pela Fundação Santa Casa. A obrigação da Santa Casa cessou no momento da instituição da Fundação, a qual atualmente está em processo de liquidação (processo autuado sob o nº 5044275-44.2017.8.13.0024, em andamento na 11ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte). A incorporação do patrimônio residual da Fundação Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte pela Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte somente ocorrerá após o cumprimento das obrigações estabelecidas nos termos do Art. 41 do Estatuto da Fundação. É importante ressaltar que esse dispositivo não implica na atribuição à entidade instituidora da responsabilidade pelo pagamento de eventuais passivos assumidos pela Fundação Santa Casa em decorrência de suas atividades como operadora de planos de saúde. Caso o patrimônio da Fundação Santa Casa submetido à liquidação não seja suficiente para quitar as obrigações assumidas, após o procedimento de concurso de credores, não haverá ativos a serem incorporados à entidade instituidora. Nesse cenário, o processo seguirá as normas estabelecidas no Código de Processo Civil para casos de devedores insolventes. Não há na legislação brasileira fundamentos que obriguem pessoas jurídicas distintas a assumirem obrigações ou passivos uma das outras durante processos de liquidação. Somente após o devido trâmite do processo de liquidação mencionado anteriormente será possível determinar se há ou não patrimônio a ser incorporado à Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte. Caso não haja patrimônio remanescente consistente em bens e direitos, o disposto no Art. 41 do Estatuto da Fundação Santa Casa se torna sem efeito. É importante destacar que as obrigações são vínculos jurídicos que unem credores e devedores, permitindo que o primeiro exija do segundo uma prestação econômica. As obrigações assumidas pela Fundação Santa Casa derivam de sua atividade como operadora de planos de saúde, o que significa que os credores habilitados no processo de liquidação desta fundação têm o direito de cobrar dela exclusivamente os débitos resultantes dessa atividade comercial. Não há, portanto, qualquer obrigação para a sua instituidora, a Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte, de assumir tais obrigações.

32.2 Remuneração do pessoal – Diretoria Executiva

A administração apresentou as seguintes remunerações:

Descrição	2023	2022
Salário da administração	3.272	2.947

O aumento é atribuído principalmente à implementação de ajustes salariais, conforme aprovado pelo Conselho Deliberativo. Em março de 2023, foi realizado um aumento de 7,33% (3,6% de correção salarial referente ao ano de 2021 e 3,6% referente ao ano de 2022) para os membros da diretoria, além da atualização da remuneração do Provedor conforme estabelecido pela Lei 14.520/2023. Vale ressaltar que o ajuste da remuneração do Provedor foi realizado de forma escalonada, iniciando em março de 2023.

33. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Instituição participa de operações envolvendo ativos e passivos financeiros para gerir os recursos financeiros disponíveis gerados pela operação. Os riscos associados a esses instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando garantir liquidez, rentabilidade e segurança. A avaliação desses ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado é realizada com base em informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. No entanto, a interpretação dos dados de mercado e métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para calcular o valor de realização mais adequado. Como resultado, as estimativas apresentadas podem variar se forem utilizadas hipóteses e metodologias diferentes. A Instituição não investe em derivativos ou em quaisquer outros ativos de alto risco. Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros não diferem dos valores contábeis destes, na medida em que foram acordados e estão registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazo similares. A Instituição está exposta a diversos riscos financeiros inerentes à natureza de suas operações. Dentre os principais fatores de risco de mercado que podem afetar o negócio da Instituição, destacam-se: **Risco de liquidez:** O risco de liquidez é a possibilidade de a Instituição enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros que exigem pagamentos imediatos ou em curto prazo. A abordagem da Instituição na gestão da liquidez é garantir, tanto quanto possível, que sempre haja liquidez adequada para cumprir suas obrigações no vencimento, em condições normais e de estresse, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou correr o risco de prejudicar sua reputação. Os passivos sujeitos ao risco de liquidez estão detalhados nas seguintes notas explicativas: • **Nota explicativa nº 16 -** Fornecedores; • **Nota explicativa nº 17 -** Impostos e Contribuições; • **Nota explicativa nº 19 -** Empréstimos e Financiamentos; e • **Nota explicativa nº 21 -** Outras Exigibilidades. Para os exercícios de 2022 e 2023, a Santa Casa registrou um Capital Circulante Líquido (CCL) positivo, indicando a capacidade da instituição de cobrir suas obrigações de curto prazo com seus ativos circulantes. No entanto, para fortalecer ainda mais sua posição financeira e sustentar sua missão, a organização implementou uma série de iniciativas estratégicas. Estas incluem a reestruturação de áreas-chave, uma avaliação minuciosa das operações, a otimização dos serviços oferecidos e uma revisão dos métodos de cobrança. Estas medidas visam não apenas aprimorar a eficiência operacional, mas também garantir a continuidade e aprimoramento da qualidade dos serviços prestados pela instituição aos seus beneficiários e à comunidade em geral. **Exposição a riscos de taxas de juros:** O risco de taxas de juros surge da possibilidade de a Instituição incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros, o que pode resultar em aumento das despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos. O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de taxas de juros. Na data das demonstrações financeiras foi o seguinte:

				2023		
	Nota	Indice variável	Taxa	Atual	Variação 25%	Variação Negativa
Caixa e equivalentes de caixa	4	CDI a.a.	12,38%	34.350	15,48%	39.667
Empréstimos e financiamentos		**Taxa a.m.**	**-**	**205.401**		**207.671**
Caixa Econômica (b)	19	TR	0,89%	56.537	1,11%	57.166
Caixa Econômica (a)	19	TR	0,92%	13.847	1,15%	14.006
Caixa Econômica (a)	19	TR	0,86%	26.385	1,08%	26.669
Bradesco (a)	19	CDI	0,86%	56.802	1,08%	57.412
Credicom (a)	19	CDI	1,22%	22.719	1,53%	23.065
Santander (a)	19	CDI	0,86%	20.382	1,08%	20.601
SICOB (a)	19	CDI	0,20%	8.729	0,25%	8.751
Aplicações financeiras - Longo prazo	4	CDI a.a.	12,38%	1.509	15,48%	1.743
Impostos a recuperar	8	SELIC a.a.	12,39%	11.110	15,49%	12.830
Outras contas a receber - Longo prazo	10	SELIC a.a.	12,39%	8.825	15,49%	10.191
Impostos e contribuições	17	SELIC a.a.	12,39%	37.418	15,49%	43.213
Posição líquida				**292.333**		**308.063**

				2022		
	Nota	Indice variável	Taxa	Atual	Variação (25%)	Variação Negativa
Caixa e equivalentes de caixa	4	CDI a.a.	12,38%	28.070	15,48%	32.414
Empréstimos e financiamentos		**Taxa a.m.**	**-**	**210.771**		**213.189**
Caixa Econômica (b)	19	TR	0,89%	60.879	0,67%	61.285
Caixa Econômica (a)	19	TR	0,92%	16.275	0,69%	16.387
Caixa Econômica (a)	19	TR	0,86%	27.650	0,65%	27.828
Bradesco (a)	19	CDI	0,86%	54.224	0,65%	54.574
Credicom (a)	19	CDI	1,22%	26.001	0,92%	26.238
Santander (a)	19	CDI	0,86%	25.743	0,65%	25.909
Aplicações financeiras - Longo prazo	4	CDI a.a.	12,38%	1.510	9,29%	1.650
Impostos a recuperar	8	SELIC a.a.	12,39%	3.611	9,29%	3.947
Outras contas a receber - Longo prazo	10	SELIC a.a.	12,39%	65.402	9,29%	71.480
Impostos e contribuições	17	SELIC a.a.	12,39%	34.909	9,29%	38.153
Posição líquida				**344.274**		**360.833**

As operações da Instituição são indexadas a taxas pré e pós-fixadas, com as taxas pós-fixadas, principalmente CDI, prevalecendo. Nesse sentido, a administração, de maneira geral, entende que quaisquer oscilações nas taxas de juros não teriam impacto significativo nos resultados da Instituição. Análise de Sensibilidade e Valor Justo dos Instrumentos Financeiros Não Derivativos: A análise de sensibilidade é realizada com base na exposição às taxas de juros em relação aos ativos e passivos financeiros denominados em moeda funcional. A Instituição adotou o cenário com deterioração de 25% da variável de risco considerada e não identificou efeitos relevantes nos riscos e na exposição dos instrumentos financeiros detidos pela Instituição, os quais serão detalhados. A seguir, apresentamos a comparação entre o valor justo e o valor contábil dos instrumentos financeiros.

31 de dezembro de 2023	NE	Valor justo	Valor contábil
Caixa e bancos	4	34.350	34.350
Aplicações financeiras	4	1.509	1.509
Contas a receber	5	81.661	81.661
Subvenções governamentais	7	1.263	1.263
Outras contas a receber	10	89.816	89.816
Total dos ativos		**208.599**	**208.599**
			-
Fornecedores	15	115.931	115.931
Empréstimos e financiamentos	19	205.401	205.401
Total dos passivos		**321.332**	**321.332**

31 de dezembro de 2022	NE	Valor justo	Valor contábil
Caixa e bancos	4	28.070	28.070
Aplicações financeiras	4	1.510	1.510
Contas a receber	5	91.827	91.827
Subvenções governamentais	7	10.418	10.418
Outras contas a receber	10	62.731	62.731
Total dos ativos		**194.556**	**194.556**
			-
Fornecedores	16	123.054	123.054
Empréstimos e financiamentos	19	210.771	210.771
Total dos passivos		**333.825**	**333.825**

Classificação dos instrumentos financeiros

A Instituição opera com uma variedade de instrumentos financeiros, com foco especial em aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar aos fornecedores, empréstimos e financiamentos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial, levando em consideração sua finalidade. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a classificação dos instrumentos financeiros, por categoria, pode ser resumida conforme a tabela a seguir, antes e após a adoção do CPC 48:

Ativos Financeiros		2023	2022
Caixa e bancos	Custo amortizado	34.350	28.070
Aplicações financeiras	Custo amortizado	1.509	1.510
Contas a receber	Custo amortizado	81.661	91.827
Subvenções governamentais	Custo amortizado	1.263	10.418
Impostos a recuperar	Custo amortizado	11.110	3.611
Outras contas a receber	Custo amortizado	89.816	62.731
Depósitos judiciais	Custo amortizado	5.274	5.283
Passivos Financeiros			
Fornecedores	Custo amortizado	115.931	123.054
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	205.401	210.771
Obrigações com pessoal	Custo amortizado	36.740	31.509
Impostos e contribuições	Custo amortizado	37.418	34.909
Receitas diferidas	Custo amortizado	8.686	8.733

Custo amortizado se aproxima do valor justo. A administração julga não ser necessário ajuste no saldo de títulos e valores mobiliários

34. Eventos subsequentes

Recebimento de Precatório

A Santa Casa BH divulga aos seus stakeholders um evento subsequente relevante ocorrido após o fechamento do último exercício financeiro. Durante o exercício anterior, o balanço da instituição registrou um saldo expressivo no longo prazo, resultante do reconhecimento da parcela incontroversa do processo nº 2003.38.00.061312-1, movido pela Instituição contra a União, referente a diferenças nos repasses do SUS à Santa Casa, a partir de julho de 1994. Em 1º de dezembro de 2023, o Supremo Tribunal Federal emitiu decisão declarando a inconstitucionalidade da Proposta de Emenda à Constituição Nº 23 (PEC dos Precatórios), o que permitiu a inclusão do precatório no Orçamento Federal do exercício subsequente, alterando seu perfil de recebimento para o curto prazo. A Santa Casa BH anuncia o recebimento, em 22 de fevereiro de 2024, do valor de R$ 61.987.679,76 referente ao precatório. Este montante já considera os descontos dos honorários advocatícios. Este recebimento é um marco significativo para a instituição, fortalecendo sua posição financeira e viabilizando a continuidade e aprimoramento dos serviços prestados à comunidade.

Roberto Otto Augusto de Lima
Provedor

Gilberto Oliveira Martins Côrtes
Diretor Financeiro e Gestão Corporativa

Hellen Cristiny da Silva
Contadora
CRC - MG-121233/O-8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte
Belo Horizonte - MG

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte (Santa Casa ou Instituição), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** A Santa Casa foi a instituidora da Fundação Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte, entidade a qual prestava serviços assistenciais aos beneficiários do seu plano de saúde, que atualmente encontra-se em processo de liquidação judicial e possui, em 31 de dezembro de 2023, passivo a descoberto no montante de R$ 31.987 mil. O resultado final da matéria não pode ser atualmente determinada e, portanto, nenhuma provisão para eventuais efeitos sobre a Instituição foram reconhecidos nas demonstrações financeiras. Chamamos a atenção para a Nota 32 às demonstrações financeiras. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
Belo Horizonte, 06 de maio de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-MG

Fabricio Cristiano Viana
Contador CRC MG-090199/O-2

Edição impressa produzida pelo Jornal **DIÁRIO DO COMÉRCIO**.
Circulação diária em bancas e assinantes.
As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: **https://diariodocomercio.com.br/publicidade-legal**
Acesse também através do QR CODE ao lado.

TRECHO BH-CRISTALINA

Edital de concessão da BR-040 é aprovado

ANTT deferiu troca de concessionárias; previsão é que sejam investidos R$ 12 bilhões em 30 anos nos 594,8 km

RODRIGO MOINHOS

O edital para troca de concessão da BR-040 entre Belo Horizonte e Cristalina (GO) foi aprovado na quarta-feira (29) pela Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). A previsão é que sejam investidos R$ 12 bilhões ao longo de 30 anos de concessão para o trecho de 594,8 quilômetros de rodovia. Atualmente, a concessão é gerida pela Via 040, que se limita à manutenção e operação essencial da rodovia.

O edital da BR-040 será publicado no Diário Oficial da União (DOU) na segunda-feira (3), com previsão de leilão para 26 de setembro. Esta foi a forma encontrada para resolver a questão da administração de um trecho rodoviário atualmente concedido e em processo de devolução pela Via 040. O primeiro trecho da BR-040, entre Belo Horizonte e Juiz de Fora, foi leiloado em abril.

Na proposta, por se tratar de uma via em fase de relicitação, o edital prevê a transição operacional entre a operadora atual e a futura concessionária. Para isso, a nova concessionária deverá apresentar um plano de transição para garantir a continuidade dos serviços. "Estamos contando com a previsão do plano de transição operacional entre a concessionária atual, a Via-040, e a nova concessionária para que não tenhamos interrupção na prestação do serviço e para que a sociedade possa sentir esse benefício esperado da melhor maneira possível", avaliou o diretor da ANTT, Felipe Queiroz.

De acordo com ele, o projeto abrange duplicações, principalmente em trechos com problemas de segurança viária, garantindo mais fluidez e segurança para os usuários da rodovia, além de soluções para travessias em áreas urbanas. "Estamos falando de qualidade de vida, desenvolvimento, segurança e de uma série de benefícios que essa concessão trará tanto para Minas Gerais quanto para Goiás", projetou.

> *Rodovia está em processo de devolução pela concessionária Via 040; primeiro trecho da BR-040, entre Belo Horizonte e Juiz de Fora, foi leiloado pelo governo no mês de abril*

Para melhorar a rodovia estão previstas ações no edital da BR-040 como a duplicação de 9,9 quilômetros, mais de 340 quilômetros de faixas adicionais, a implantação de 61,6 quilômetros de vias marginais, uma correção de traçado, cinco passagens subterrâneas e 34 passarelas. Além disso, também integram o planejamento a instalação de 272 pontos de ônibus, 18 passagens de fauna, 226 acessos ao trecho e dois pontos de parada e descanso (PPD) para os transportadores de carga.

Melhorias emergenciais e tecnologia - No escopo de trabalho para a nova concessionária, também deverão ser feitas melhorias emergenciais no primeiro ano, incluindo a correção de pavimento, eliminação de buracos e recomposição da sinalização. "Com esses trabalhos iniciais, o usuário já perceberá as mudanças na rodovia. Inicialmente, a prioridade é garantir a fluidez do tráfego e a segurança por meio dessas benfeitorias e, posteriormente, a nova concessionária dará seguimentos às demais melhorias previstas", comentou o diretor.

DIÁRIO DO COMÉRCIO / MARA BIANCHETTI

Por se tratar de via em relicitação, edital prevê transição operacional entre as concessionárias

Além dessa recuperação inicial, a nova concessionária irá incorporar tecnologias à rodovia, como a instalação de um sistema avançado de monitoramento, incluindo 228 câmeras, 20 delas dedicadas às passarelas, análise de tráfego, 28 painéis de mensagem entre fixos e móveis, além de detecção automática de incidentes.

"A sociedade pode aguardar deste contrato muitos benefícios e uma solução definitiva para os problemas da região", destacou Queiroz.

O critério do leilão será o maior desconto tarifário, com a necessidade de aportes de recursos para descontos superiores a 18% da tarifa, assegurando, assim, a viabilidade econômica do projeto. "Esse leilão vai ser por menor tarifa, que significa que todo o desconto ou toda a competição que tivermos no certame, será transformada em desconto para o usuário", finalizou o diretor.

EDITAL DE LEILÃO PRESENCIAL E ON-LINE – Cooperativa de Crédito CREDIFIEMG Ltda, - SICOOB CREDIFIEMG, situada a Av. do Contorno nº 4.520, 4º andar bairro Funcionários, Belo Horizonte/MG, com inscrição no CNPJ n.º 07.469.260/0001-50, por seus procuradores, devidamente constituídos, REALIZARÁ pelo Leiloeiro Público Oficial, Dilson Marcos Moreira, devidamente matriculado na JUCEMG, sob nº. 267, com endereço à Av. Raja Gabaglia, nº 4697, Bairro Santa Lúcia em Belo Horizonte/MG, Leilão Público para vender o imóvel consolidado pela Instituição Financeira, nos termos da Lei 9.514/97, que consiste em um Imóvel em Belo Horizonte/MG, a saber: Um apartamento duplex de nº 701 do Ed. Solar de Olinda, situado na Rua Rio Verde, nº 541, Bairro Sion, com área útil de 224,85m², área comum de 152,11m², área total de 376,96m2 e a respectiva fração ideal de 0,165296 do lote 23, do quarteirão 46, da 2ª Seção suburbana, com área total de 645,00m2, demais medidas, limites e confrontações de acordo com a planta respectiva, e ainda as vagas de garagem de nº. 02, 13 e 14, e habite-se e baixa de construção de acordo com o alvará nº 1012 de 9/5/86, e índice cadastral de IPTU nº 102046.023008-1 registrado no Cartório de 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Belo Horizonte/MG, Matrícula nº 33.218, como todas as suas benfeitorias e acessórios, tendo como devedor(es) fiduciante(s): Planesp Engenharia Ltda - EPP, CNPJ 00.078.603/0001-06, com sede nesta Capital, à Rua Grão Mongol nº 662, sala 202, bairro Carmo, representada por Eduardo Luiz Pereira Versiani e José Henrique Pereira da Silva e tendo como avalistas José Henrique Pereira da Silva, brasileiro, engenheiro civil, portador da CI nº M 687.844 SSP/MG, CPF 091.209.206-87 e sua cônjuge Tânia Maria Machado Silva, brasileira, empresária, portadora da CI nº MG-1.166.367 SSP/MG, CPF nº 090.986.666-04, casados sob o regime de comunhão universal de bens, residentes e domiciliados nesta Capital, e Eduardo Luiz Pereira Versiani, brasileiro, engenheiro civil, portador da CI nº MG-2.283.020, CPF nº 227.516.026-49 e sua cônjuge Maria de Fátima Resende Alves Versiani, brasileira, do lar, portadora da CI MG-517.245 SSP/MG, e inscrita no CPF nº 057.858.226-01, casados sob o regime de comunhão universal de bens, residentes e domiciliados nesta Capital. Garantidores Fiduciantes: José Henrique Pereira da Silva, com anuência de seu cônjuge Tânia Maria Machado Silva, já qualificados, com a finalidade de confissão e renegociação de dívida. 1) Fica autorizado ao leiloeiro aqui indicado colocar a venda, em Primeiro Público Leilão, o imóvel acima descrito e caracterizado, a ser realizado no dia 24 de junho de 2024, às 17:00 horas, na Av. Raja Gabaglia, nº 4697, Bairro Santa Lúcia em Belo Horizonte/MG, por preço não inferior a R$2.270.000,00 (Dois milhões, duzentos e setenta mil reais), de acordo com o disposto no § 1º, do artigo 27, da Lei 9.514/97 e, na falta de licitante, no dia 10 de julho de 2024, às 17:00 horas, no mesmo local do primeiro leilão, pelo maior lance, desde que igual ou superior ao valor da dívida, das despesas, dos prêmios de seguro, dos encargos legais, inclusive tributos, e das contribuições condominiais, nos termos do § 2º, do artigo 27, da Lei 9.514/97, no valor de R$1.487.861,87 (Um milhão, quatrocentos e oitenta e sete mil, oitocentos e sessenta e um reais, e oitenta e sete centavos.) tudo na forma do disposto nos incisos I e II, do § 3º, do artigo 27, da Lei 9.514/97. 3) Para tanto fica, ainda, autorizada a publicação dos editais necessários e obrigatórios, em jornal de circulação local, quando houver. 4) Em caso de arrematação, o arrematante deverá pagar no ato do leilão o sinal de 20% sobre o valor arrematado e mais a comissão de 5% de leilão, sobre o valor da arrematação, de acordo com a legislação que regulamenta a profissão de leiloeiro, e o restante 80%, deverá ser pago em 72 horas. 5) Em caso de arrematação, quer em primeiro ou segundo leilão, fica estabelecido que: a) Deverá ser expedida, no ato da arrematação, a respectiva carta de arrematação, devidamente assinada pelo leiloeiro, arrematante, credor fiduciário e 03 (três) testemunhas. b) Fica ciente, o arrematante, que o imóvel está ocupado, como fica também notificados os devedores fiduciantes da realização do 1º e do 2º leilão. c) De acordo com a Lei 9.514/97, em seu artigo 27, se o bem estiver locado, a locação deve ser encerrada em 30 dias, após a consolidação da venda. d) O imóvel não possui débitos de IPTU em aberto até a presente data. e) Todas as taxas e impostos correrão por conta do arrematante a partir do momento da emissão na posse do imóvel. Belo Horizonte, 28 de maio de 2024. Dilson Marcos Moreira-Leiloeiro Público Oficial-JUCEMG nº 267.

Autopista Fernão Dias S.A.

CNPJ/ME nº 09.326.342/0001-70 – NIRE 31.300.026.426 – Companhia Aberta
Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2024

1. **Data, Hora e Local:** Aos trinta dias do mês de abril de 2024, às 13:00 horas, na sede social da Autopista Fernão Dias S.A. ("Companhia") localizada no Município de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, na Rodovia Fernão Dias, BR 381 – Km 850, Pista Norte, S/N – Quadra 19, Setor Industrial. 2. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, nos termos do § 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 ("Lei nº 6.404/76"), tendo em vista a presença do acionista representante da totalidade das ações emitidas pela Companhia. 3. **Publicação:** Dispensada a publicação dos anúncios a que se refere o *caput* do artigo 133 da Lei nº 6.404/76, tendo em vista a publicação do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 (acompanhadas das respectivas Notas Explicativas), do parecer dos auditores independentes e dos demais documentos pertinentes às matérias constantes da Ordem do Dia, no jornal Diário do Comércio na edição do dia 28 de fevereiro de 2024, em conformidade com o disposto no artigo 133, § 4º, da Lei nº 6.404/76. 4. **Mesa:** Presidente: Sr. Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira; Secretária: Sra. Sabrina Indelicato Penteado. 5. **Ordem do Dia:** 5.1 Em Assembleia Geral Ordinária: 5.1.1 Exame, discussão e aprovação do relatório da Administração, das contas da Diretoria, bem como das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, as quais se encontram acompanhadas do parecer dos auditores independentes; e 5.1.2 Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. 5.2 Em Assembleia Geral Extraordinária: 5.2.1 Deliberar sobre a fixação da remuneração global dos administradores da Companhia; e 5.2.2 Aprovar e ratificar a renovação do Seguro-Garantia Apólice nº 1007500033305, com início da vigência em 10 de fevereiro de 2024, com a Fairfax Brasil Seguros Corporativos S.A., no valor de R$ 233.318.583,41 (duzentos e trinta e três milhões, trezentos e dezoito mil, quinhentos e oitenta e três reais e quarenta e um centavos), em favor da ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres, tendo como objeto o cumprimento das obrigações para a exploração da concessão, para exploração da infraestrutura e da prestação de serviços públicos e obras, abrangendo a execução dos serviços de recuperação, manutenção, monitoração, conservação, operação, ampliação, melhorias e exploração da Rodovia BR-381/MG/SP, Trecho Belo Horizonte – São Paulo, referente ao edital de Concessão nº 002. 6. **Deliberações:** Por unanimidade, o acionista delibera o que segue: 6.1 Em Assembleia Geral Ordinária: 6.1.1 Aprovar, sem reservas, o Relatório da Administração, as contas da Diretoria, e as Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do Parecer dos auditores independentes emitido pela KPMG Auditores Independentes; e 6.1.2 Aprovar a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, no valor de R$ 45.892.657,77 (quarenta e cinco milhões, oitocentos e noventa e dois mil, seiscentos e cinquenta e sete reais e setenta e sete centavos), para o abatimento dos prejuízos acumulados de exercícios anteriores, sendo assim, a Companhia, conforme consta nas Demonstrações Financeiras e respectivas notas explicativas anteriormente aprovadas, não constituirá reserva legal, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, e tampouco distribuirá dividendos aos seus acionistas. 6.2 Em Assembleia Geral Extraordinária: 6.2.1 Aprovar a remuneração global anual dos administradores da Companhia, em até R$ 814.320,00 (oitocentos e catorze mil e trezentos e vinte reais); e 6.2.2 Aprovar a matéria constante do item 5.2.2 da Ordem do Dia, sendo ratificada a contratação ali descrita. 6.3 Aprovar a lavratura desta Ata em forma de sumário, em conformidade com o disposto no artigo 130, § 1º, da Lei 6404/76. 7. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, lavrada a presente Ata que, após lida, discutida e achada conforme, foi assinada por: Presidente: Sr. Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira e Secretária: Sra. Sabrina Indelicato Penteado; Acionista: Arteris S.A. (por Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira e Flávia Lúcia Mattioli Tâmega). Pouso Alegre, 30 de abril de 2024. *"Confere com a original lavrada em livro próprio"* **Sabrina Indelicato Penteado** – Secretária. Junta Comercial do Estado de Minas Gerais. Certifico o registro sob o nº 11734457 em 28/05/2024. Protocolo 242964443 de 27/05/2024. Marinely de Paula Bomfim – Secretária Geral.

FRUTAL BIOENERGIA LTDA.

CNPJ/MF nº 07.455.944/0001-00- NIRE 31.209.457.321
Ata de Reunião de Sócios Realizada em 10 de Maio de 2024

Data, hora e local: 10/05/2024, às 13:00 horas, na sede social da Companhia. **Convocação e presenças:** Dispensada a Convocação, uma vez presentes as sócias representantes da totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Sr. **Geovane Dilkin Consul**, Secretário: Sr. **César Augusto Bresciani**. **Deliberações aprovadas por unanimidade**: **(i)** Seleção, nomeação e contratação da sociedade **Takahashi Consultores Contábeis S.S.**, sociedade simples, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.349.915/0001-70, com sede social na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Fagundes Filho, nº 191, Ed. Dallas, 6º Andar, Conj. 62, Vila Monte Alegre, CEP 04304-010, com seus atos constitutivos originalmente registrados perante o 6º Ofício de Títulos, Documentos e Pessoas Jurídicas de São Paulo sob o nº 49.827 e atual versão de seus documentos societários registrada perante o 8º Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil da Pessoas Jurídicas de São Paulo sob o nº 42.062 ("Empresa Avaliadora"), para elaboração do laudo de avaliação para os fins da redução do capital social; e **(ii)** Com base no laudo de avaliação de data-base de 30 de abril de 2024 elaborado pela Empresa Avaliadora, redução do capital social da Sociedade em **R$ 3.275.376,77** por considerá-lo excessivo em relação ao objeto social da Sociedade, nos termos do artigo 1.082, inciso II do Código Civil. Em vista disso, o capital social da Sociedade será reduzido da quantia de **R$ 87.040.385,00** para a quantia de **R$ 83.765.008,23**. Em razão da redução de capital ora aprovada, a sócias aprovam o cancelamento de **3.275.376** quotas sociais de titularidade da sócia **Moema Bioenergia S.A.** Em função do percentual de participação detido pelas sócias, foi decidido, de comum acordo, que a única quota detida pelo sócio **Geovane Dilkin Consul** não será cancelada. Desta forma, o capital social da Sociedade no valor de **R$ 83.765.008,23**, passará a ser dividido em **83.765.008** quotas, distribuídas entre as sócias da seguinte forma: (i) **83.765.007** quotas sociais para a sócia **Moema Bioenergia S.A.**, e; (ii) 1 quota para a sócia **Geovane Dilkin Consul**. Os efeitos da redução de capital social da Sociedade e do cancelamento das quotas mencionados neste item ficam condicionados à publicação desta deliberação e à ausência de oposição de quaisquer credores quirografários de dívida líquida, certa e anterior à data da referida publicação, de acordo com o art. 1.084. § 2º do Código Civil, no período de **90 dias** a contar da referida publicação. Em razão da redução do capital social ter afetado exclusivamente o capital social da **Moema Bioenergia S.A.**, os quotistas concordam que a restituição do capital social reduzido será realizada exclusivamente para a sócia **Moema Bioenergia S.A.** ; **(ii)** Transcorrido o prazo mencionado acima, a Cláusula 5ª do Contrato Social da Sociedade, passará a vigorar com a seguinte e nova redação: ***"Cláusula 5ª**. O capital social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R$ **83.765.008,00**, dividido em **83.765.008** quotas, no valor nominal de R$ 1,00 cada uma, assim distribuídas entre as sócias I - **Moema Bioenergia S.A** possui **83.765.007** quotas, no valor total de R$ **83.765.007,00**; e II - **Geovane Dilkin Consul** possui 1 quota, no valor total de R$ 1,00: **Parágrafo 1º**. Cada quota dará ao seu titular o direito a 1 voto na Reunião de Sócios da Sociedade. **Parágrafo 2º**. As quotas são indivisíveis com relação à Sociedade. Caso uma quota seja detida por mais de uma pessoa, os direitos conferidos a ela serão exercidos pelo representante do condomínio."*; **(iii)** Os administradores ficam autorizados a praticar todos os atos e providências necessárias à efetivação das deliberações acima tomadas. **Encerramento**: Nada mais a se tratar. Frutal/MG, 10/05/2024. Sr. **Geovane Dilkin Consul** (Presidente) e Sr. **César Augusto Bresciani** (Secretário). Sócias: **Moema Bioenergia S.A. e Geovane Dilkin Consul.**

FRANCO LEILÕES

LEILÃO DE IMÓVEL

Av. Barão Homem de Melo, 2222 - Sala 402
Bairro Estoril - CEP 30494-080 - BH/MG
ONLINE

inter

1º LEILÃO: 12/06/2024 - 10:30h - 2º LEILÃO: 13/06/2024 - 10:30h

EDITAL DE LEILÃO

Fernanda de Mello Franco, Leiloeira Oficial, Matrículas JUCEMG nº 1030 e JUCESP nº 1281, devidamente autorizada pelo credor fiduciário abaixo qualificado, ou sua Preposta registrada na JUCEMG, **Cássia Maria de Melo Pessoa,** CPF: 746.127.276-49, RG: MG-2.089.239, faz saber que, na forma da Lei nº 9.514/97 e do Decreto-lei nº. 21.981/32 levará a LEILÃO PÚBLICO de modo **Online** o imóvel a seguir caracterizado, nas seguintes condições. **IMÓVEL**: Apartamento n. 301 do Edifício Residencial Ville Royal, situado na Rua Domingos Fernandes, n. 214, bairro União, Belo Horizonte/MG, com área privativa principal de 83,40m², área privativa acessória de varanda de 8,25m², área privativa acessória de terraço de 90,62m², área privativa acessória de garagem de 31,05m², correspondente às vagas de garagem n.s 20,34 e 46, área privativa total de 213,32m², área de uso comum de 57,41m², área real total de 270,73m². Imóvel objeto da Matrícula nº 100.643 do 4º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Belo Horizonte/MG. Dispensa-se a descrição completa do IMÓVEL, nos termos do art. 2º da Lei nº 7.433/85 e do Art. 3º do Decreto nº 93.240/86, estando o mesmo descrito e caracterizado na matrícula anteriormente mencionada. Obs.: Imóvel ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30, caput e parágrafo único da Lei 9.514/97. **DATA DOS LEILÕES**: **1º Leilão: dia 12/06/2024, às 10:30 horas, e 2º Leilão dia 13/06/2024, às 10:30 horas. LOCAL: Av. Barão Homem de Melo, 2222 – Sala 402 – Estoril – CEP 30494-080 – Belo Horizonte/MG. DEVEDORES FIDUCIANTES**: VINICIUS DE ABREU RODRIGUES, brasileiro, dentista, nascido em 02/12/1981, RG: 10602204 SSP/MG, CPF: 054.557.346-79 e PAULA MACIEL VILELA DE ABREU, brasileira, médica, nascida em 06/11/1981, RG: 12240752 PC/MG, CPF: 055.300.856-01, casados entre si sob o regime de comunhão parcial de bens, residentes e domiciliados na rua Flor de Guambé, 187, ap 402, bairro União, Belo Horizonte/MG, CEP: 31160-290. **CREDOR FIDUCIÁRIO**: *Banco Inter S/A, CNPJ: 00.416.968/0001-01*. **DO PAGAMENTO**: O pagamento integral da arrematação deverá ser realizado em até 24 horas, mediante depósito via TED, na conta do comitente vendedor a ser indicada pelo leiloeiro. **DOS VALORES**:**1º Leilão: R$ 967.008,81 (novecentos e sessenta e sete mil, oito reais e oitenta e um centavos) 2º leilão: R$ 547.722,18 (quinhentos e quarenta e sete mil, setecentos e vinte e dois reais e dezoito centavos),** calculados na forma do art. 26, §1º e art. 27, parágrafos 1º, 2º e 3º da Lei nº 9.514/97. Os valores estão atualizados até a presente data podendo sofrer alterações na ocasião do leilão. **COMISSÃO DO LEILOEIRO:** Caberá ao arrematante, o pagamento da comissão do leiloeiro, no valor de 5% (cinco por cento) da arrematação, a ser paga à vista, no ato do leilão, cuja obrigação se estenderá, inclusive, ao(s) devedor(es) fiduciante(s), na forma da lei. **DO LEILÃO ONLINE:** O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) das datas, horários e local de realização dos leilões para, no caso de interesse, exercer(em) o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27, da Lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465/2017.Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão cadastrar-se no site **www.francoleiloes.com.br** e se habilitar acessando a opção "Habilite-se", com antecedência de 01 hora, antes do início do leilão, enviando os documentos de identificação, inclusive do representante legal, quando se tratar de pessoa jurídica, com exceção do(s) devedor(es) fiduciante(s), que poderá(ão) adquirir o imóvel preferencialmente em 1º ou 2º leilão, caso não ocorra o arremate no primeiro, na forma do parágrafo 2º-B, do artigo 27 da Lei 9.514/97, devendo apresentar manifestação formal do interesse no exercício da preferência, antes da arrematação em leilão. **OBSERVAÇÕES:** O arrematante será responsável pelas providências de desocupação do imóvel, nos termos do art. 30, caput e parágrafo único da Lei 9.514/97. O(s) imóvel(i)s será(ão) vendido(s) no estado em que se encontram física e documentalmente, em caráter "ad corpus", sendo que as áreas mencionadas nos editais, catálogos e outros veículos de comunicação são meramente enunciativas e as fotos dos imóveis divulgadas são apenas ilustrativas. Dessa forma, havendo divergência de metragem ou de área, o arrematante não terá direito a exigir do VENDEDOR nenhum complemento de metragem ou de área, o término da venda ou o abatimento do preço do imóvel, sendo responsável por eventual regularização acaso necessária, nem alegar desconhecimento de suas condições, eventuais irregularidades, características, compartimentos internos, estado de conservação e localização, devendo as condições de cada imóvel ser prévia e rigorosamente analisadas pelos interessados. Correrão por conta do arrematante, todas as despesas relativas à arrematação do imóvel, tais como, taxas, alvarás, certidões, foro e laudêmio, quando for o caso, escritura, emolumentos cartorários, registros etc. Todos os tributos, despesas e demais encargos, incidentes sobre o imóvel em questão, inclusive encargos condominiais, após a data da efetivação da arrematação são de responsabilidade exclusiva do arrematante**. A concretização da Arrematação será exclusivamente via Ata de Arrematação. Sendo a transferência da propriedade do imóvel feita por meio de Escritura Pública de Compra e Venda. Prazo de Até 90 dias da formalização da arrematação. O arrematante será responsável por realizar a devida *due diligence* no imóvel de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações, ainda que não descritas neste edital.** Caso ao final da ação judicial relativa ao imóvel arrematado, distribuída antes ou depois da arrematação, seja invalidada a consolidação da propriedade, e/ou os leilões públicos promovidos pelo vendedor e/ou a adjudicação em favor do vendedor, a arrematação será automaticamente rescindida, após o trânsito em julgado da ação, sendo devolvido o valor recebido pela venda, incluída a comissão do leiloeiro e os valores comprovadamente despendidos pelo arrematante à título de despesas de condomínio e imposto relativo à propriedade imobiliária. **A mera existência de ação judicial ou decisão judicial não transitada em julgado, não enseja ao arrematante o direito à desistência da arrematação.** O proponente vencedor por meio de lance on-line, terá prazo de 24 horas, depois de comunicado expressamente do êxito do lance, para efetuar o pagamento, exclusivamente por meio de TED e/ou cheques, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro, conforme edital. O não pagamento dos valores de arrematação, bem como da comissão do(a) Leiloeiro(a), no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas contadas da arrematação, configurará desistência ou arrependimento por parte do(a) arrematante, ficando este(a) obrigado(a) a pagar o valor da comissão devida o(a) Leiloeiro(a) (5% - cinco por cento), sobre o valor da arrematação, perdendo a favor do Vendedor o valor correspondente a 20% (vinte por cento) do lance ou proposta efetuada, destinado ao reembolso das despesas incorridas por este. Poderá o (a) Leiloeiro(a) emitir título de crédito para a cobrança de tais valores, encaminhando-o a protesto, por falta de pagamento, se for o caso, sem prejuízo da execução prevista no artigo 39, do Decreto nº 21.981/32. Ao concorrer para a aquisição do imóvel por meio do presente leilão, ficará caracterizada a aceitação pelo arrematante de todas as condições estipuladas neste edital. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto n° 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto n° 22.427 de 1° de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. Maiores informações: (31)3360-4030 ou pelo e-mail: contato@francoleiloes.com.br. Belo Horizonte/MG, **24/05/2024.**

www.francoleiloes.com.br Ligue para: (31) 3360-4030

ITAPAGIPE BIOENERGIA LTDA.

CNPJ/MF nº 06.059.962/000100 - NIRE 31.206.906.451
Ata de Reunião de Sócios Realizada em 10 de Maio de 2024

Data, hora e local: 10/05/2024, às 12:30 horas, na sede social da Companhia. **Convocação e Presença:** Dispensada a Convocação, uma vez presentes as sócias representantes da totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Sr. **Geovane Dilkin Consul**, Secretário **César Augusto Bresciani**. **Deliberações aprovadas por unanimidade: (i)** Seleção, nomeação e contratação da sociedade **Takahashi Consultores Contábeis S.S.**, sociedade simples, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.349.915/0001-70, com sede social na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Fagundes Filho, nº 191, Ed. Dallas, 6º Andar, Conj. 62, Vila Monte Alegre, CEP 04304-010, com seus atos constitutivos originalmente registrados perante o 6º Ofício de Títulos, Documentos e Pessoas Jurídicas de São Paulo sob o nº 49.827 e atual versão de seus documentos societários registrada perante o 8º Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil da Pessoas Jurídicas de São Paulo sob o nº 42.062 ("Empresa Avaliadora"), para elaboração do laudo de avaliação para os fins da redução do capital social; e **(ii)** Com base no laudo de avaliação de data-base de 30 de abril de 2024 elaborado pela Empresa Avaliadora, redução do capital social da Sociedade em **R$ 39.617.139,26** por considerá-lo excessivo em relação ao objeto social da Sociedade, nos termos do artigo 1.082, inciso II do Código Civil. Em vista disso, o capital social da Sociedade será reduzido da quantia de **R$ 139.122.523,00** para a quantia de **R$ 99.505.383,74**. Em razão da redução de capital ocorrida, os sócios deliberam pelo cancelamento de **39.617.140** quotas de titularidade da sócia **Moema Bioenergia S.A.** Em função do percentual de participação detido pelos sócios, foi decidido, de comum acordo, que a única quota detida pelo sócio **Geovane Dilkin Consul** não será cancelada. Em razão das alterações promovidas, o capital social da Sociedade, no valor de **R$ 99.505.383,74** encontra-se dividido em **99.505.383** quotas, distribuídas entre os sócios da seguinte forma: (i) **99.505.382** quotas para a sócia **Moema Bioenergia S.A.**, e; (ii) 1 quota para o sócio **Geovane Dilkin Consul**. Os efeitos da redução de capital social da Sociedade e do cancelamento das quotas mencionados neste item ficam condicionados à publicação desta deliberação e à ausência de oposição de quaisquer credores quirografários de dívida líquida, certa e anterior à data da referida publicação, de acordo com o art. 1.084. § 2º do Código Civil, no período de **90 dias** a contar da referida publicação. Em razão da redução do capital social ter afetado exclusivamente o capital social da **Moema Bioenergia S.A.**, os quotistas concordam que a restituição do capital social reduzido será realizada exclusivamente para a sócia **Moema Bioenergia S.A.; (ii)** Transcorrido o prazo mencionado acima, a Cláusula 5ª do Contrato Social da Sociedade, passará a vigorar com a seguinte e nova redação: ***"Cláusula 5ª**. O capital social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R$ **99.505.383,00**, dividido em **99.505.383** quotas, no valor nominal de R$ 1,00 cada uma, assim distribuídas entre os sócios: I - **Moema Bioenergia S.A**. possui **99.505.382** quotas, no valor total de de R$ **99.505.382,00**; e II - **Geovane Dilkin Consul** possui 1 quota, no valor total de R$ 1,00: **Parágrafo 1º**. Cada quota dará ao seu titular o direito a 1 voto na Reunião de Sócios da Sociedade. **Parágrafo 2º**. As quotas são indivisíveis com relação à Sociedade. Caso uma quota seja detida por mais de uma pessoa, os direitos conferidos a ela serão exercidos pelo representante do condomínio."*; **(iii)** Os administradores ficam autorizados a praticar todos os atos e providências necessárias à efetivação das deliberações acima tomadas. **Encerramento**: Nada mais a se tratar. Itapagipe/MG, 10/05/2024. **Sr. Geovane Dilkin Consul** (Presidente) e **Sr. César Augusto Bresciani** (Secretário)**. Sócias: Moema Bioenergia S. A.** e **Geovane Dilkin Consul**.

SERMEP SERVIÇOS MÉDICOS S.A

CNPJ Nº 20.231.343/0001-74 - NIRE Nº 3130013971-9

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2024

1. DATA, HORA E LOCAL: 29 de abril de 2024, às 17:00hs (dezessete horas), na sede da sociedade, situada na Alameda Oscar Niemeyer, nº 400, pavmto: 4; sala: 501; quadra: 00001; lote: 010A, bairro Vale do Sereno, Nova Lima/MG, CEP 34006-049. **2. PRESENÇA**: Presentes os acionistas detentores da totalidade das ações emitidas pela Companhia, conforme assinaturas no respectivo no "Livro de Presença de Acionistas", nos termos do artigo 127 da Lei nº 6.404/76 ("LSA"), arquivado na sede da Companhia. **3. CONVOCAÇÃO E PUBLICAÇÕES**: Dispensada a publicação dos anúncios ou sanada qualquer a inobservância dos prazos referidos no Art. 133 da Lei nº 6.404/76, conforme o disposto no artigo 124, §4º da mesma Lei, em decorrência de estarem presentes todos os acionistas da Companhia, conforme assinaturas nesta Ata e no respectivo "Livro de Presença de Acionistas", nos termos do artigo 127 da Lei nº 6.404/76 ("LSA"), arquivado na sede da Companhia.**4. MESA**: Presidente: **JOÃO PEDRO LAURITO MACHADO** e secretariado por **ANDRÉ LUIZ OTONI SOARES. 5. ORDEM DO DIA:** (i) Exame, discussão e votação do Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras (*Balanço Patrimonial, DRE, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Notas Explicativas*) relativas ao resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, devidamente publicadas na pág. 3 do Diário do Comércio em 28 de Maio de 2024, conforme determinação do Art. 289, incisos I e II da Lei nº 6.404/76 (cópia anexa) e; (ii) Definição quanto à destinação dos resultados do exercício de 2022; (iii) outros assuntos afins aos tópicos anteriores. **6. DELIBERAÇÕES:** Os Acionistas após debates e discussões das matérias constantes da ordem do dia, deliberaram, por unanimidade de votos, aprovar: **(i)** O Relatório da Administração, Demonstrações Financeiras e demais documentos relativos ao resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (ii) A destinação dos resultados do exercício de 2023 se mantiveram a disposição dos acionistas, tendo em vista o Lucro Líquido de R$ 1.596.451,03 (um milhão quinhentos e noventa e seis mil, quatrocentos e cinquenta e hum reais e três centavos) retidos para futuras destinações conforme deliberação unânime dos sócios. (iii) Do exposto, dá-se por efetivamente aprovada as deliberações acima, cabendo ao Diretores proceder a atualização dos registros e anotações junto aos órgãos públicos. **7. ARQUIVAMENTO E PUBLICAÇÕES LEGAIS:** Ainda em Assembleia, os acionistas deliberaram o arquivamento desta ata perante o Registro de Empresas e que as publicações legais fossem feitas e os livros societários transcritos para os devidos fins legais. **8. ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a assembleia, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. O Sr. Presidente declara, para os devidos fins, que a presente cópia da Ata é uma reprodução fidedigna e integral daquela transcrita em livro próprio, atestando sua autenticidade. Belo Horizonte/MG, 29 de abril de 2024. Assinam a presente ata digitalmente, como Presidente da Mesa, Sr. JOÃO PEDRO LAURITO MACHADO e secretariado pelo Sr. ANDRÉ LUIZ OTONI SOARES; assinam digitalmente como acionistas: MARIO CALIARI CORTELETTI E MC2 PARTICIPAÇÕES S.A, neste ato representada por seu Sócio Administrador Mario Caliari Corteletti.

ITUIUTABA BIOENERGIA LTDA.

CNPJ/MF nº 08.164.344/0001-48 - NIRE 31.207.606.817
Ata de Reunião de Sócios Realizada em 10 de Maio de 2024

Data, hora e local: 10/05/2024, às 11:00 horas, na sede social da Companhia. **Convocação e presenças**: Dispensada a Convocação, uma vez presentes as sócias representantes da totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Sr. **Marcus Miranda Schlosser**, Secretário: Sr. **Daniel Pereira de Almeida Araujo**. **Deliberações aprovadas por unanimidade**: **(i)** Seleção, nomeação e contratação da sociedade **Takahashi Consultores Contábeis S.S.**, sociedade simples, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.349.915/0001-70, com sede social na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Fagundes Filho, nº 191, Ed. Dallas, 6º Andar, Conj. 62, Vila Monte Alegre, CEP 04304-010, com seus atos constitutivos originalmente registrados perante o 6º Ofício de Títulos, Documentos e Pessoas Jurídicas de São Paulo sob o nº 49.827 e atual versão de seus documentos societários registrada perante o 8º Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil da Pessoas Jurídicas de São Paulo sob o nº 42.062 ("Empresa Avaliadora"), para elaboração do laudo de avaliação para os fins da redução do capital social; **(ii)** Com base no laudo de avaliação de data-base de 30 de abril de 2024 elaborado pela Empresa Avaliadora, redução do capital social da Sociedade em **R$ 181.402.026,78** por considerá-lo excessivo em relação ao objeto social da Sociedade, nos termos do artigo 1.082, inciso II do Código Civil. Em vista disso, o capital social da Sociedade será reduzido da quantia de **R$ 888.904.675,00** para a quantia de **R$ 707.502.648,30**. Em razão da redução de capital ora aprovada, a sócias aprovam o cancelamento de **181.402.027** quotas sociais de titularidade da sócia **BP Bunge Bioenergia S.A.** Em função do percentual de participação detido pelas sócias, foi decidido, de comum acordo, que a única quota detida pela sócia **Campina Verde Bioenergia Ltda**. não será cancelada. Desta forma, o capital social da Sociedade no valor de **R$ 707.502.648,30**, passará a ser dividido em **707.502.648** quotas, distribuídas entre as sócias da seguinte forma: (i) **707.502.647** quotas sociais para a sócia **BP Bunge Bioenergia S.A.**, e; (ii) 1 quota para a sócia **Campina Verde Bioenergia Ltda.** Os efeitos da redução de capital social da Sociedade e do cancelamento das quotas mencionados neste item ficam condicionados à publicação desta deliberação e à ausência de oposição de quaisquer credores quirografários de dívida líquida, certa e anterior à data da referida públicação, de acordo com o art. 1.084. § 2º do Código Civil, no período de **90 dias** a contar da referida publicação. Em razão da redução do capital social ter afetado exclusivamente o capital social da **BP Bunge Bioenergia S.A.**, os quotistas concordam que a restituição do capital social reduzido será realizada exclusivamente para a sócia **BP Bunge Bioenergia S.A ; (ii)** Transcorrido o prazo mencionado acima, a Cláusula 5ª do Contrato Social da Sociedade, passará a vigorar com a seguinte e nova redação: ***"Cláusula 5ª**. O capital social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R$ **707.502.648,30**, dividido em **707.502.648** quotas, no valor nominal de R$ 1,00 cada uma, assim distribuídas entre as sócias I - **BP Bunge Bioenergia S.A**. possui **707.502.647** quotas, no valor total de de R$ **707.502.647,00**; e II - **Campina Verde Bioenergia Ltda**. possui 1 quota, no valor total de R$ 1,00: **Parágrafo 1º**. Cada quota dará ao seu titular o direito a 1 voto na Reunião de Sócios da Sociedade. **Parágrafo 2º**. As quotas são indivisíveis com relação à Sociedade. Caso uma quota seja detida por mais de uma pessoa, os direitos conferidos a ela serão exercidos pelo representante do condomínio."*; **(iii)** Os administradores ficam autorizados a praticar todos os atos e providências necessárias à efetivação das deliberações acima tomadas. **Encerramento**: Nada mais a se tratar. Ituiutaba/MG, 10/05/2024. Sr. **Marcus Miranda Schlosser** (Presidente) e Sr. **Daniel Pereira de Almeida Araujo** (Secretário). Sócias: **BP Bunge Bioenergia S.A. e Campina Verde Bioenergia Ltda**.

SANEAMENTO

Copasa obtém linha de crédito francês de cerca de R$ 1,1 bi

Estatal vai usar recurso em todos municípios atendidos

THYAGO HENRIQUE

A Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa) garantiu acesso a uma linha de crédito da Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) para acelerar a universalização do saneamento em Minas Gerais. O valor obtido foi de 200 milhões de euros, aproximadamente R$ 1,12 bilhão.

A estatal disse que pretende utilizar o recurso do financiamento em ações e obras de melhoria nos sistemas de abastecimento de água e de ampliação da rede de tratamento e coleta de esgoto em todos os municípios atendidos pela empresa no Estado, até 2027. Atualmente, a concessionária dispõe de 638 concessões municipais de água e 309 de esgoto no território mineiro.

Os investimentos da Copasa em saneamento vêm batendo recordes desde 2022, quando foram aplicados R$ 1,35 bilhão, o maior volume em cinco anos. No último exercício, o montante investido chegou a R$ 1,63 bilhão, indicando um aumento de 24,7% sobre o período anterior.

O crescimento das inversões da companhia em saneamento continua neste ano. Nos primeiros três meses de 2024, os aportes da estatal em intervenções para melhorar o abastecimento de água e esgotamento sanitário de Minas Gerais foram de R$ 372,4 milhões, um incremento de 39,2% na comparação com igual intervalo de 2023, época em que a empresa investiu R$ 267,6 milhões.

A elevação dos aportes tem impactado positivamente a concessionária. A taxa de cobertura do serviço de água da estatal em sua área de atuação ficou acima de 99% no primeiro trimestre, percentual maior que a média nacional e que bate a meta do Marco Legal do Saneamento.

Além disso, recentemente, a companhia anunciou que projeta investir R$ 9,8 bilhões até 2028, dos quais cerca de R$ 1,8 bilhão somente neste ano. O alto nível de investimentos visa permitir que a Copasa alcance a universalização de esgoto até 2033, que é o prazo estabelecido na legislação. Até março, o índice de cobertura global da empresa era de 75,6% para esgoto coletado e tratado.

Práticas ESG - O financiamento da Agência Francesa de Desenvolvimento simboliza para a estatal mineira, além da primeira parceria entre as instituições, o primeiro reconhecimento de uma linha de crédito rotulada como "empréstimo sustentável" e "empréstimo azul". A certificação foi alcançada por meio do parecer independente da Erm Nint, empresa de consultoria e avaliação de ESG (sigla, em inglês, referente às boas práticas empresariais nos aspectos ambientais, sociais e de governança).

"O empréstimo azul é um financiamento de ações que contribuem para a proteção dos oceanos ou melhoria da gestão dos recursos hídricos. Já quanto ao empréstimo sustentável, fomos reconhecidos porque tivemos as melhores práticas de mercado para emissão de dívidas sustentáveis", esclarece o diretor e de relações com investidores da Copasa, Carlos Augusto Botrel Berto.

Perguntado se a estatal está em busca de outros empréstimos desse tipo, ele disse que não só a Copasa, como todas as empresas precisarão buscar linhas de crédito com a vertente ESG, embora esse seja, no momento, o único financiamento da companhia com os dois reconhecimentos.

Berto ainda ressaltou que os projetos para os quais os recursos obtidos na linha de crédito serão destinados estão alinhados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU). São exemplos, o de número 3 (Saúde e Bem-Estar), 6 (Água Potável e Saneamento), 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) e 14 (Vida na Água).

MM2032 - Por esse motivo, as iniciativas também convergem com o Movimento Minas 2032 (MM2032), pela transformação global, liderado pelo DIÁRIO DO COMÉRCIO, que propõe uma discussão sobre um modelo de produção duradouro e inclusivo, capaz de ser sustentável, e o estabelecimento de um padrão de consumo igualmente responsável, com base nos ODS.

DIVULGAÇÃO / SISEMA

Montante irá para obras nos sistemas de abastecimento de água e tratamento de esgoto

SETOR DE CONSTRUÇÃO

MG: avanço no valor de incorporações

LEONARDO MORAIS

Minas Gerais vem se destacando entre os estados com maior avanço no valor de incorporações. Os dados obtidos pela Pesquisa Anual da Indústria da Construção 2022 (Paic) apontam que o Estado liderou o *ranking* entre os que mais cresceram, com evolução de 42%, além de figurar entre os melhores do Sudeste ao considerar diferentes variáveis.

Segundo o levantamento, este foi o maior avanço em 10 anos de Minas Gerais, considerando o valor das incorporações, obras e serviços da construção. Os números mostram ainda que o crescimento foi expressivamente maior que as outras unidades da federação do Sudeste.

Para o analista da pesquisa, Marcelo Miranda, a indústria da construção foi crucial para todo esse cenário. "Com a retomada gradual das atividades econômicas e a demanda por moradia permanecendo estável, o segmento se mostrou resiliente, contribuindo para a geração de empregos e o impulsionamento de outros setores relacionados, como o de materiais de construção e o de infraestrutura", argumenta.

Entretanto, Miranda acrescenta que ainda existem desafios que são persistentes, como a inflação elevada e a volatilidade dos preços de insumos, que afetaram a cadeia produtiva da construção. "O aumento dos preços de materiais, como aço, cimento e madeira, pressionou os custos de construção, tornando projetos mais caros e impactando os consumidores finais", analisa.

Medidas de incentivo - Além do avanço de políticas públicas voltadas para a construção civil, o analista reforça que medidas de incentivo, como investimentos em infraestrutura, incentivos fiscais e programas educacionais foram fundamentais para estimular o setor, impulsionando, assim, o crescimento econômico da região.

"Assim, em 2022, a ligação entre a conjuntura econômica brasileira e o setor da construção ficaram evidenciados por políticas integradas e estratégias que visavam ao fortalecimento do mercado imobiliário e da infraestrutura nacional", conclui Miranda.

Na pesquisa, observam-se os seguintes destaques:

- 174,7 mil empresas de construção empregavam 2,3 milhões de pessoas em 2022. Frente a 2021, o número de empresas cresceu 17,9%, maior variação desde 2013;
- O valor gerado em incorporações, obras e/ou serviços da construção pelo setor de construção, em termos nominais, chegou a R$ 439 bilhões;
- Dos R$ 415,6 bilhões investidos em obras e serviços, 69,8% foram provenientes de contratações por pessoas físicas e/ou entidades privadas;
- Em dez anos, houve queda de 21,9% nos postos de trabalho com decréscimo de 650,4 mil empregos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA

Resultado de licitação e extrato da Adjudicação e Homologação. O Pregão Eletrônico nº 065/24 foi adjudicado e homologado. Maiores detalhes no PNCP, nos sites **https://www.gov.br/compras/pt-br** e **www.itauna.mg.gov.br**. O resultado na íntegra pode ser conferido pelo link**https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras/acompanhamento-compra?compra=98467505004672023** – OBJETO: Aquisição de uma Unidade Móvel de Saúde, para atendimento das Comunidades da Zona Rural do Município.

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

taba

ELIDILEI DE OLIVEIRA MARTINS, leiloeiro oficial, inscrito na JUCESP n° 1409, com escritório à Rua Líbero Badaró, 377 – Centro, São Paulo/SP, autorizado pelo(a) Credor(a) Fiduciário(a): **VIRGO COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**, inscrita no CNPJ sob n° 08.769.451/0001-08, com sede na Rua Tabapuã, nº 1123, 21º andar, Cj. 215, Itaim Bibi, São Paulo/SP, nos termos do Contrato Particular com efeito de Escritura Pública, nº 70000249—9, datado de 21/11/2015, que foi cedido por Companhia Hipotecária Piratini - CHP, com CNPJ sob nº 18.282.093/0001-50, na qual figuram como **Devedores Fiduciantes**: **DÉCIO LUIZ DA FONSECA MATOS**, aposentado, portador do RG nº M-1.494.245 – SSP/MG e do CPF/MF sob o nº 007.952.756-68 e sua mulher **MARIA HAYDÉE MENDES MATOS**, aposentada, portadora do RG nº M-1.494.244 – SSP/MG e do CPF/MF sob o nº 725.770.296-91, brasileiros, casados pelo regime da comunhão de bens, desde 16/04/1966, residentes e domiciliados em Belo Horizonte/MG, na Rua Hortência, nº 591, Bairro Esplanada, CEP: 30280-250, **PROMOVERÁ** a venda em 1º ou 2º leilão fiduciário, de modo somente On-line, do(s) imóvel(is) abaixo descrito(s), nas datas, hora e local infracitados, dentro dos parâmetros e na forma da lei 9.514/97. Local da realização dos leilões: Os leilões serão realizados exclusivamente pela Internet, através do site www.tabaleiloes.com.br. Descrição do(s) imóvel(is): **Prédio Residencial nº 591** da Rua Hortência, construído no lote 15 do quarteirão 41 da Vila Esplanada, com 145m2 e gradil; mais o acréscimo de 82,77m²; mais o acréscimo do 2º pavimento de 137,20m², totalizando a área construída de 364,397m², imóvel objeto da **Matrícula nº 108.370** do Cartório do 4º Ofício de Registro de Imóveis de Belo Horizonte/MG. **Inscrição Imobiliária/IPTU nº: 437041 015 001 2 e 437041 015 002 X**. Observações: i) Imóveis Ocupados. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do artigo 30 da Lei 9.514/97; Datas dos leilões: >1º Leilão: 17/06/2024, às 10:00 h. >2º Leilão: 18/06/2024, às 10:00 h. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. Para as demais condições para participação e informações sobre o Leilão, favor consultar o Edital completo, no site www.tabaleiloes.com.br ou ligue (11) 3249-4680.

Santander

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
1º LEILÃO: 15 de julho de 2024, às 14h30min *.
2º LEILÃO: 17 de julho de 2024, às 14h30min *. *(horário de Brasília)

Mauro Zukerman, Leiloeiro Oficial, JUCESP nº 328, com escritório à Rua Minas Gerais, 316 – Cj 62 - Higienópolis, São Paulo/SP, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **somente ON-LINE**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pelo **Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ nº 90.400.888/0001-42, nos termos do Instrumento Particular com Eficácia de Escritura Pública, Alienação Fiduciária de Imóvel em Garantia, nº 072116230000664, firmado em 31/10/2011, com os Fiduciantes **ANDREA LIMA ROCHA**, brasileira, empresária, portadora do RG nº MG-8.812.578-SSP/MG, inscrita no CPF sob nº 011.982.136-20, e seu marido **LUIS GUSTAVO JUBERT PIRES**, brasileiro, assistente técnico, portador do RG nº MG-4.921.335-SSP/MG, inscrito no CPF sob nº 972.675.976-53, casados pelo regime da comunhão parcial de bens, residentes e domiciliados em Belo Horizonte/MG, em **PRIMEIRO LEILÃO (data/horário acima)**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 739.731,19 (setecentos e trinta e nove mil setecentos e trinta e um reais e dezenove centavos) - atualizado conforme disposições contratuais)**, o imóvel constituído pelo **Apartamento nº 101**, localizado no Edifício Ouro Branco, situado na Rua São Lázaro, nº 960, Sagrada Família, Belo Horizonte/MG, com direito ao uso das vagas de garagem nºs 01, 02 e 03. Área privativa: 91,07m² e Área total: 173,17m², melhor descrito na matrícula nº 94.362 do 4º Oficial de Registro de Imóveis de Belo Horizonte/MG. **Imóvel ocupado. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra**. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **SEGUNDO LEILÃO (data/horário acima)**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 279.000,00 (duzentos e setenta e nove mil reais - nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97). Os interessados em participar do leilão de modo on-line**, deverão se cadastrar no site www.portalzuk.com.br, **encaminhar a documentação necessária para liberação do cadastro 24 horas do início do leilão. Forma de pagamento e demais condições de venda, VEJA A INTEGRA DESTE EDITAL NO SITE**: www.portalzuk.com.br. Informações pelo tel. 3003-0677 (Dossiê 22070) .

SANTA JULIANA BIOENERGIA LTDA.
CNPJ/MF nº 05.980.986/0001-27 - NIRE 31.210.322.972
Ata de Reunião de Sócios Realizada em 10 de Maio de 2024

Data, hora e local: 10/05/2024, às 14:30 horas, na sede social da Companhia. **Convocação e presenças:** Dispensada a Convocação, uma vez presentes as sócias representantes da totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: **Sr. Geovane Dilkin Consul**, Secretário: **Sr. César Augusto Bresciani Araujo. Deliberações aprovadas por unanimidade: (i)** Seleção, nomeação e contratação da sociedade **Takahashi Consultores Contábeis S.S.**, sociedade simples, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.349.915/0001-70, com sede social na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Fagundes Filho, nº 191, Ed. Dallas, 6º Andar, Conj. 62, Vila Monte Alegre, CEP 04304-010, com seus atos constitutivos originalmente registrados perante o 6º Ofício de Títulos, Documentos e Pessoas Jurídicas de São Paulo sob o nº 49.827 e atual versão de seus documentos societários registrada perante o 8º Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil da Pessoas Jurídicas de São Paulo sob o nº 42.062 ("Empresa Avaliadora"), para elaboração do laudo de avaliação para os fins da redução do capital social; e **(ii)** Com base no laudo de avaliação de data-base de 30 de abril de 2024 elaborado pela Empresa Avaliadora, redução do capital social da Sociedade em **R$ 17.886.988,75** por considerá-lo excessivo em relação ao objeto social da Sociedade, nos termos do artigo 1.082, inciso II do Código Civil. Em vista disso, o capital social da Sociedade será reduzido da quantia de **R$ 175.455.356,00** para a quantia de **R$ 157.568.367,25**. Em razão da redução de capital ora aprovada, a sócias aprovam o cancelamento de **17.886.988** quotas sociais de titularidade da sócia **Moema Bioenergia S.A.** Em função do percentual de participação detido pelas sócias, foi decidido, de comum acordo, que a única quota detida pelo sócio **Geovane Dilkin Consul** não será cancelada. Desta forma, o capital social da Sociedade no valor de **R$ 157.568.367,00**, passará a ser dividido em **157.568.367** quotas, distribuídas entre as sócias da seguinte forma: (i) **157.568.366** quotas sociais para a sócia **Moema Bioenergia S.A.**, e; (ii) 1 quota para a sócia **Geovane Dilkin Consul** . Os efeitos da redução de capital social da Sociedade e do cancelamento das quotas mencionados neste item ficam condicionados à publicação desta deliberação e à ausência de oposição de quaisquer credores quirografários de dívida líquida, certa e anterior à data da referida publicação, de acordo com o art. 1.084, § 2º do Código Civil, no período de **90 dias** a contar da referida publicação. Em razão da redução do capital social ter afetado exclusivamente o capital social da **Moema Bioenergia S.A.**, os quotistas concordam que a restituição do capital social reduzido será realizada exclusivamente para a sócia **Moema Bioenergia S.A ; (iii)** Transcorrido o prazo mencionado acima, a Cláusula 5ª do Contrato Social da Sociedade, passará a vigorar com a seguinte a nova redação: ***"Cláusula 5ª**. O capital social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de **R$ 157.568.367,00**, dividido em **157.568.367** quotas, no valor nominal de R$ 1,00 cada uma, assim distribuídas entre as sócias I - **Moema Bioenergia S.A.** possui **157.568.366** quotas, no valor total de de **R$ 157.568.366,00**; e II - **Geovane Dilkin Consul** possui 1 quota, no valor total de R$ 1,00; **Parágrafo 1º**. Cada quota dará ao seu titular o direito a 1 voto na Reunião de Sócios da Sociedade. **Parágrafo 2º**. As quotas são indivisíveis com relação à Sociedade. Caso uma quota seja detida por mais de uma pessoa, os direitos conferidos a ela serão exercidos pelo representante do condomínio."*; **(iii)** Os administradores ficam autorizados a praticar todos os atos e providências necessárias à efetivação das deliberações acima tomadas. **Encerramento:** Nada mais a se tratar. Santa Juliana/MG, 10/05/2024. **Sr. Geovane Dilkin Consul** (Presidente) e **Sr. César Augusto Bresciani** (Secretário). Sócias: **Moema Bioenergia S.A.** e **Geovane Dilkin Consul.**

ipsemg

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DE MINAS GERAIS - IPSEMG

Aviso de Abertura de Licitação

Pregão Eletrônico nº 2012015.304/2023. Objeto: Compra de medicamento do tipo imunoglobulina, para o abastecimento do almoxarifado do Hospital Governador Israel Pinheiro-HGIP/IPSEMG, sob a forma de fornecimento parcelado, pelo período de 12 (doze) meses. Data da sessão pública: 17/06/2024, às 09h00m (nove horas), horário de Brasília - DF, no sítio eletrônico **www.compras.mg.gov.br**. O cadastramento de propostas inicia-se no momento em que for publicado o edital no Portal de Compras do estado de Minas Gerais e encerra-se, automaticamente, na data e hora marcadas para realização da sessão do pregão. O edital poderá ser obtido nos sites **www.compras.mg.gov.br** ou **www.ipsemg.mg.gov.br**. Belo Horizonte, 29 de maio de 2024. Renata Vieira Oliva de Paula – Diretora de Planejamento, Gestão e Finanças do IPSEMG.

NEWPHARMA FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.
CNPJ/MF 04.491.594/0001-31 - NIRE 31.206.245.756
CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO DE SÓCIOS

Nos termos do artigo 1.152 da Lei nº 10.406/2002, ficam convocados os sócios da **NEWPHARMA FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.** ("Sociedade"), a participarem da Reunião de Sócios que se realizará no dia 05 (cinco) de junho de 2024, às 09:00 horas, na sede social da Sociedade, localizada na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Marechal Foch, n° 35, Grajaú, CEP 30.430-720, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) alteração na composição da Diretoria em razão do falecimento do administrador Sr. Alexandre Beldi Netto; (ii) alteração na estrutura da Diretoria da Sociedade para aumento do número máximo de Diretores, passando de 3 (três) membros para 3 (três) a 6 (seis) membros; (iii) eleição de novos membros da Diretoria. **As informações referentes à ordem do dia encontram-se à disposição dos sócios na sede da Sociedade.**

Belo Horizonte, 24 de maio de 2024
ANTONIO ROBERTO BELDI - Administrador

CIMCOP S/A – ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES
CNPJ/MF 17.161.464/0001-82 - NIRE 3130004265-1
Ata da 445ª - Reunião do Conselho de Administração

Data: 13 de maio de 2024, às 10:00 h (dez horas). Local: Rua Walfrido Mendes nº 400, bairro Califórnia, nesta Capital. Presenças: Membros do Conselho: Roberta Miraglia de Souza Martins, Marcelo Faria Gontijo Assunção, e Ronaldo José da Costa Lanna; e Edmundo Mariano da Costa Lanna, Diretor Presidente, como convidado. Mesa: Presidente – Sra. Roberta Miraglia de Souza Martins; Secretário – Sr. Marcelo Faria Gontijo Assunção. Convocação: Efetuada verbalmente pela Presidente do Conselho de Administração. Pauta: a) eleição de um Diretor Operacional para completar o atual mandato, em virtude do falecimento de Luiz Sepe Neto.; Deliberações Unânimes: I) Eleito para o cargo de Diretor Operacional – Ronaldo José da Costa Lanna, brasileiro, casado, engenheiro civil, carteira de identidade nº 52.140/D expedida pelo CREA-MG, CPF nº 522.569.366-00, residente e domiciliado nesta capital à Rua Guaratinga nº 180 apto 301, bairro Sion, CEP 30.315-430, acumulando com o cargo de Diretor Comercial, porém sem remuneração. II) O Diretor eleito, presente à reunião foi imediatamente empossado, valendo a sua assinatura como "Termo de Posse". Concluídas as deliberações, a Presidente determinou a lavratura desta ata que será registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, e posteriormente publicada, para que se produzam os efeitos legais. Belo Horizonte, 13 de maio de 2024. Roberta Miraglia de Souza Martins - Presidente do Conselho de Administração; Marcelo Faria Gontijo Assunção - Vice-Presidente do Conselho de Administração; Ronaldo José da Costa Lanna - Vice-presidente do Conselho de Administração; Ronaldo José da Costa Lanna - Diretor Operacional eleito. Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – Certifico o registro sob o n° 11732852 em 27/05/2024. Protocolo 243159145 – 21/05/2024. a) Marinely de Paula Bomfim – Secretária Geral.

Santander

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
1º LEILÃO: 15 de julho de 2024, às 14h30min *.
2º LEILÃO: 17 de julho de 2024, às 14h30min *. *(horário de Brasília)

Mauro Zukerman, Leiloeiro Oficial, JUCESP nº 328, com escritório à Rua Minas Gerais, 316 – Cj 62 - Higienópolis, São Paulo/SP, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **somente ON-LINE**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pelo **Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ n° 90.400.888/0001-42, nos termos do Instrumento Particular com Eficácia de Escritura Pública, Alienação Fiduciária de Imóvel em Garantia, n° 074274230010192, firmado em 29/01/2016, com os Fiduciantes **PAULO VICKTOR CORREA JUNIOR,** brasileiro, comerciante, portador do RG nº 13.363.652-SSP/MG, inscrito no CPF sob nº 069.496.856-02, e sua mulher **GABRIELLE FERNANDA NASCIMENTO CORREA,** brasileira, comerciante, portadora do RG nº 16.438.655-PC/MG, inscrita no CPF sob nº 107.679.426-20, casados pelo regime da comunhão parcial de bens, residentes e domiciliados em Belo Horizonte/MG, em **PRIMEIRO LEILÃO (data/horário acima)**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ R$ 452.674,38 (quatrocentos e cinquenta e dois mil seiscentos e setenta e quatro reais e trinta e oito centavos) - atualizado conforme disposições contratuais),** o imóvel constituído pelo **Apartamento nº 108,** localizado no Bloco B do Edifício Paulete, situado na Rua Jequeri, nº 100, Lagoinha, Belo Horizonte/MG. Área privativa: 68,00m², melhor descrito na matrícula n° 462 do 6º Oficial de Registro de Belo Horizonte/MG. **Imóvel ocupado. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra**. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **SEGUNDO LEILÃO (data/horário acima)**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 308.032,58 (trezentos e oito mil e trinta e dois reais e cinquenta e oito centavos – nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97). Os interessados em participar do leilão de modo on-line**, deverão se cadastrar no site www.portalzuk.com.br, **encaminhar a documentação necessária para liberação do cadastro 24 horas do início do leilão**. **Forma de pagamento e demais condições de venda**, **VEJA A INTEGRA DESTE EDITAL NO SITE**: www.portalzuk.com.br. Informações pelo tel. 3003-0677 (Dossiê 21979) .

ASSISTENTE DE SECRETARIA ESCOLAR - 1 vaga

Local de Trabalho: VARGINHA/MG

O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Regional de Minas Gerais - SENAR AR/MG (Senar Minas), torna pública a abertura do processo seletivo para o cargo de **ASSISTENTE DE SECRETARIA ESCOLAR - 1 vaga (VARGINHA)**, conforme previsto no **Anúncio de Vaga nº 10/2024**. As inscrições deverão ser realizadas através do cadastro de informações no site www.vagasdoagro.org.br, **de 03/06/2024 à 12/06/2024**. As informações sobre a vaga, requisitos e etapas do processo seletivo estão disponíveis no site vagas do Agro e no link: http://www.sistemafaemg.org.br/noticias/oportunidades-de-trabalho

LEILÃO DE IMÓVEIS MGI Nº. 07/2024

MGI – MINAS GERAIS PARTICIPAÇÕES S.A. – CNPJ/MF: 19.296.342/0001-29 – torna público que realizará licitação, na modalidade de LEILÃO ELETRÔNICO, para a alienação de Bens Imóveis da SEDE. O objeto deste Leilão está descrito detalhadamente no Edital de Leilão de Imóveis MGI nº. 07/2024, que estará à disposição dos interessados, gratuitamente, no seguinte endereço eletrônico: www.mgipar.com.br. Serão leiloados imóveis situados em MG: Alpercata, Araxá, Belo Horizonte, Betim, Campo Belo, Cataguases, Contagem, Divinópolis, Governador Valadares, Guapé, Guaxupé, Guimarânia, Ituiutaba, Jequitinhonha, Perdões, Santo Antônio Do Amparo, Santos Dumont, Ubá, Uberaba e Uberlândia. Outros Estados: Belém/PA, Volta Redonda/RJ e Florianópolis/SC. O Leilão Eletrônico, do tipo Maior Lance será realizado por Leiloeiro Administrativo, designado pela Diretoria da empresa. O sistema estará aberto para lances a partir das 10:00 horas, do dia 30/05/2024, até o seu término em 25/07/2024, nos termos do Edital, pelo endereço eletrônico: www.mgileiloes.com.br. Informações: na sede da MGI, localizada à Rodovia Papa João Paulo II, 4001 – Prédio Gerais – 4º andar – Bairro Serra Verde – Cidade Administrativa do Estado de Minas Gerais, CEP 31630-901, Belo Horizonte/MG ou pelo tel. (31) 3915-4888 e WhatsApp (31) 99990-1127, no horário das 09:00 (nove horas) às 18:00 (dezoito horas).

VERSÃO RESUMIDA PARA PUBLICAÇÃO
Art. 887, § 3º/CPC

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS – VARA DE FAMÍLIA, SUCESSÕES E AUSÊNCIA DA COMARCA DE POUSO ALEGRE – PROCESSO n. 5010245-27.2020.8.13.0525 - EXEQUENTE: ANA LUCIA SIQUEIRA MENDES PEREIRA - EXECUTADO: JOSE AMARILDO PEREIRA - IMÓVEL: Apartamento de n. 01 do Edifício José Carvalho, situado nesta cidade, a Rua Dr. Célio de Oliveira Andrade, n. 18, esquina com a Avenida Prefeito Olavo Gomes de Oliveira, n. 1.1695, no bairro Cidade Foch, com frente e entrada exclusiva pela rua Dr. Célio de Oliveira Andrade, n. 18, tendo a área privativa real de 144,279 metros quadrados, com as suas respectivas instalações, correspondente a fração ideal de 0,5910, correspondente 122,19 metros quadrados do terreno que tem a área total de 206,75 metros quadrados. Demais descrições na Matrícula n. 58.443, do Livro: 2, Fls. 01 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Pouso Alegre/MG e no auto de avaliação - VALOR DA AVALIAÇÃO: R$ 310.000,00 (trezentos e dez mil reais). Preço mínimo 2ª. Praça: 50% do valor da avaliação (art. 885 e 891, § único CPC). DA FORMA DE PAGAMENTO: À VISTA, por depósito judicial no ato da arrematação. Serão de responsabilidade do arrematante todas as despesas para a transferência da propriedade.
DATAS DAS PRAÇAS – 1ª. Data do Leilão: 15/07/2024 às 10:00hs (eletrônico), pelo maior lance, igual ou acima da avaliação, e se não for vendido prosseguirá na segunda praça. 2ª. Data do Leilão: 30/07/2024 às 10:00hs (eletrônico), pelo maior lance oferecido, desde que seja igual ou superior a 50% do valor da avaliação. Leilão Eletrônico. Site do Leilão: www.francoleiloes.com.br. Ficam os executados, compromissários e demais interessados, INTIMADOS das designações supra.

Santander

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
1º LEILÃO: 15 de julho de 2024, às 14h30min *.
2º LEILÃO: 17 de julho de 2024, às 14h30min *. *(horário de Brasília)

Mauro Zukerman, Leiloeiro Oficial, JUCESP nº 328, com escritório à Rua Minas Gerais, 316 – Cj 62 - Higienópolis, São Paulo/SP, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **somente ON-LINE**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pelo **Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ n° 90.400.888/0001-42, nos termos do Instrumento Particular com Eficácia de Escritura Pública, Alienação Fiduciária de Imóvel em Garantia nº 074451230003122, firmado em 28/02/2013, com os Fiduciante **PÂMELA CADELCA MOREIRA TOSTA,** brasileira, técnica em enfermagem, portadora do RG n° 13.916.289-SSP-MG, inscrita no CPF/MF n° 082.144.316-03, e seu esposo **HARIEL MOREIRA TOSTA DA SILVA,** brasileiro, autônomo, portador do RG n° 15.321.219-SSP-MG, inscrito no CPF/MF n° 101.822.406-81, casados sob o regime da comunhão parcial de bens, residentes e domiciliados em Uberaba/MG, em **PRIMEIRO LEILÃO (data/horário acima)**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 264.843,72 (duzentos e sessenta e quatro mil oitocentos e quarenta e três reais e setenta e dois centavos - atualizado conforme disposições contratuais),** o imóvel constituído pela **Casa nº 345**, localizada no Condomínio Terra Nova Uberaba I, situado na Avenida Geraldo Formiga do Nascimento nº 261, Recreio dos Bandeirantes, Uberaba/MG. Área construída: 51,46m² e Área de terreno: 143,00 m², mais bem descrito na matrícula n° 64.092 do 1º Ofício de Registro de Uberaba/MG. **Imóvel ocupado. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra**. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **SEGUNDO LEILÃO (data/horário acima)**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 122.179,34 (cento e vinte e dois mil cento e setenta e nove reais e trinta e quatro centavos – nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97). Os interessados em participar do leilão de modo on-line**, deverão se cadastrar no site www.portalzuk.com.br, **encaminhar a documentação necessária para liberação do cadastro 24 horas do início do leilão**. **Forma de pagamento e demais condições de venda**, **VEJA A INTEGRA DESTE EDITAL NO SITE**: www.portalzuk.com.br. Informações pelo tel. 3003-0677 (Dossiê 21628).

REVITALIZAÇÃO DO CENTRO

Demolição de anexo do Sulacap é iniciada

Área será transformada em uma praça, conforme projeto arquitetônico original do conjunto na avenida Afonso Pena

JULIANA SODRÉ

Começaram na quarta-feira (29) as obras de demolição do edifício anexo ao Conjunto Sulacap-Sulamérica, na avenida Afonso Pena, 981. A demolição visa à reconstituição da Praça da Independência, que existia no projeto original do espaço, na década de 1940. Orçadas em R$ 3 milhões, as obras fazem parte do programa de requalificação do centro da Capital, o Centro de Todo Mundo, da Prefeitura de Belo Horizonte.

Há duas semanas, os preparativos para a demolição foram iniciados. Tapumes e sinalizações para motoristas e pedestres foram instalados para a execução da demolição do anexo do conjunto de edifícios no quarteirão da avenida Afonso Pena, entre as ruas da Bahia e dos Tamoios. Hoje, o prefeito da cidade, Fuad Noman (PSD), visitou o local e deu a primeira marretada simbólica da demolição do espaço.

"Nosso objetivo é melhorar a cara do Centro, modernizar, trazer as coisas boas para cá. E isso daqui era um dos entraves do Centro. Uma obra que foi construída nos anos 40 com uma beleza e uma finalidade de abrir a visão para o viaduto, para ser uma praça, e anos depois construíram este monstrengo aqui", disse o prefeito.

De acordo com Fuad Noman, desde 2000 já havia uma lei autorizando a desapropriação, mas só agora foi realizada. "Vamos pedir para pintar os prédios, pintar essa área, limpar e vamos transformar isso aqui em uma área de lazer para Belo Horizonte", afirmou.

Todo o recurso está sendo bancado pela Prefeitura. "A gente não começa nenhuma obra sem ter dinheiro em caixa. Não vamos cometer o risco de começar uma obra, que tenha que parar por falta de dinheiro", ressaltou o prefeito.

Previstas para serem concluídas em 150 dias, a revitalização deve ficar pronta em outubro. Ao todo, 5 lojas, duas salas grandes e um estacionamento já foram desapropriados.

Conjunto - O Conjunto Sulacap-Sulamérica foi projetado pelo arquiteto italiano Roberto Capello, em estilo protomoderno. Os blocos cubistas eram ladeados por dois edifícios menores, havendo um vazio entre eles, possibilitando uma perspectiva do Viaduto Santa Tereza. O objetivo do projeto era o de formar dois prédios iguais, simetricamente opostos, com as torres estrategicamente posicionadas para se harmonizarem com o entorno.

A construção do Conjunto Sulacap-Sulamérica foi concluída em 1940 e, décadas depois (nos anos 1970), foi construído um anexo ligando os edifícios Sulacap e Sulamérica, que teria desconfigurado a arquitetura e o urbanismo histórico do local.

Em 12 de setembro de 2000, o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte, reunido em sessão ordinária, aprovou, com base no estudo do conjunto urbano: rua da Bahia e adjacências (conjunto já tombado pelo referido conselho em deliberação 16/98), novas diretrizes de proteção do conjunto como de interesse cultural, determinando assim a demolição do anexo e a restauração dos jardins anteriormente existentes como espaço público.

RODRIGO CLEMENTE / PBH

Prefeito Fuad Noman explicou que além da demolição do anexo, conjunto ganhará pintura nova

ASSEMBLEIA

Reajuste dos servidores avança na ALMG

O Projeto de Lei (PL) 2.309/24, do governador Romeu Zema, que dispõe sobre a revisão geral do vencimento dos servidores do Poder Executivo, foi aprovado em 1º turno, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), na quarta-feira (29). A proposição, no entanto, seguirá em votação no Plenário na semana que vem, uma vez que as emendas ao texto principal não foram apreciadas, por falta de quórum.

Diante de servidores públicos que lotaram as galerias, foi aprovado o texto original do projeto, que prevê recomposição de 3,62%, retroativa a 1º de janeiro deste ano. Esse índice se estende aos servidores inativos e aos pensionistas com direito à paridade, aos detentores de função pública e aos convocados para a função de magistério.

A revisão também abrange os contratos temporários vigentes, cargos de provimento em comissão, funções gratificadas e gratificações de função.

Durante a tramitação em 1º turno, a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária (FFO) recomendou a aprovação do projeto com a emenda nº 1, que corrige erro na redação do artigo 6º da proposição, o qual trata do vencimento das carreiras do Grupo de Atividades de Educação Básica.

Dessa forma, o artigo passa a prever que tal vencimento será reajustado, por lei específica, na mesma periodicidade e no mesmo percentual das atualizações do piso salarial profissional nacional dos profissionais do magistério público da educação básica, de que trata a Lei Federal 11.738, de 2008.

Essa emenda da FFO também não chegou a ser votada.

O projeto também recebeu diversas emendas de deputados da oposição ao governo Zema. Algumas dessas emendas ao texto principal seriam votadas de forma destacada (as de nºs 8, 57, 5, 17, 55 e 56). De modo geral, elas modificam o índice proposto pelo Poder Executivo. Mas a reunião foi encerrada por falta de quórum para votação. Dessa forma, a apreciação dessas emendas vai continuar numa outra reunião de plenário.

Todas as emendas apresentadas ao projeto em reunião de plenário anterior (nºs 2 a 29, 32 a 41 e 43 a 57), inclusive essas com votação em separado, receberam parecer pela rejeição da FFO.

Defesa - Para o deputado Sargento Rodrigues (PL), o governo tem prejudicado sistematicamente os servidores da segurança pública. Para fazer frente a isso, conforme disse, a emenda nº 57, assinada por 30 deputados, autoriza o governo a dar 10,67% de recomposição salarial para os servidores da segurança pública. Esse percentual seria a reposição da inflação acumulada nos anos de 2022 e 2023.

"A emenda é autorizativa. Se quiser, o governador paga e, se não quiser, continua enrolando. Não fizemos emenda impositiva para não ter vício de iniciativa", explicou.

Ele ainda destacou a emenda nº 8, que autoriza o governo a incorporar ao salário um abono já pago ao servidor da segurança pública.

O deputado Professor Cleiton (PV) reforçou a fala anterior. Ele defendeu as emendas autorizativas. A emenda nº 17, por exemplo, propõe o índice de 10,67 % para todos os servidores do Estado, sem distinção. Em sua opinião, os conteúdos corrigem erros do Executivo, que não dialoga com as diversas categorias do serviço público.

"E tem mais. O governo não retirou as propostas de implosão do Ipsemg e do IPSM. Se elas caminharem nessa Casa, os contracheques do policial, do professor e do profissional da saúde vão mostrar que o aumento de nada vai adiantar", declarou Professor Cleiton.

Desde que o PL 2.309/24 começou a tramitar, a principal crítica tem sido ao índice de 3,62%, que, segundo parlamentares de oposição, não repõe as perdas provocadas pela inflação. **(Com informações da ALMG)**

TRAGÉDIA NO RS

Governo anuncia crédito de R$ 15 bi

Brasília - O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou, na quarta-feira (29), em Brasília, medida provisória (MP) para ampliar o escopo do Fundo Social e disponibilizar recursos para abertura de crédito em locais atingidos por calamidades públicas.

Com isso, até R$ 15 bilhões poderão ser utilizados em financiamentos para empresas de todos os portes do Rio Grande do Sul, que enfrenta a maior tragédia climática de sua história com chuvas, alagamentos e mortes.

A MP autoriza a utilização do superávit financeiro do Fundo Social para disponibilização de linhas de financiamento a pessoas físicas e jurídicas localizadas em entes federativos em estado de calamidades públicas. O fundo reúne recursos gerados pela exploração de petróleo no pré-sal. A operacionalização do crédito será feita em parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

"Nós mudamos o paradigma de tratar de problemas climáticos nesse País a partir de agora. Não apenas o Rio Grande do Sul, mas qualquer região que tiver um problema climático ela terá que ter uma ação especial. E é por isso que nós estamos trabalhando a construção de um plano antecipado para que a gente tente evitar que as coisas aconteçam nesse País", disse Lula, em evento no Palácio do Planalto, para anúncio de novas medidas de auxílio aos gaúchos.

"Nós temos consciência de que muitas vezes, em muitos outros momentos históricos, o governo anunciou medidas, foi cheio de boa vontade, mas depois, passa o tempo, as medidas não acontecem rapidamente, o dinheiro não chega, as obras não acontecem. Então, a nossa preocupação nesse momento é fazer com que não haja qualquer empecilho burocrático que atrapalhe as decisões do governo de acontecerem na ponta", acrescentou o presidente.

Os R$ 15 bilhões do Fundo Social poderão ser utilizados em três linhas de financiamento. A primeira é para compra de máquinas, equipamentos e serviços, com juros de 1% ao ano mais o *spread* bancário [diferença entre taxa de captação do dinheiro pelos bancos e a cobrada dos clientes], com prazo de até 60 meses e 12 meses de carência.

A segunda linha deverá financiar projetos customizados, incluindo obras de construção civil, com a mesma taxa de juros e *spread* e prazo de pagamento de até 120 meses com carência de 24 meses. O limite por operação desses créditos é de R$ 300 milhões.

A terceira linha será para ajudar no capital de giro emergencial das empresas, com custo base de 4% ao ano para micro, pequenas e médias empresas (MPME) e de 6% ao ano para grandes empresas mais *spread* bancário. O prazo será de até 60 meses com carência de 12 meses. O limite por operação é de R$ 50 milhões MPME e R$ 400 milhões para empresa de grande porte.

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, destacou que as empresas beneficiadas com as novas linhas de financiamento deverão manter o compromisso com o nível de emprego.

Segundo Durigan, foi convocada para semana que vem uma reunião extraordinária do Conselho Monetário Nacional (CMN) para detalhamento e aprovação da medida, "para que essa linha esteja disponível o mais breve possível para as empresas e para os agricultores do Rio Grande do Sul".

Além das novas linhas de financiamento, Durigan anunciou que as cooperativas de crédito passarão a operar no Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) para oferta de crédito subvencionado a pequenas e médias empresas urbanas dos setores industrial, comércio e serviços. Até então, as cooperativas estavam operando apenas o crédito rural.

A terceira medida anunciada pelo Ministério da Fazenda é um aporte adicional de R$ 600 milhões no Fundo de Garantia de Operações (FGO) para garantia de operações de crédito rural para pequenos e médios agricultores. **(ABr)**

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Lula anuncia a remoção oficial de embaixador brasileiro em Israel

Brasília - O presidente Luiz Inácio Lula da Silva removeu oficialmente o embaixador do Brasil em Israel, Frederico Meyer, e o designou para exercer o cargo de representante especial do País junto à Conferência do Desarmamento, em Genebra, informou o Itamaraty na quarta-feira (29).

Em nota, o Itamaraty disse que a eventual designação de um novo embaixador em Israel será oportunamente divulgada em comunicado à imprensa e que, por ora, a representação seguirá sob a chefia do encarregado de negócios.

A retirada de Meyer da representação em Tel Aviv é mais um gesto diplomático do Brasil após Lula e o governo brasileiro elevarem o tom das críticas em relação aos ataques que Israel tem feito em Gaza na guerra que trava contra o Hamas, com milhares de vítimas civis palestinas.

Meyer estava fora de Israel desde fevereiro, quando foi chamado de volta ao Brasil pelo Ministério das Relações Exteriores após ter sido convocado pelo chanceler israelense, Israel Katz, para ouvir que Lula era *persona non grata* no país.

Katz convocou o embaixador brasileiro para uma reprimenda no Memorial do Holocausto YadVashem, em Jerusalém, e para dizer que Lula não é bem-vindo em Israel até que se retrate de comentários que fez comparando a guerra realizada por Israel em Gaza ao Holocausto promovido pelo então ditador alemão Adolf Hitler contra os judeus na Segunda Guerra Mundial.

Israel iniciou uma ampla ofensiva por terra e ar contra Gaza após um ataque em 7 de outubro do ano passado em que integrantes do grupo militante islâmico palestino Hamas mataram 1.200 pessoas, em sua maioria civis, e sequestraram 253 pessoas em território israelense, segundo dados de autoridades de Israel.

Desde então, os ataques israelenses em Gaza devastaram o enclave palestino, matando mais de 35 mil pessoas, também em sua maioria civis, segundo autoridades palestinas, e forçando a maioria dos 2 milhões de habitantes de Gaza a deixarem suas casas. **(Reuters)**

DIA MUNDIAL DO LEITE

Minas é protagonista do setor

Comemoração em 1º de junho foi criada pela FAO/ONU para incentivar consumo mundial

MICHELLE VALVERDE

Minas Gerais se destaca como maior produtor de leite no País. Ao todo, são cerca de 9,5 bilhões de litros anuais, representando 27% da produção nacional. A cadeia produtiva do leite é fundamental para a geração de empregos, renda e desenvolvimento. Em 1º de junho, é comemorado o Dia Mundial do Leite, quando são feitos eventos que estimulam o consumo e ressaltam a importância do produto para a economia e para a saúde. A data também chama a atenção para os gargalos enfrentados. Um dos maiores é o aumento das importações de leite, que tem interferido no desempenho do setor.

Criada em 2001, pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO/ONU, da sigla em inglês), o Dia Mundial do Leite tem como objetivo incentivar o consumo de lácteos pela população mundial.

REPRODUÇÃO / ADOBESTOCK

Minas Gerais produz cerca de 9,5 bilhões de litros de leite por ano, representando 27% da produção nacional

Dados mais recentes da Seapa - de 2022 - apontam que produção mineira de leite alcançou 9,4 bilhões de litros naquele ano, o que representou decréscimo de 2,6% frente ao ano anterior

Em Minas Gerais, a produção de leite e derivados é uma das mais importantes para o agronegócio. Conforme os dados da Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa), em 2022, a produção mineira de leite alcançou 9,4 bilhões de litros, representando assim, um decréscimo de 2,6% em relação ao ano anterior. Com o volume, Minas Gerais representou 27% da produção nacional.

Como maior produtor nacional de leite, o Estado também detém o maior rebanho de vacas ordenhadas. Ao todo, são 3,1 milhões de animais. Entre os maiores municípios produtores estão Patos de Minas, Patrocínio, Lagoa Formosa, Coromandel e Pompéu.

Consumo - O Estado também é destaque em consumo. Conforme a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Unidade Gado de Leite, (Embrapa Gado de Leite), Minas Gerais é o terceiro estado em termos de consumo per capita de leite e derivados, com uma média de 43,1 quilos por habitante ao ano.

Com o propósito de mostrar os benefícios do leite para a saúde e estimular o consumo de lácteos, o Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados no Estado de Minas Gerais (Silemg) realiza diversas iniciativas. "O leite é fundamental na alimentação da população. É importante no crescimento, na manutenção da saúde e na manutenção da idade. O leite é um alimento muito rico e ajuda no combate à osteoporose, ajuda no crescimento, sendo um dos alimentos mais nutritivos para as pessoas", reitera o presidente Guilherme Abrantes.

Em comemoração ao Dia Mundial do Leite, o Silemg realizará o tradicional concurso de desenhos e redações. A estimativa é receber mais de 15 mil inscrições de estudantes das redes públicas e privadas. No dia 1º de junho, será lançada a Corrida do Leite, que acontece em setembro, reunindo cerca de 3 mil pessoas.

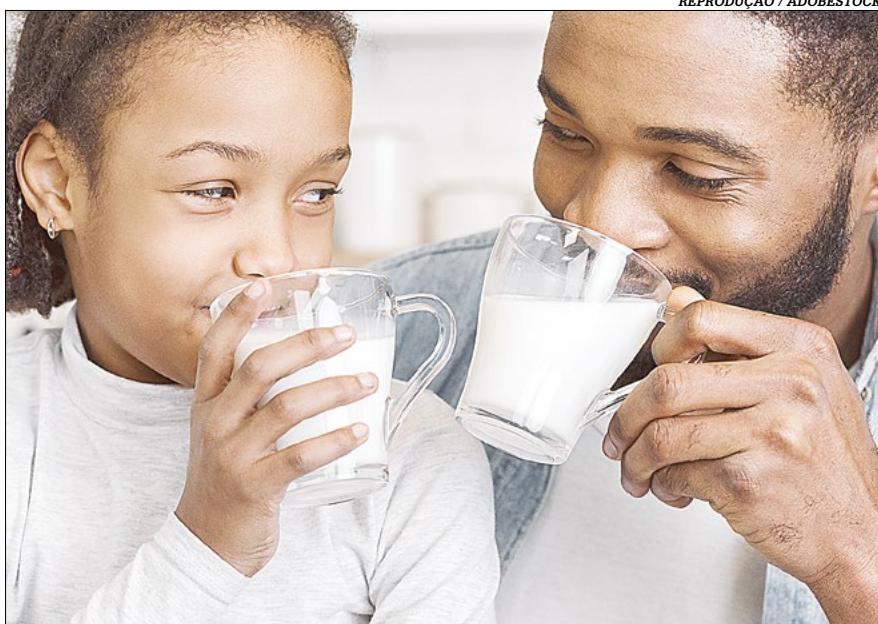
Já no dia 5 de junho, serão servidas, no Restaurante Popular (Unidade II e Unidade João Bosco Murta Lages, ambas no Santa Efigênia, em Belo Horizonte) cerca de 3,5 mil refeições utilizando o leite como ingrediente. "Os eventos são importantes e visam envolver os estudantes, as famílias, a população, mostrando os benefícios do leite para a saúde", explicou Abrantes.

LUCIANA DOS SANTOS / NESTLÉ

Como maior produtor, Estado também tém maior rebanho de vacas ordenhadas

DIÁRIO DO COMÉRCIO / MICHELLE VALVERDE

Entre maiores produtores de leite estão Patos de Minas e Patrocínio

Embrapa e movimento #Bebamaisleite unidos

REPRODUÇÃO / ADOBESTOCK

Minas também é destaque em consumo e ocupa 3ª posição, diz Embrapa

A Embrapa Gado de Leite e o movimento #Bebamaisleite estão engajados em mostrar os benefícios do leite e estimular o consumo. Assim, no dia 29 de maio, houve a inauguração da Vitrine de Tecnologias do Leite®. A estrutura, que fica na sede da Embrapa Gado de Leite, em Juiz de Fora, apresenta de forma dinâmica, lúdica e divertida, os elos que compõem a cadeia de produção do leite, da fazenda à mesa do consumidor.

Em comemoração ao Dia Mundial do Leite, a Embrapa e o #Bebamaisleite também assinaram um contrato de parceria que prevê o desenvolvimento de atividades conjuntas de transferência de tecnologias que visam valorizar os benefícios e promover o consumo dos alimentos lácteos.

"O objetivo é somar esforços para o desenvolvimento de ações relacionadas à valorização dos benefícios do consumo de leite e seus derivados. A primeira ação é a revitalização da Vitrine de Tecnologias do Leite. Vamos realizar visitas guiadas de estudantes especialmente do ensino fundamental. Além disso, a parceria visa a elaboração de novos conteúdos em diversos formatos como materiais impressos e audiovisuais e a criação e execução de campanhas conjuntas de valorização da produção leiteira e do leite como alimento para todas as idades", explicou a chefe geral da Embrapa Gado de Leite, Elizabeth Nogueira Fernandes. **(MV)**

Importação é hoje principal entrave

Apesar da relevância na economia e na saúde, a cadeia leiteira vem enfrentando desafios, sendo um dos principais, as importações de leite em pó vindas do Mercosul, com destaque para a Argentina e o Uruguai.

Os dados da Seapa mostram que, em 2023, com o ingresso de grandes volumes de leite importado no mercado brasileiro, o preço do leite se desvalorizou. Somente em 2023, Minas Gerais importou um volume de 17 mil toneladas de leite, registrando, assim, um crescimento expressivo de 282% se comparado com 2022.

Conforme o presidente do Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados no Estado de Minas Gerais (Silemg), Guilherme Abrantes, as importações de leite têm impacto de forma relevante no desempenho de toda a cadeia. Por isso, é fundamental que medidas para proteger a produção nacional sejam adotadas.

Com o grande volume de importações, os preços do leite recuaram no mercado, afetando desde os produtores até a indústria. Abrantes destaca que somente em Minas Gerais, a cadeia do leite é responsável pela geração de cerca de 1 milhão de empregos diretos e indiretos.

Preocupação - "A gente continua muito preocupado com as importações de leite em pó vindas da Argentina e do Uruguai. A preocupação do Silemg é tanto com a indústria quanto com os produtores. Nossa preocupação é que a entrada de leite importado continue derrubando os preços internos. Isso prejudica, sobretudo, o pequeno produtor, bem como a pequena indústria, que são os mais frágeis", explicou.

Ainda segundo Abrantes, para o setor, seria importante haver uma trava para as importações, permitindo, assim, uma regularização dos estoques.

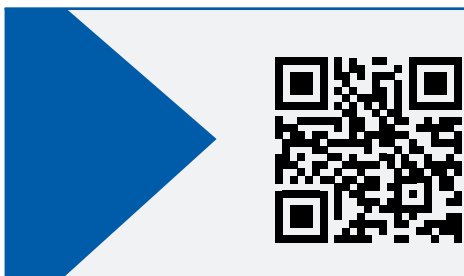
"A indústria é muito afetada, está sentindo muito e registrado margens bem apertadas desde 2023. A gente sabe que a cadeia do leite é uma grande geradora de empregos e renda. Contando desde o setor produtivo do leite até as indústrias, são cerca de 1 milhão de empregos em Minas Gerais. Há uma grande preocupação em continuar gerando emprego e renda, por isso, uma trava da entrada de importados seria importante", ressalta.

Mesmo diante dos desafios, conforme Abrantes, a indústria láctea de Minas Gerais tem se reinventado. Assim, desenvolve novos produtos para atender o consumidor, aos mais diversos paladares e ao mercado cada vez mais exigente. O Silemg conta, hoje, com 165 empresas filiadas, sendo estas indústrias responsáveis pelo processamento de 80% do leite produzido em Minas Gerais. **(MV)**

DIVULGAÇÃO / EMBRAPA

Primordial na alimentação

NEGÓCIOS

gestaoenegocios@diariodocomercio.com.br

ESPECIAL

Lagoinha se reergue pela economia criativa

Solução para mais avanços na região passa pela colaboração entre os setores: público, privado e terceiro setor

LEONARDO MORAIS

"Berço da capital mineira", reduto da boemia, da cultura e das tradições: a Lagoinha, ao longo da história, vem perdendo a essência devido às constantes intervenções urbanas que a colocaram em posição de isolamento em relação à cidade. O abandono, no entanto, vem se transformando em luta, articulada principalmente pela comunidade e empreendedores da economia criativa em Belo Horizonte.

Incentivados por iniciativas de sucesso na capital mineira, como o Mercado Novo e o entorno da Praça Raul Soares, o setor criativo demonstra força, oferecendo muito mais que produtos e serviços à população. O segmento vem se articulando para transformar e requalificar espaços, unindo seus atrativos comerciais à criação de um vínculo social e econômico com as regiões onde estão inseridos.

"A Lagoinha, ao longo da história, vem construindo uma relação ambígua de proximidade e distância do centro da Capital: proximidade em termos geográficos e distância em sua realidade socioeconômica"

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO

Praça Vaz de Melo em 1930, antes de dar lugar ao Complexo que fragmentou a paisagem da Lagoinha, em Belo Horizonte

DIÁRIO DO COMÉRCIO / LEONARDO MORAIS

Apesar de avanços na articulação entre os setores, o atual cenário na Lagoinha exige persistência e resistência

A região da Lagoinha, que até então era integrada ao promissor centro de Belo Horizonte, com comércio agitado e bares movimentados, se fragmentou e mudou por completo

Segundo a analista do Sebrae Minas Nayara Bernardes, a economia criativa, por trabalhar com aspectos relacionados à cultura e identidade, é capaz de se transformar também em uma importante âncora para o senso de pertencimento. "Quando preservamos a identidade cultural de um local é muito mais fácil conseguir requalificar a região", argumenta.

Além da força de transformação social e cultural, o setor também se destaca na geração de emprego e renda para as populações locais. Em Minas Gerais, o segmento é responsável por gerar mais de 450 mil empregos formais, com o setor cultural representando 54% do total de contratações. Os dados são do levantamento "Radar da Economia Criativa em Minas Gerais", publicado pelo Observatório P7 Criativo, braço de pesquisa do *hub*.

Na Lagoinha, apesar dos desafios enfrentados, a economia criativa vem se fortalecendo ano a ano com o apoio da comunidade e de movimentos sociais. A solução para mais avanços, segundo Nayara Bernardes, passa pela colaboração entre os setores: público, privado e terceiro setor.

"O setor público precisa de fato reconhecer a importância do local para elaborar políticas públicas que favoreçam o segmento. O setor privado depende de ações públicas como investimento em segurança e infraestrutura para poder investir e gerar negócios. Já o terceiro setor é um importante mediador, revelando a voz desses lugares e apresentando o que eles precisam para se desenvolver", ressalta.

Apesar de avanços na articulação entre os setores, o atual cenário na Lagoinha exige persistência e resistência para que o "berço de Belo Horizonte" volte a ser reerguido. "Você pensa que às vezes o bairro está abandonado por acaso, mas o abandono também tem quem mande, tem quem queira, e tem quem lucre", revela um morador local.

Desafios que percorrem décadas - "A Lagoinha, ao longo da história, vem construindo uma relação ambígua de proximidade e distância do centro da capital mineira: proximidade em termos geográficos e distância em sua realidade socioeconômica." A análise mencionada no estudo "Do outro lado da linha do trem: História e intervenções no bairro Lagoinha", mostra que o território, desde o seu nascimento - junto à Capital no final do século XIX - vem sofrendo com intervenções que descaracterizam pouco a pouco a cultura e o legado da região.

O estudo destaca que uma das ações de maior impacto na dinâmica do local foi a construção do complexo ferro-rodoviário, na década de 1980. A região, que até então era integrada ao promissor centro de Belo Horizonte, com comércio agitado e bares movimentados, se fragmentou e mudou por completo.

Com o rompimento do eixo centro-bairro e o notório abandono do poder público, a Lagoinha foi se degradando. Sem investimentos em infraestrutura e preservação patrimonial, quatro décadas depois, o "berço de Belo Horizonte" também passou a ser conhecido como a "Cracolândia de BH".

A sensação de abandono se reflete nas principais vias da região, que hoje é composta por cinco setores (Lagoinha, Bonfim, São Cristóvão, Vila Senhor dos Passos e IAPI) que formam a "Área de Diretrizes Especiais (ADE) Lagoinha".

Ao caminhar pelas ruas Itapecerica, Além Paraíba, Fortaleza, Serro, Sebastião de Melo, Guapé, bem como nas praças 15 de Julho, Praça do Peixe, além da fragmentada Praça Vaz de Melo, é possível observar que os desafios ainda estão longe de serem superados.

Para os empreendedores da economia criativa na Lagoinha, a resistência é ainda mais significativa. Os profissionais do território necessitam de constantes adaptações para manter os negócios em movimento, e ao mesmo tempo lutam para que aconteça uma efetiva transformação em toda a região.

Tradição familiar centenária representa símbolo de resistência

Terceira geração no comando da "Prazer da Esfiha", Luiza Abuid carrega consigo a missão de manter viva uma tradição centenária na Lagoinha, mais especificamente na rua Itapecerica. Seus bisavós são imigrantes da Síria e foram uma das primeiras famílias a povoarem o território por volta de 1916.

Luiza Abuid conta que o primeiro negócio da família foi uma loja de tecidos. A culinária, segundo ela, começou de forma informal nas festas produzidas pelos avós e logo conquistaram o paladar dos mineiros.

O negócio ganhou forma e por décadas funcionou nos fundos da casa da família, preservando a receita original, que hoje é comandada por Samira Abuid, mãe de Luiza. "A famosa esfiha de carne só a minha mãe que faz", comenta.

Há cinco anos, a jovem empreendedora, junto com o pai, decidiu montar uma loja física surpresa para a mãe. Em razão da situação da região, Luiza comenta que a família chegou a cogitar se instalar em outros locais.

"Pensamos em outros lugares, mas a Lagoinha é o lugar que a minha mãe mais ama, ela nasceu e cresceu aqui. As pessoas têm um certo preconceito, de que a Lagoinha é só Cracolândia, mas queremos quebrar esse paradigma", destaca.

Inicialmente, a loja era composta por um balcão e cozinha aberta e hoje está em plena expansão. A família estruturou serviço de *delivery*, cresceram em meio à pandemia e há três meses anunciaram uma nova ampliação no espaço, que vai contar também com uma galeria de arte para exposições junto a coletivos de artistas.

Além do propósito de transformar a região através da gastronomia, a empresa também se orgulha por contratar pessoas que, por muitas vezes, não têm oportunidades. "A gente dá voz às minorias, priorizamos imigrantes, refugiados, pessoas que estão recomeçando suas vidas e precisam de uma chance", explica Luiza.

Em relação ao futuro, a jovem empreendedora revela que apesar de não ter o sonho de seguir na cozinha, lutará até o fim para manter o legado da família na Lagoinha. "Esse nunca foi o meu sonho. Sou fotógrafa, mas abstive do meu sonho para sonhar junto com minha mãe, assim como meu pai, que trabalha com veículos. O futuro é muito incerto, não sabemos como vai ser, mas nunca vamos deixar morrer uma tradição", conclui.

Espaço de possibilidades - "O Aquilombar na Lagoinha é um espaço onde a gente se sente confortável enquanto artista, espero que a Lagoinha e a cidade tenha mais territórios como este", reforça a artista Lele Cirino.

Além de abrigar ideias e empreendimentos centenários, a Lagoinha também vem se tornando reduto de novos negócios de impacto social e cultural. Também na rua Itapecerica, o Aquilombar, idealizado pela comunicadora, empreendedora e líder comunitária, Fatini Forbeck, faz um convite às pessoas para se juntarem, organizarem e fortalecerem enquanto comunidade.

A casa de eventos está há sete meses em funcionamento e já recebeu mais de 35 mil pessoas, o que comprova a alta demanda por negócios da economia criativa na Lagoinha. "Chegamos para o berço da boemia, do samba, da cultura, do Carnaval. Atuamos nessa perspectiva de retornar para onde tudo começou, sempre ressaltando as características originais do território", explica a empreendedora, que já é moradora da Lagoinha há pelo menos três anos.

Antes de iniciar com a casa, a empreendedora fez questão de avisar a comunidade sobre o novo estabelecimento. "Falamos do propósito, fomos bem acolhidos e abrimos a porta da casa. Pessoas que são do território trabalham aqui, geramos mais de 40 empregos locais. O nosso vínculo com a Lagoinha não é só cultural, ele é um vínculo social e econômico também", pontua.

A Aquilombar busca se manter a partir de projetos de lei de incentivo a cultura, além de sempre se reinventarem para viabilizar novas formas de captação de renda para custear os eventos e remunerar os artistas locais. "90% dos artistas que tocam na casa são independentes, negros, LGBTQIA+, pessoas periféricas, egressas do sistema socioeducativo".

Atualmente, a casa recebe *shows* de samba, *funk*, *reggae*, pagode, ensaios de Carnaval, além de feiras, lançamentos de livro, rodas de conversa e eventos corporativos. "E uma casa de possibilidades. Ela consegue se adaptar de acordo com a proposta", afirma. **(LM)**

DIÁRIO DO COMÉRCIO / LEONARDO MORAIS

Esfihas da família Abuid são famosas na região da Lagoinha

DIÁRIO DO COMÉRCIO / LEONARDO MORAIS

Aquilombar: espaço onde as pessoas se sentem confortáveis

ESPECIAL

Empreender exige coragem para impactar

Na “Casa Rosa do Bonfim” maior desafio é a relação do modelo de negócio do espaço com o poder público

LEONARDO MORAIS

Há alguns quarteirões da Itapecerica, no bairro boêmio Bonfim (ADE Lagoinha), uma charmosa construção da década de 30 vem ganhando destaque no cenário cultural local. Idealizado pela empreendedora Paulina Ribeiro, a “Casa Rosa do Bonfim” é um espaço multiúso que abriga rodas de samba, *workshops*, feiras, eventos corporativos e até casamentos.

> *“Bares com shows não podem vender ingressos, não podem ter bandas, no máximo uma dupla. Várias casas em Belo Horizonte com esse mesmo formato estão sendo autuadas em razão dessa limitação”*

DIÁRIO DO COMÉRCIO / LEONARDO MORAIS

Idealizado por Paulina Ribeiro, a “Casa Rosa do Bonfim” é um espaço multiúso que abriga rodas de samba, *workshops*, feiras e eventos corporativos

Segundo a idealizadora, que mora há cerca de trinta anos no local, o imóvel foi comprado degrado e até então seria demolido devido às condições externas. Entretanto, com a estrutura interna intacta, foi realizado um processo de restauração, remanejando o espaço interno e construindo três moradias, além de uma fabriqueta de roupas.

O negócio da moda, no entanto, não foi bem-sucedido. “Decidimos então utilizar o espaço para criar um “rolê”, que informalmente já era um sucesso na família”, afirma.

Paulina Ribeiro também considera a recepção da vizinhança como fundamentais para que o negócio aconteça. “Fiz uma carta e enviei para toda a vizinhança para entender os impactos da casa. Todos, sem exceção, deram um *feedback* positivo”, ressalta.

Apesar das problemáticas da região, o maior desafio da empresária é a relação do modelo de negócio da empresa com o poder público, que vem proibindo a venda de ingressos, o que torna inviável planejar e realizar novos eventos. “Se não podemos vender ingressos, não temos garantia”, reforça.

Segundo ela, para o poder público, não existe uma nomenclatura para o formato “bar dançante”. Apenas casas de *shows* e boates podem comercializar ingressos. “Bares com *shows* não podem vender ingressos, não podem ter bandas, no máximo uma dupla. Várias casas em Belo Horizonte com esse mesmo formato estão sendo autuadas em razão dessa limitação”, revela.

O que era para se tornar um empecilho para empreender na Lagoinha, transformou-se em motivação para transformar a realidade da região. “Hoje entendo que meu papel de cidadã pode fazer a diferença local e já estamos fazendo, junto ao movimento Lagoinha Viva”, afirma.

DIÁRIO DO COMÉRCIO / LEONARDO MORAIS

Para o poder público, não existe uma nomenclatura para o formato “bar dançante”, categoria da Casa Rosa

Comunidades criativas fortalecem região da Lagoinha

Fundado em 2011 pelo publicitário e morador da região, Filipe Thales, o “Viva Lagoinha” se transformou em um dos principais instrumentos para reconectar pessoas que acreditam na requalificação da Lagoinha através da economia criativa. A iniciativa atua realizando campanhas publicitárias e ações ligadas a arquitetura, urbanismo, gastronomia, eventos, sempre com foco em levar um novo olhar para o território.

Para fortalecer os projetos, foi elaborado um *City Branding* (criação de uma marca do bairro) para evidenciar potenciais da região. Além disso, o Viva Lagoinha atua em três diferentes frentes com foco em mitigar as problemáticas estruturais que foram levantadas:

DIVULGAÇÃO / VIVA LAGOINHA

Idealizado pelo “Viva Lagoinha”, o projeto “Rolezinho Lagoinha” percorre 12 quilômetros de caminhada pela região, onde são criadas conexões

- **A baixa estima do morador:** Foi criado o “Rolezinho Lagoinha”. São 12 km de caminhada pelo território, onde são criadas conexões com o objetivo de fazer com que as pessoas se reaproximem do berço da cidade de Belo Horizonte com mais empatia.
- **A falta de vida noturna:** Para a vida noturna, o Viva Lagoinha busca atrair novos negócios para a fortalecer a região. Um dos projetos em destaque com esse foco é o “Rolezinho na cozinha”, que evidencia o potencial gastronômico local, impulsionando os negócios.
- **O alto índice de pessoas em situação de rua:** São realizadas discussões diretamente com a prefeitura, participações em fóruns, discussões no Ministério Público, além de outras ações ligadas com o poder público.

“Através dessas iniciativas conseguimos realizar importantes campanhas na região, como o Cura em 2019 para um projeto de construção de um mirante na rua Diamantina. Conseguimos também trazer uma cervejaria parceira, a Wäls, e a própria fabricante do copo lagoinha”, destaca Filipe.

Filipe também liderou uma petição eletrônica para Nadir Figueiredo oficializar em Belo Horizonte o nome copo Lagoinha. O pedido foi aceito e o publicitário se tornou embaixador do copo Lagoinha. “Hoje carrego essa missão de falar da resistência, do charme e da democracia, tanto do território quanto do copo Lagoinha”, explica.

Os resultados das ações em comunidade, segundo Filipe Thales, têm sido positivos, com crescimento de investimentos, em especial do setor de economia criativa na Lagoinha. Além das articulações com empreendimentos locais, o território também firmou parcerias com os consulados britânico e italiano, o Instituto de Estudos de Desenvolvimento Sustentável, além da articulação “afromigueiro”, outro trabalho de relevância relacionados ao fortalecimento de negritudes.

O futuro do empreendedorismo criativo é transversal - O futuro da economia criativa na Lagoinha, assim como em outras regiões ao redor do mundo passa pela valorização do espaço público e a transversalidade do setor. Para a especialista em economia criativa e diretora da Garimpo de Soluções, empresa pioneira no segmento, Ana Carla Fonseca, “cada vez mais a gente vê uma fusão entre os setores da economia criativa, porque a criatividade em si é transversal”, argumenta.

Ana Carla Fonseca acrescenta que é necessário desenvolver ações de forma integrada com outros métodos disciplinares. Segundo ela, a valorização do contexto urbano, seja de pequenas cidades, distritos, conjunto de regiões, a partir do seu espaço público também deve ser entendida como uma forma de movimentação da economia.

Outra vertente importante mencionada pela diretora no que se trata de futuro e tendências é a capacidade de envolver as pessoas por meio das histórias, para que elas se sintam de fato bem-vindas no espaço. “Essa percepção de gerar um ecossistema criativo para que a economia criativa seja mais forte precisa passar pelo investimento em um espaço público, além de maior valorização no que diz respeito ao tradicional, artesanal e que tenha história”, conclui. **(LM)**

VINHO DA CASA

O Sudeste e suas castas

MARCELLE JUSTO*

O vinho feito da casta Syrah é tinto, com aromas de frutas vermelhas, florais, como violeta, e uma pitada de pimenta preta. De forma geral é isso que será encontrado nos rótulos desta uva, a mais plantada na região Sudeste e que, no métier do vinho, chamamos de "casta emblemática".

Todas as uvas que produzem vinhos finos são da espécie vitis vinífera, também conhecidas como "uvas europeias". Não são as que a gente come ou que se prestam a suco. Dentro do universo da vitis vinífera, há inúmeras castas que os bebedores de vinho estão acostumados a ler nos rótulos, como Pinot Noir, Chardonnay e Cabernet Sauvignon.

A casta corresponde ao tipo de uva usada para fazer o vinho. Cada uma tem diferentes folhagens e tamanhos de grãos, além de cores e aromas próprios. Este conjunto de características influencia necessariamente no sabor do vinho.

A Syrah foi a primeira a se adaptar à técnica da Dupla Poda, que possibilitou a expansão da vitivinicultura para vinhos finos no Sudeste. No entanto, não está mais sozinha faz tempo! A Cabernet Franc, por exemplo, vem registrando excelentes resultados nos vinhedos entre Minas Gerais e São Paulo.

Casta muito usada nos vinhos de Bordeaux, produz rótulos para consumo imediato, mas é muito propícia para guarda. Sua combinação de taninos intensos e acidez elevada trazem condições favoráveis ao envelhecimento de até 15 anos. Entre seus aromas predominantes, estão as frutas (ameixa e morango), o pimentão assado e o mineral.

Na vinícola Villa Santa Maria, em São Bento do Sapucaí, divisa dos estados, a Cabernet Franc faz parceria com a emblemática Syrah no rótulo Assemblage Brandina. Ficam em destaque as frutas negras, como ameixa, e deixam um leve mentolado no final da boca, uma sensação típica dos vinhos de corte bordalês.

Outra uva do corte francês vem se destacando bastante na região: a Cabernet Sauvignon. É reconhecida por nós, brasileiros, muito por conta dos chilenos, que a gente compra no supermercado com enorme custo-benefício.

> *"Outra uva do corte francês vem se destacando bastante na região: a Cabernet Sauvignon. É reconhecida por nós, brasileiros, muito por conta dos chilenos, que a gente compra no supermercado com enorme custo-benefício"*

A lista de castas plantadas na região não para de crescer. Já há testes com a hermana Malbec, que veio da Europa e acabou sendo a emblemática da Argentina (falaremos mais dela adiante!) e também outras menos famosas, como Marselan e Mouvèdre. Todas de origem francesa.

Mas a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (Epamig), que iniciou o projeto dos vinhos de inverno, está avançando nos testes com as italianas Sangiovese, Rondinella e Barbera.

É preciso decorar isso tudo para ter uma noite agradável de comes e bebes?!? Claro que não. Minha sugestão é anotar quando uma garrafa for muito especial e saber qual a uva compõe aquele rótulo. Saber suas preferências pode te ajudar na harmonização. Combinar as duas pontas potencializa sabores e leva a uma experiência agradável, porque, geralmente, a comida impacta o sabor do vinho no paladar.

As carnes bovinas gordurosas de longo cozimento, como a costela, vão deixar o vinho menos ácido. Os rótulos de Cabernet Franc têm acidez necessária para a combinação. Já a Syrah de regiões frias (Sul de Minas), funciona bem demais com carne de porco e até em combinações com molhos adocicados. Os Syrah mais encorpados vão funcionar com cortes bovinos na brasa. As combinações são infinitas, assim como a quantidade de vinho nas prateleiras. Boraescolheroseu?

**Jornalista formada na PUC-Rio, Marcelle Justo se dedica há 6 anos à especialização em vinhos. Tem a certificação inglesa da Wine& Spirit Education Trust, WSET 2; cursou Introdução à Enologia no Senac-Rio e fez a formação profissional da Associação Brasileira de Sommeliers (ABS-Rio). Em Paris, participou de workshops e degustações de queijos e vinhos realizados na École de Cuisine Alain Ducasse e no Paroles de Fromages, com Pierre Bresson.*

DIVULGAÇÃO / ARAUJO

As maiores reduções de preços serão em dermocosméticos, que serão vendidos sem até 59% de impostos e beleza e perfumaria, 55%

DIA LIVRE DE IMPOSTOS

Drogaria Araujo concederá descontos de até 59%

Rede belo-horizontina vai disponibilizar 2 mil produtos de todas as categorias

MICHELLE VALVERDE

Realizado em 6 de junho, o Dia Livre de Impostos (DLI) tem o objetivo chamar a atenção e conscientizar a população sobre a alta carga tributária do Brasil. Em Minas Gerais, as empresas participantes vendem diversos produtos sem a incidência dos impostos, com descontos que superam 50% em alguns casos. A Drogaria Araujo é uma das participantes da campanha e anunciou que vai disponibilizar 2 mil produtos de todas as categorias com descontos de até 59%.

De acordo com o gerente de Operações em Loja da Araujo, Pablo Mendes, a participação da empresa no Dia Livre de Impostos é importante para mostrar para a população como a cobrança dos impostos pesa nos preços finais dos mais diversos produtos.

"A Drogaria Araujo participa do Dia Livre de Impostos desde o início. Além de ser uma data já esperada pelos consumidores, que aproveitam os preços mais acessíveis, é o momento que reforçamos e conscientizamos a população sobre as altas cargas tributárias que incidem nos produtos. É um valor que no dia a dia não tem visibilidade e, com as ações do DIL, ressaltamos o peso concedendo os descontos. A ação também é importante para mostrar que o valor alto arrecadado com os impostos, muitas vezes, não retorna para a população como benefício", explicou.

> *"Além de ser uma data já esperada pelos consumidores, é o momento que reforçamos e conscientizamos a população sobre as altas cargas tributárias que incidem nos produtos"*

A campanha da Drogaria Araujo será iniciada no dia 4 de junho apenas no aplicativo e na loja virtual. Já a partir do dia 5 de junho até o dia 8 de junho, as vendas dos produtos sem a incidência de impostos será ampliada para todas as lojas físicas da rede - são 320 no Estado.

Mendes destaca que serão cerca de 2 mil tipos de produtos disponibilizados com os descontos. As maiores reduções de preços serão em dermocosméticos, que serão vendidos sem até 59% de impostos, beleza e perfumaria, 55%, higiene pessoal, 50%, alimentos, 50%, universo infantil, 48%, e medicamentos/ saúde com até 34%.

Entre os produtos, também se destacam em descontos os produtos pet (45% de economia), fralda descartável (44%), *shampoo* (41%), leite infantil (33%) e hidratante corporal (47%).

Mendes ressalta que as vendas do Dia Livre de Impostos registram um desempenho bastante favorável, próximo aos da Black Friday, porém, não divulgou em quanto a comercialização cresce. "Serão cerca de 2 mil produtos vendidos com imposto zero. Isso representa uma economia muito significativa para os consumidores. Entre os itens mais procurados, destacam-se os cosméticos e os medicamentos".

Dia Livre de Impostos - A ação foi criada pela CDL Jovem BH e CDL/BH em 2007 para conscientizar a população sobre a alta carga tributária do país; a péssima destinação dos impostos pagos e o peso dos tributos sobre a renda da população. Hoje o Dia Livre de Impostos é realizado em diversas cidades brasileiras.

PESQUISA

Líder centrado em pessoas é tendência

Você está familiarizado com o People Analytics? Sabe como implementar essa estratégia de maneira eficiente no seu ciclo de Gente e Gestão?

Baseada na coleta, organização e interpretação de dados, a metodologia pode ser adotada e aprimorada por meio de diferentes tecnologias e sistemas de gestão. O objetivo é avaliar características e tendências sobre os colaboradores, favorecendo a tomada de decisões mais assertivas e eficazes sobre os profissionais da organização.

Como demonstra a pesquisa da NTT Data, intitulada "*People Analytics: decifrando o novo comportamento do colaborador digital*", 60% das organizações pesquisadas afirmam que a consolidação de uma liderança centrada em pessoas, autêntica, empática e flexível é uma prioridade.

Para o diretor-executivo da Selpe Gente e Gestão, Robson Barbosa, "cada vez mais os colaboradores têm buscado se conhecer e aprimorar suas competências técnicas e socioemocionais no contexto corporativo, visando alcançar maior realização, felicidade no trabalho e crescimento profissional. Para esse desafio, o People Analytics suporta o RH e lideranças com dados para guiar processos de desenvolvimento e tomadas de decisão".

Em conjunto com outras estratégias de *assessment*, o People Analytics também é importante para o progresso do negócio. Afinal, é possível obter uma compreensão mais profunda do comportamento e do desempenho dos profissionais em diferentes momentos de sua jornada na companhia.

Com esses resultados, é possível identificar padrões e oportunidades de melhoria, promover o alinhamento comportamental à cultura do negócio e o desenvolvimento dos funcionários.

REPRODUÇÃO / ADOBESTOCK

Consolidar uma liderança flexível precisa ser prioridade

"Ao compartilhar as informações obtidas com o talento e time, é possível pensar medidas proativas para promover um ambiente de trabalho mais saudável, produtivo e com planos de desenvolvimento de carreira para atrair e reter os melhores profissionais do mercado", concluiu o gestor.

INOVAÇÃO

Minas Summit fomenta imersão em BH

Cinco palcos simultâneos, montados no Minascentro, receberão cerca de 300 painelistas; 8 mil visitantes são esperados

JANAYNA BHERING* E FRANCIS AQUINO**

DIVULGAÇÃO / MINAS SUMMIT

O centro de Belo Horizonte vai receber a segunda edição do Minas Summit, iniciativa que já é considerada um dos maiores eventos sobre inovação do Brasil

A integração dos atores regionais e a realização de eventos de inovação são fundamentais para fortalecer o protagonismo de um estado e promover uma economia mais dinâmica e competitiva. Permite ainda a criação de redes de colaboração entre empresas, instituições de pesquisa, governos locais e outros atores relevantes. Essas redes promovem o compartilhamento de conhecimento, recursos e experiências, impulsionando o desenvolvimento econômico e social da região. Além de estimular a criação de um ambiente propício para a troca de ideias e o surgimento de novas soluções. Ao reunir representantes da iniciativa privada, academia e governo, esses eventos inspiram a criação de novas empresas, produtos e serviços inovadores, que podem impulsionar setores-chave da economia regional.

> *O Minas Summit é uma iniciativa da venture builder FCJ Group e do Órbi Conecta, a partir do apoio da MRV, Localiza, Inter e da comunidade de startups San Pedro Valley*

É neste contexto que vem aí a segunda edição do Minas Summit, iniciativa que já é considerada um dos maiores eventos sobre inovação do Brasil.

Em 2024, os palcos abordarão conteúdos relevantes à economia nacional, através da inovação aberta, reunindo em especial empresas mineiras e também sediadas no Estado e na capital de Minas Gerais, que têm protagonizado a transformação digital, tecnológica e conduzido avanços significativos a partir da inovação corporativa.

Reunirá grandes empresas e lideranças como Google, Embraer-X, Localiza&Co, Banco Inter, Algar Telecom, Blip, Acate e Sapiens Parque. Será nos dias 26 e 27 de junho, no Minascentro, em Belo Horizonte, com cinco palcos simultâneos onde se apresentarão cerca de 300 painelistas, além de um segundo andar, vitrine para 1,5 mil *startups* aos 8 mil visitantes esperados.

Adicional ao conteúdo, a semana promete *networking* qualificado, com várias atrações exclusivas e paralelas ao evento na Capital. Entre elas o BH Innovation Tour, que será realizado dia 25 de junho, das 8h30 às 17 horas, dedicado aos empresários e empreendedores (de pequenos a grandes) que querem se aprofundar sobre a jornada e o momento de inovação do estado, com visitas e *talks* com executivos da Sympla, Localiza&Co e Localiza Labs, ambas sediadas na Capital.

O Minas Summit é uma iniciativa da FCJ Group - maior *venture builder* da América Latina, do Órbi Conecta - principal *hub* de inovação e empreendedorismo digital de Minas Gerais, fundado em 2017, a partir do apoio da MRV, Localiza, Inter e da comunidade de *startups* San Pedro Valley.

O evento tem patrocínio da Azul Linhas Aéreas, Yazo, CRA MG, Governo de Minas, Codemge, entre outros parceiros como o sucosTial.

DIVULGAÇÃO / MINAS SUMMIT

Informações estão sendo atualizadas diariamente no aplicativo Minas Summit, disponível nas plataformas Android e iOS e no *site*: *www.minassummit.com.br*.

**Engenheira com mestrado em Ciência e Tecnologia, especialista em estatística aplicada a processos (Six Sigma Black Belt) e gestão da inovação. Atua no ecossistema de inovação há 20 anos. Atua como executiva Fundep, Presidente conselho inovação e VP executiva na ACMinas*

***Jornalista especializada em Marketing Estratégico, Administração e Gestão da Informação. Presidente Conselho Inovação Acminas. Consultora de transformação cultural e inovação, tem passagem por grandes empresas. Redes sociais: @afrancisaquino*

Sete Lagoas inaugura duas grandes iniciativas

JANAYNA BHERING*

Na última semana, foi inaugurada a Agência de Prospecção de Eventos de Sete Lagoas (Pro7), como parte de um planejamento iniciado pelo Grupo A desde 2018, que contou com apoio de consultoria especializada em destinos turísticos e eventos para orientar ações estratégicas para a cidade. Desde então, o foco tem sido posicionar Sete Lagoas como um destino atrativo para o turismo, negócios e eventos.

"Para isso, estão sendo trabalhadas três frentes principais. Primeiro, divulgação da cidade como destino, o que inclui a criação da marca oficial, aprovada por lei na Câmara Municipal. Essa marca é permanente e não está sujeita a mudanças a cada nova gestão, o que traz perenidade ao projeto. Além disso, o posicionamento como cidade sede de grandes eventos. Um exemplo é a Feconex, que está em sua terceira edição e tem como objetivo conectar os diversos setores produtivos de Sete Lagoas e região em um espaço de *networking* e negócios". Conforme destacado por Gabriel Ferrari, presidente na UAI - Hotéis e Pousadas e um dos idealizadores da iniciativa.

O Pro7, portanto, representa o fechamento desse ciclo de trabalho. Parceiros e entusiastas do projeto se reuniram na última semana, no auditório do Sicoob Credisete, patrocinador da Agência, para conhecer mais sobre essa iniciativa. Um dos principais objetivos da Pro7 é difundir o nome de Sete Lagoas por todo o Estado.

Em linha com a visão de longo prazo, de posicionamento da cidade, cabe ainda destacar outra iniciativa, a Invest Sete Lagoas.

A Associação Comercial e Industrial de Sete Lagoas (ACI) se une à Câmara de Dirigentes Logistas (CDL) e com apoio metodológico da TSX Invest desenvolveram a Invest Sete Lagoas. Segundo Valéria Reis, presidente da ACI "a Invest Sete Lagoas vem de encontro às necessidades e expectativas da cidade: crescer e desenvolver com critérios de sustentabilidade social e financeiros. A cidade concentra variáveis importantes e necessárias para ser destaque no nível estadual e federal, em atração de investimentos privados. Um futuro promissor nos aguarda!"

Dentre os objetivos e etapas do processo de criação de uma agência de atração de investimentos para o município e a construção das bases técnicas para a transformação da região com o uso de metodologia de classe mundial, está a análise dos ativos socioeconômicos para apontar setores, caminhos e alternativas viáveis para a dinamização, diversificação e desenvolvimento de Sete Lagoas.

Segundo Marcus Mandacaru, CEO da TSX Invest, "Sete Lagoas encontra-se em momento especial de sua história, com uma sociedade engajada, que busca a prosperidade, e que se organiza para mais um salto relevante. Após criar a Pro7, para atuar na atração de eventos, agora é a vez da cidade ganhar a sua Agência de Atração de Investimentos, com apoio da ACI e da CDL, e metodologia proprietária TSX Invest. A TSX atua na estruturação e operação de IPAs (*investment promotion agencies*), seguindo as melhores práticas globais. A Invest Sete Lagoas colocará a cidade na briga pelos investimentos de valor, que trazem emprego, renda e tecnologia, com sustentabilidade e inovação."

**Engenheira com mestrado em Ciência e Tecnologia, especialista em estatística aplicada a processos (Six Sigma Black Belt) e gestão da inovação. Atua no ecossistema de inovação há 20 anos. Atua como executiva Fundep, Presidente conselho inovação e VP executiva na ACMinas*

DIVULGAÇÃO / CÂMARA MUNICIPAL

Sete Lagoas, na região Central, encontra-se em momento especial de sua história, com uma sociedade engajada e que se organiza para mais um salto relevante

DÍVIDAS

Precatórios chegam a R$ 100 bi

Pagamento de sentenças judiciais definitivas em 2025 terá custo elevado para o governo

Brasília - Um único precatório vai custar ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) o valor de R$ 4,74 bilhões em 2025. É o maior precatório expedido dos cerca de R$ 100 bilhões de sentenças judiciais definitivas que a Justiça determinou ao governo pagar no ano que vem.

A lista inclui cinco precatórios com valores acima de R$ 1 bilhão, que juntos somam R$ 15 bilhões, de acordo com o relatório do Ministério do Planejamento sobre o tema.

A fatura a ser paga também conta com um precatório cuja ação originária foi ajuizada há 67 anos, em 1957. É a primeira edição do relatório, que o governo passará a divulgar com a abertura dos dados sobre essas dívidas.

> *"Uma parcela de 35% dos precatórios está virando em cinco anos. Se começarmos a trabalhar agora, entendermos e evitá-los, já teremos impacto nesse governo e no início do próximo"*

Do total de precatórios, 147 são relativos a demandas dos estados e municípios do antigo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). Somam um valor total de R$ 10,1 bilhões.

Os precatórios desse fundo são relativos a decisões judiciais de ações em que a União foi condenada por valores que deixaram de ser repassados no período de existência do Fundef (mecanismo de financiamento da educação básica foi substituído pelo Fundeb a partir de 2007).

O dinheiro do precatório é usado pelos governos regionais que ganharam a ação contra a União para o pagamento de abono extraordinário a profissionais do magistério ou seus herdeiros que atuaram na educação básica na época que o repasse ao Fundef não foi pago.

Com uma conta de R$ 100 bilhões de precatórios no ano que vem, o governo vai trabalhar agora para mapear e entender as razões que levaram à condenação da União nas sentenças que foram concedidas no prazo de até cinco anos entre o ajuizamento da ação originária e a expedição da requisição de pagamento pelo Judiciário. Esse grupo corresponde a 35% do total de precatórios que a União terá de pagar no ano que vem.

Como são precatórios de ações novas, o governo considera que há condições de corrigir no futuro os erros que levaram às condenações, e assim evitar novos precatórios. Mais de 60% dos precatórios derivam de ações judiciais iniciadas num intervalo de dez anos, e menos de 17% referem-se a um período superior a 20 anos.

Como mostrou a Folha de S.Paulo, o Ministério do Planejamento havia informado que para 2025 o valor dos precatórios seria de R$ 70,7 bilhões para 155.683 requisições de pagamentos expedidas pelo Judiciário e 250.641 de beneficiários. A maior parte delas (98,31% do total) com valores até R$ 1 milhão.

RPVs - Mas a conta ainda não levava em consideração o valor das requisições de pequeno valor (RPVs), de acordo com os secretários do Planejamento, Gustavo Guimarães (Executivo) e Paulo Bijos (Orçamento Federal).

RAFA NEDDERMEYER / AGÊNCIA BRASIL

O secretário Gustavo Guimarães espera reduzir o grau de litigiosidade

Os dois secretários calcularam que as despesas com RPVs cheguem a R$ 30 bilhões --a média dos últimos anos. A conta pode até mesmo superar os R$ 100,7 bilhões, se o valor das RPVs for ainda maior em 2025 do que essa média. O valor final ainda não foi repassado pela Justiça ao governo federal.

As RPVs também são, na prática, precatórios. Enquanto o precatório é emitido nos casos de condenações acima de 60 salários mínimos, as RPVs são emitidas para sentenças abaixo desse limite. As RPVs têm prioridade de pagamento. "Com esse trabalho, já podemos começar a ter resultados", diz Guimarães.

Um Comitê de Monitoramento e Acompanhamento dos Riscos Fiscais Judiciais foi criado pelo governo Lula para coordenar medidas de enfrentamento dos problemas antes que virem precatórios.

Para o secretário-executivo, o monitoramento inverte a lógica do passado em que a conta era vista como algo que nada podia ser feito para mudar.

"Uma parcela de 35% dos precatórios está virando em cinco anos. Se começarmos a trabalhar agora, entendermos e evitá-los, já teremos impacto nesse governo e no início do próximo", ressalta.

Segundo o secretário, o trabalho de revisão dos gastos da Previdência Social em curso pelo governo tende a reduzir o grau de litigiosidade e pode render frutos no futuro para evitar o acúmulo de novos precatórios previdenciários. "Tem vasos comunicantes ali", afirma.

O secretário Paulo Bijos informou que, assim que o Planejamento receber as informações dos valores das RPVs, será divulgado um novo relatório com os dados adicionais. Bijos reconhece que a conta de R$ 100 bilhões é salgada e preocupa. "Quando chegar a fatura, temos que trabalhar para que, ao longo dos anos, ela seja domada. Temos que corrigir essa distorção na origem", afirma Bijos. **(Adriana Fernandes/ Folhapress)**

TRIBUTOS

Prazo para MEI enviar DAS-Simei terminará no dia 31 de maio

São Paulo - Quase metade dos microempreendedores individuais (MEIs) ainda não entregou a Declaração Anual Simplificada para o Microempreendedor Individual (DAS-Simei) a apenas dois dias do fim do prazo.

Segundo dados da Receita Federal, o documento foi enviado por 7,91 milhões até as 11h da última terça-feira (28). De acordo com o Sebrae, o Brasil tinha 15.719.345 MEIs ativos em 2023 que precisam encaminhar o documento ao fisco. Portanto, apenas 50,33% remeteram os dados.

O prazo coincide com o último dia de declaração do Imposto de Renda, e o microempreendedor pode ter trabalho dobrado, caso seja obrigado a fazer o acerto de contas com o Leão.

Enquanto a DASN-Simei é obrigatória, nem todo MEI precisa declarar o IR. Isso porque o Imposto de Renda atende a regras específicas da Receita. O microempreendedor terá de ver quais são as normas e fazer os cálculos para saber se pode ser enquadrado em alguma delas exigências.

Caso esteja, também terá de entregar a declaração como pessoa física. A entrega dos dois documentos em atraso resulta em multa.

Apenas quem mora nas 399 cidades que estão em situação de emergência ou em estado de calamidade pública no Rio Grande do Sul terão um prazo maior. A declaração do IR foi prorrogada até 30 de agosto, enquanto a DASN-Simei precisa ser entregue até 31 de julho.

"Todo mundo que é MEI precisa ter clareza que você tem obrigações como pessoa física e jurídica. Entregar a DASN-Simei não exime a entrega do IR se a pessoa estiver nas regras de obrigatoriedade", afirma o gerente-executivo da Contabilizei, Diego Zacarias dos Santos.

O MEI também deve entregar até 31 de maio a DASN-Simei, que é obrigatória para todos os microempreendedores. O documento é preenchido pelo site do Simples Nacional ou pelo aplicativo APP-MEI, que está disponível nas lojas oficiais da PlayStore (para Android) e AppStore (para iOS), sendo que o desenvolvedor é Serviços e Informações do Brasil. O documento precisa ser enviado mesmo se o MEI não teve faturamento em 2023.

O programa verificará também se foi ultrapassado o limite estipulado pela legislação. O MEI deve ter um faturamento bruto anual máximo de R$ 81 mil, o que dá R$ 6.750 por mês. No caso do MEI caminhoneiro, o teto é de R$ 251.600 no ano, sendo R$ 20.966,67 mensal.

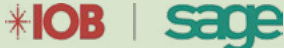
"Caso o limite seja extrapolado, a pessoa não poderá mais operar como MEI no ano-calendário seguinte, sendo enquadrado para ME (microempresa) ou EPP (empresa de pequeno porte) de acordo com o seu faturamento", afirma Santos.

Caso o total de receitas tenha ultrapassado em 20% o valor-limite durante 2023, o MEI precisa fazer o novo enquadramento e mudar a tributação paga em todo o ano.

"Se o faturamento foi superior ao limite em novembro, ele teria de mudar a tributação em dezembro e ainda recolher o retroativo de janeiro até novembro", comenta o especialista. O pagamento é feito com a emissão de um (Documentação de Arrecadação de Receitas Federais (Darf).

O envio da DASN-Simei é obrigatório e quem perde o prazo deverá pagar multa mínima de R$ 50 ou 2% do valor total dos tributos declarados por mês de atraso.

A multa pode ter acréscimo de 0,33% por dia, com limite de 20% ao mês, mais 1% por mês atrasado e mais a variação da Selic, taxa básica de juros. Se o pagamento ocorrer até 30 de junho, a multa terá desconto de 50% e cairá para R$ 25. O boleto para quitar o valor é gerado no momento da transmissão da declaração. **(Fernando Narazaki/Folhapress)**

AGENDA TRIBUTÁRIA ESTADUAL

Histórico

Esta agenda contém as principais obrigações a serem cumpridas nos prazos previstos na legislação em vigor. Apesar de conter, basicamente, obrigações tributárias, de âmbito estadual e municipal, a agenda não esgota outras determinações legais, relacionadas ou não com aquelas, a serem cumpridas em razão de certas atividades econômicas e sociais específicas.

Nos termos do artigo 118, da Parte Geral do RICMS-MG/2023 os prazos fixados para o recolhimento do imposto, só vencem em dia de expediente na rede bancária onde deva ser efetuado o pagamento.

Agenda elaborada com base na legislação vigente em 07/05/2024. Recomenda-se vigilância quanto a eventuais alterações posteriores. Acompanhe o dia a dia da legislação no Site do Cliente (*www.iob.com.br/sitedocliente*).

O recolhimento do ICMS deverá ser efetuado até o dia 10 do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador, nas hipóteses não especificadas no artigo 112 ,"g", do RICMS-MG/2023.

Os prazos a seguir são os constantes dos seguintes atos:

a) artigo 112 da Parte Geral do RICMS-MG/2023; e

b) artigo 24 do Anexo VII do RICMS-MG/2023 (produtos sujeitos à substituição tributária).

O Regulamento de ICMS de Minas Gerais é aprovado pelo Decreto nº 48.589/2023.

Dia 31

TFRM - abril - Taxa de Controle, Monitoramento e Fiscalização das Atividades de Pesquisa, Lavra, Exploração e Aproveitamento de Recursos Minerários (TFRM) -Recolhimento da TFRM relativa às saídas de recurso minerário do estabelecimento do contribuinte, no mês anterior. **Notas:**

(1) Para fins deste recolhimento considera-se, também, dia útil aquele declarado como ponto facultativo nas repartições públicas estaduais pelo Poder Executivo do Estado, desde que exista, no município onde esteja localizado o estabelecimento responsável pelo pagamento, agência arrecadadora credenciada em funcionamento.

(2) Pagamento deverá ser efetuado até o último dia útil do mês seguinte ao da emissão do documento fiscal. DAE/internet, Lei nº 19.976/2011, artigo 9º; Decreto nº 45.936/2012, artigo 10, §§ 1º e 2º.

ICMS - fevereiro - Simples Nacional/substituição tributária-Operações sujeitas ao regime de substituição tributária, nos termos do anexo VII, artigo 24, § 4º. Na hipótese de atribuição da responsabilidade por substituição tributária à ME ou EPP, inscrita no Cadastro de Contribuintes do ICMS deste Estado. RICMS-MG/2023, anexo VII, artigo 24, § 4º.

Dia 3

ICMS - maio - Contribuinte/atividade econômica: distribuidor de gás canalizado; prestador de serviço de comunicação na modalidade telefonia; gerador, transmissor ou distribuidor de energia elétrica; indústria de bebidas; e indústria do fumo. **Notas:**

(1) O recolhimento de no mínimo 90% do ICMS devido deverá ser efetuado até o dia 2 do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador. O ICMS restante deverá ser pago até o dia 6 do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador.

(2) Desde 1º/05/2023, nos termos do Convênio ICMS nº 199/2022, o diesel, biodiesel e gás liquefeito de petróleo, inclusive o derivado do gás natural, estão sujeitos ao regime de tributação monofásica. DAE/internet, RICMS-MG/2023, artigo 112, I, "b.1".

ICMS - maio - Contribuinte/atividade econômica: indústrias de lubrificantes ou de combustíveis, inclusive álcool para fins carburantes, excetuados os demais combustíveis de origem vegetal. **Notas:**

(1) O recolhimento de no mínimo 90% do ICMS devido deverá ser efetuado até o dia 2 do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador. O ICMS restante deverá ser pago até o dia 8 do mês subsequente ao dessa ocorrência.

(2) Desde 1º/05/2023, nos termos do Convênio ICMS nº 199/2022, o diesel, biodiesel e gás liquefeito de petróleo, inclusive o derivado do gás natural, estão sujeitos ao regime de tributação monofásica.

(3) Desde 1º/06/2023, nos termos do Convênio ICMS nº 15/2023, a gasolina e o etanol anidro combustível estão sujeitos ao regime de tributação monofásica. DAE/internet, RICMS-MG/2023, artigo 112, I "c", item 1 e 2.

ICMS - maio - Simples Nacional/complementação do ICMS-ST - Recolhimento da complementação do ICMS ST, devida em razão da não definitividade da base de cálculo presumida pelo contribuinte substituído. O contribuinte deverá efetuar o recolhimento do valor devido até o dia 2 do segundo mês subsequente ao da apuração. DAE/internet, RICMS-MG/2023; anexo VII, artigo 44 e artigo 50, II.

ICMS - abril - Simples Nacional/farinha de trigo - Recolhimento do imposto relativo às operações com farinha de trigo e mistura pré-preparada de farinha de trigo prevista no RICMS/MG/2023, anexo VIII, parte 1, artigo 265 realizadas por comércio ou indústria optantes pelo Simples Nacional. Recolher até o dia 2 do segundo mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador. DAE/internet, RICMS-MG/2023, artigo 112, § 7º, II, "b".

ICMS - abril - Simples Nacional/substituição tributária/diferencial e antecipação - Contribuinte inscrito no Cadastro de Contribuintes do ICMS deste Estado, em relação ao imposto correspondente à substituição tributária, diferencial de alíquotas e antecipação, informado na Declaração de Substituição Tributária, Diferencial de Alíquota e Antecipação (DeSTDA). DAE/internet, RICMS-MG/2023, artigo 112, § 7º, II, "c".

Dia 4

ICMS - Dapi - maio - Declaração de Apuração e Informação do ICMS (Dapi 1) - Contribuintes sujeitos à entrega: indústria de bebidas; atacadista ou distribuidor de bebidas, de cigarros, fumo em folha e artigos de tabacaria e de combustíveis e lubrificantes; prestador de serviço de comunicação, exceto de telefonia. **Notas:**

(1) Em face da publicação da Portaria SRE nº 177/2020, foram estabelecidos os requisitos para a opção pela apuração do ICMS a partir de informações lançadas na EFD, em substituição à Declaração de Apuração e Informação do ICMS, modelo 1 - Dapi 1.

(2) Os prazos para transmissão de documentos fiscais pela internet são os mesmos atribuídos às demais formas de entrega dos documentos fiscais previstos no RICMS-MG/2023.

Tendo em vista ser uma obrigação acessória eletrônica e a inexistência de prazo para prorrogação quando a entrega cair em dia não útil, manter o prazo original de entrega (RICMS-MG/2023, anexo V, parte 1, artigo 156). Internet, RICMS-MG/2023, anexo V, parte 1, artigo 141, I, "a" até "c".

CRÉDITO

Vendas de consórcios têm avanço de 21% no 1º quadrimestre

Montante comercializado chegou a R$ 108,6 bilhões

JULIANA SODRÉ

Após oscilação nos dois primeiros meses do ano e recuperação em março e abril, as vendas de consórcio do primeiro quadrimestre totalizaram R$ 108,6 bilhões em créditos, alcançando avanço de 21% sobre os R$ 89,8 bilhões do mesmo período de 2023. O crescimento é consequência do aumento de 4,7% das vendas de cotas em todo Brasil de janeiro a abril.

De acordo com dados divulgados pela Associação Brasileira de Administradoras de Consórcios (Abac), nos quatro primeiros meses do ano, a comercialização de cotas somou 1,35 milhão de adesões contra as 1,29 milhão totalizadas nos mesmos meses do ano passado, elevando o volume negociado. As adesões a veículos leves foram as maiores no período, chegando a 551,3 mil. As motocicletas foram responsáveis por 421,7 mil; os imóveis, por 266,3 mil; os veículos pesados, por 76,32 mil; os eletrônicos, por 21,6 mil, e as adesões de serviço, por 4,31 mil.

Para o presidente da regional sudeste da Abac, Vitor Bonvino, o crescimento possui diversos fatores, entre eles o crescimento de 15,5% do tíquete médio de abril, que saltou de R$ 72,40 para R$ 83,63. "São várias as explicações, entre elas a educação financeira. As pessoas estão sendo incentivadas a terem mais disciplina com os seus gastos e evitar as compras por impulso. Como o consórcio não entrega o bem na hora, ele se torna resiliente nessa questão", afirma.

> *"No consórcio não há juros. Os juros do financiamento são sensíveis à taxa Selic, e no consórcio não há este vínculo. Você fixa uma taxa de administração"*

Ele explica que, além desses fatores, o momento de menor taxa de desemprego e baixa inflação também contribuem para o resultado positivo. "Hoje nós temos quase que o pleno emprego, a economia está caminhando e com a inflação baixa, temos o ambiente favorável ao nosso crescimento", pontua.

Bonvino destaca ainda que o sistema de consórcios apresenta características que possibilitam investimentos com custo final menor entre as diversas modalidades de aquisição parcelada. "No consórcio não há juros. Os juros do financiamento são sensíveis à taxa Selic, e no consórcio não há este vínculo. Você fixa uma taxa de administração, no determinado período e é aquela taxa", explica.

Outro fator importante que contribui com a alta da adesão é a isenção do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). Cobrado em operações de crédito e financiamento de veículos ou imóveis comerciais, o IOF eleva o custo efetivo total. Além disso, o consórcio permite a troca do bem ou serviço dentro do segmento escolhido, aumentando as possibilidades.

Imóveis - Ao analisar os consorciados ativos e seus setores, os números da Abac revelam crescimento de 11,5% em abril de 2024, se comparado com o mesmo mês do ano passado. O número de consorciados passou de 9,44 milhões para 10,53 milhões em todo o País.

O consórcio de imóveis foi o que mais cresceu, saltando de 1,48 milhão de consorciados em abril do ano passado, para 1,8 milhão neste ano. Apesar de não ter dados específicos do Estado, o presidente regional da Abac informa que Minas Gerais possui relevância importante no sistema. "O Estado mineiro é responsável por 9,11% dos consórcios de imóveis no Brasil, e 25% dos consórcios de imóveis da região Sudeste", revelou o presidente regional.

Ainda de acordo com Bonvino, a flexibilidade do uso do consórcio o faz mais atraente pois são várias as possibilidades. "No imóvel, você faz uma faixa de crédito e pode comprar uma fazenda, uma casa, construir, é um imóvel, é flexível», comenta.

Ainda usando o imóvel como exemplo, Bonvino explica que há possibilidade de investir a longo prazo sem muita complicação, com parcelas de custo baixo e possível materialização. "Você pode comprar uma cota de 20 anos, por exemplo, e ,sendo contemplado, o imóvel vira investimento pois há possibilidade de com o aluguel, ele se pagar", argumenta.

DIÁRIO DO COMÉRCIO / ARQUIVO / ALISSON J. SILVA

Foram registradas 551,3 mil adesões a veículos leves entre janeiro e abril, segundo a Abac

CONTAS PÚBLICAS

Governo federal alcança superávit primário de R$ 6,688 bi em abril

Brasília - As contas públicas fecharam o mês de abril com saldo positivo, resultado principalmente do superávit do governo federal, que teve arrecadação recorde no mês passado. O setor público consolidado – formado pela União, pelos estados, municípios e empresas estatais – registrou superávit primário de R$ 6,688 bilhões no mês de abril. O valor, entretanto, é menor que o resultado positivo de R$ 20,324 bilhões registrado no mesmo mês de 2023. As estatísticas fiscais foram divulgadas na quarta-feira (29) pelo Banco Central (BC). O déficit primário representa o resultado negativo das contas do setor público (despesas menos receitas), desconsiderando o pagamento dos juros da dívida pública.

Nos quatro primeiros meses do ano, o setor público consolidado registra superávit primário de R$ 61,320 bilhões. Em 12 meses - encerrados em abril - as contas acumulam déficit primário de R$ 266,506 bilhões, o que corresponde a 2,4% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional. Em 2023, as contas públicas fecharam o ano com déficit primário de R$ 249,124 bilhões, 2,29% do PIB.

Em abril, a conta do governo central (Previdência, Banco Central e Tesouro Nacional) teve superávit primário de R$ 8,762 bilhões ante resultado positivo de R$ 16,886 bilhões em abril de 2023. O montante do déficit difere do resultado divulgado na última terça-feira (28) pelo Tesouro Nacional, de superávit de R$ 11,1 bilhões em abril porque, além de considerar os governos locais e as estatais, o BC usa metodologia diferente, que leva em conta a variação da dívida dos entes públicos.

Os governos estaduais também registraram superávit no mês de abril de R$ 591 milhões, ante superávit de R$ 3,935 bilhões em abril do ano passado. Já os governos municipais tiveram resultado negativo de R$ 1,967 bilhão em abril deste ano. No mesmo mês de 2023, houve superávit de R$ 106 milhões.

Com isso, no total, os governos regionais - estaduais e municipais - tiveram déficit de R$ 1,377 bilhão em abril de 2024 contra resultado positivo de R$ 4,041 bilhões no mesmo mês do ano passado.

As empresas estatais federais, estaduais e municipais - excluídas dos grupos Petrobras e Eletrobras - tiveram déficit primário de R$ 698 milhões em abril, contra déficit de R$ 602 milhões no mesmo mês de 2023.

Juros - Os gastos com juros ficaram em R$ 76,326 bilhões em abril deste ano, um aumento significativo em relação aos R$ 45,753 bilhões registrados em abril de 2023. De março para abril de 2024, também houve alta significativa. No terceiro mês do ano, os gastos com juros foram R$ 64,158 bilhões.

De acordo com o BC, não é comum a conta de juros apresentar grandes variações, especialmente negativas, já que os juros são apropriados por competências, mês a mês. Mas nesse resultado, há os efeitos das operações do Banco Central no mercado de câmbio (*swap* cambial, que é a venda de dólares no mercado futuro) que, nesse caso, contribuíram para a piora da conta de juros em abril. Os resultados dessas operações são transferidos para o pagamento dos juros da dívida pública, como receita quando há ganhos e como despesa quando há perdas.

Em abril de 2023, a conta de *swaps* registrou ganhos de R$ 14,2 bilhões, enquanto no mesmo mês deste ano teve perdas de R$ 11,2 bilhões.

O resultado nominal das contas públicas - formado pelo resultado primário e os gastos com juros - mais que dobrou na comparação interanual. No mês de abril, o déficit nominal ficou em R$ 69,638 bilhões contra o resultado negativo de R$ 25,428 bilhões em igual período de 2023.

Em 12 meses encerrados em abril, o setor público acumula déficit R$ 1,042 trilhão, ou 9,41% do PIB. O resultado nominal é levado em conta pelas agências de classificação de risco ao analisar o endividamento de um país, indicador observado por investidores.

Dívida pública - A dívida líquida do setor público - balanço entre o total de créditos e débitos dos governos federal, estaduais e municipais - chegou a R$ 6,787 trilhões em abril, o que corresponde a 61,2% do PIB. Em março, o percentual da dívida líquida em relação ao PIB estava em 61,1% (R$ 6,741 trilhões).

No mês de abril deste ano, a dívida bruta do governo geral (DBGG) - que contabiliza apenas os passivos dos governos federal, estaduais e municipais - chegou a R$ 8,424 trilhões ou 76%, com aumento em relação ao mês anterior (R$ 8,347 trilhões ou 75,7% do PIB). Assim como o resultado nominal, a dívida bruta é usada para traçar comparações internacionais. **(ABr)**

INFLAÇÃO

IGP-M acelera e sobe 0,89% em maio

Rio de Janeiro - O Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), conhecido como "inflação do aluguel", subiu 0,89% em maio, registrando uma aceleração em relação ao mês anterior, quando apresentou taxa de 0,31%. Com esse resultado, o índice acumula alta de 0,28% no ano e queda de 0,34% nos últimos 12 meses. Em maio de 2023, ele tinha registrado taxa de -1,84% no mês e acumulava queda de 4,47% em 12 meses anteriores. O IGP-M é calculado pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV-Ibre).

Em maio, o Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA) subiu 1,06%, uma expressiva aceleração em relação ao comportamento observado em abril, quando registrou alta de 0,29%. O grupo de Bens Finais variou 0,06% em maio, uma variação superior a taxa de -0,13% registrada no mês anterior.

Esse acréscimo foi impulsionado principalmente pelo subgrupo de alimentos processados, cuja taxa passou de -0,39% para 1,07%, no mesmo intervalo. Além disso, o índice correspondente a bens finais, que exclui os subgrupos de alimentos in natura e combustíveis para consumo, variou de 0,05% em abril para 0,50%.

A taxa do grupo Bens Intermediários subiu 1,03% em maio, intensificando a alta observada no mês anterior, quando registrou 0,72%. O principal fator que influenciou esse movimento foi o subgrupo de materiais e componentes para a manufatura, cuja taxa passou de 0,85% para 1,44%.

O índice de Bens Intermediários (excluindo o subgrupo de combustíveis e lubrificantes para a produção) registrou alta de 1,01% em maio, após variar 0,63% em abril.

O estágio das Matérias-Primas Brutas apresentou uma alta expressiva de 2,15% em maio, na comparação ao mês de abril, quando variou 0,24%. A aceleração deste grupo foi influenciada principalmente por itens chave, tais como o minério de ferro, que inverteu sua taxa de uma queda de -4,78% para uma alta de 8,18%, os bovinos, cuja taxa alterou de -1,37% para 0,43%, e arroz em casca, que passou de -2,71% para 2,74%.

Em contraste, alguns itens tiveram um comportamento oposto, entre os quais se destacam o cacau, que despencou de uma alta de 63,63% para -11,60%; a laranja, que retrocedeu de uma alta de 2,81% para uma queda de -12,20%; e a cana-de-açúcar, que apresentou um novo recuo, passando de -1,09% para -2,33%.

Em maio, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) registrou uma variação de 0,44%, avançando em relação à taxa de 0,32% observada no mês anterior. **(ABr)**

TESOURO DIRETO

Demanda por títulos atinge R$ 5,72 bi

São Luís - As vendas de títulos públicos do Tesouro Direto a pessoas físicas somaram R$ 5,72 bilhões em abril, divulgou na quarta-feira (29) o Tesouro Nacional. As aplicações de até R$ 1 mil representaram 54,2% das operações de investimento no mês. O valor médio por operação foi de R$ 7.924,18. No período, os resgates somaram R$ 3,51 bilhões, resultando em emissão líquida de R$ 2,20 bilhões.

Os títulos mais procurados pelos investidores foram os indexados à inflação, o Tesouro IPCA+, Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais, Tesouro RendA+ e Tesouro Educa+, que somaram R$ 3 bilhões em vendas, o que corresponde a 52,4% do total de títulos vendidos.

Os títulos corrigidos pela Selic (juros básicos da economia) somaram 38,6% das vendas, totalizando R$ 2,2 bilhões, enquanto os títulos prefixados, o Tesouro Prefixado e o Tesouro Prefixado com Juros Semestrais, totalizaram R$ 517 milhões, 9% do total.

Segundo o Tesouro, os destaques ficaram para os novos títulos como o Tesouro RendA+, destinados ao financiamento de aposentadorias com R$ 207,6 milhões em vendas, correspondendo a 3,9% do total, e o Tesouro Educa+, criado em agosto do ano passado e voltado para quem pretende financiar uma poupança para o ensino superior, que somou R$ 62,1 milhões, correspondendo a 1,2% das vendas.

Nos resgates antecipados, predominaram os títulos indexados à taxa Selic, que somaram R$ 2,18 bilhões, equivalente a 62% do total de recompras. Os títulos remunerados por índices de preços, como o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e o Índice Geral de Preços-Mercado (IGP-M) e juros semestrais, totalizaram R$ 978,2 milhões, correspondendo a 27,8% do total. Já os prefixados, somaram R$ 354,3 milhões (10,1%).

Quanto ao prazo, a maior parcela de vendas se concentrou nos títulos com vencimento entre um e cinco anos, que alcançaram 42,2% do total. As aplicações em títulos com vencimento acima de 10 anos representaram 32,8%, enquanto os títulos com vencimento de 5 a 10 anos corresponderam a 25,1% do total.

O estoque total do Tesouro Direto alcançou R$ 136,5 bilhões no fim de abril, aumento de 2,5% em relação ao mês anterior, de R$ 133,3 bilhões.

Os títulos remunerados por índices de preços se mantêm como os mais representativos do estoque, somando R$ 67,2 bilhões, ou 49,2% do total. Na sequência, vêm os títulos indexados à taxa Selic, totalizando R$ 51,1 bilhões (37,4%), e os títulos prefixados, que somaram R$ 18,2 bilhões, com 13,3% do total. A parcela com vencimento em até um ano representou 23,6% do total e somou R$ 32,2 bilhões. **(ABr)**

SERVIÇOS FINANCEIROS

Open Finance pode render R$ 42 bilhões

Só pessoas físicas seriam R$ 28 bi, o restante para crédito pessoal consignado, não consignado e crédito imobiliário

Na terceira edição do "Panorama do mercado de serviços financeiros", a Strategy&, consultoria estratégica da PwC Brasil, projeta que, até 2026, o uso do Open Finance pode render o equivalente a R$ 42 bilhões em negócios para o setor de serviços financeiros no País, considerando pessoas físicas e jurídicas. A análise leva em conta o potencial de receita incremental provido por produtos de crédito.

Só para Pessoas Físicas, seriam R$ 28 bilhões. Nesse espectro, as principais oportunidades são, respectivamente, o crédito pessoal não consignado (R$ 6,8 bilhões), o crédito consignado (R$ 6,7 bilhões) e o crédito imobiliário (R$ 4 bilhões) - soma que representa R$ 17,5 bilhões.

O Open Finance também pode ajudar a mitigar a inadimplência bancária. Até outubro de 2023, o saldo total de crédito no Brasil era de R$ 5,6 trilhões, enquanto a inadimplência estava em R$ 191 bilhões (3,42%). Hoje, as IFs se esforçam para implementar algoritmos e rotinas de avaliação mais precisos para ponderar os riscos dos clientes, uma vez que, a cada 1% de redução da inadimplência bancária, a instituição financeira pode deixar de perder potencialmente R$ 56 bilhões.

"O Open Finance fornece diversas oportunidades para as IFs se tornarem mais eficientes", afirma Eliseu Tudisco, sócio da Strategy&. "Alguns exemplos são análise de crédito com visibilidade holística dos clientes, identificação antecipada de riscos, velocidade na renegociação de dívidas e identificação de dificuldades financeiras, além de oferta de crédito personalizado com limite adaptativo", comenta.

Tecnologia como aliada - Existe a necessidade de uma série de tecnologias e ferramentas para viabilizar o Open Finance - entre elas as APIs (Application Programming Interfaces), que fazem parte de um bloco fundamental para tráfego seguro de informação na plataforma, assim como a computação em nuvem. Além dessas, outras terão o papel de somar funcionalidades, como a inteligência artificial e o *blockchain*.

Essa característica do Open Finance oferece oportunidades às *big techs*, que demonstram interesse em atuar nesse mercado. A união entre dados financeiros e informações comportamentais monitoradas em suas plataformas poderá se tornar uma fonte de vantagem competitiva.

Para grandes bancos, o Open Finance pode significar competir em um mercado com menor assimetria de acesso a informações, uma vez que o acesso aos dados se torna transparente e disseminado. Assim, a corrida por ser o banco principal do cliente se transforma, enquanto novos produtos e oportunidades se apresentam ao mesmo tempo que novos competidores e modelos de negócios. Para pequenos bancos e fintechs, surgem grandes chances e desafios, pois suas estruturas enxutas permitem agir com velocidade e promover disrupções no mercado como um todo.

Agenda do Banco Central - O conceito de Open Finance se traduz como uma jornada de compartilhamento de dados, conduzida pelo Banco Central do Brasil (Bacen), que almeja entregar o controle dos dados aos clientes para que eles detenham maior poder de escolha no momento de contratar serviços financeiros.

O Open Finance faz parte de um ecossistema robusto que conta hoje com o Pix e, no futuro, o Drex, tecnologias que estão e continuarão revolucionando o dia a dia dos consumidores no País. O principal pilar desenvolvido dentro da agenda do Banco Central é a competitividade. Em conjunto, as três plataformas se reforçam para incentivar a inovação no setor, por meio de novos produtos e soluções.

A agenda do Bacen tem sido um sucesso, principalmente com o Pix, um projeto mais consolidado, embora ainda em evolução. Em 2023, foram realizadas 41,9 bilhões de transações com o Pix, movimentando R$ 17,2 trilhões. Em um futuro próximo, as plataformas em conjunto poderão se transformar em uma estrutura de fomento à inovação, que permitirá agregar dados da vida financeira dos clientes ao mesmo tempo que insere ferramentas de inteligência artificial (IA) para promover indicações e alavancar a educação financeira.

DIVULGAÇÃO/STRATEGY&

O Open Finance faz parte de um ecossistema robusto que conta hoje com o Pix e, no futuro, o Drex, tecnologias que estão e continuarão revolucionando o dia a dia dos consumidores no País. O principal pilar desenvolvido dentro da agenda do Banco Central é a competitividade

Indicadores Econômicos

Dólar

		29/05/2024	28/05/2024	27/05/2024
COMERCIAL*	COMPRA	R$ 5,2080	R$ 5,1540	R$ 5,1710
	VENDA	R$ 5,2080	R$ 5,1530	R$ 5,1710
PTAX (BC)	COMPRA	R$ 5,1966	R$ 5,1532	R$ 5,1698
	VENDA	R$ 5,1972	R$ 5,1538	R$ 5,1704
TURISMO*	COMPRA	R$ 5,2320	R$ 5,1700	R$ 5,1970
	VENDA	R$ 5,4120	R$ 5,3500	R$ 5,3770

Fonte: BC

Ouro

	29/05/2024	28/05/2024	27/05/2024
Nova Iorque (onça-troy)	US$ 2.338,59	US$ 2.361,16	US$ 2.351,66
BM&F-SP (g)	R$ 390,72	R$ 390,98	R$ 391,05

Fonte: Gold Price

Taxas Selic

	Tributos Federais (%)	Meta da Taxa a.a. (%)
Maio	1,12	13,75
Junho	1,07	13,75
Julho	1,07	13,75
Agosto	1,14	13,25
Setembro	0,97	12,75
Outubro	1,00	12,75
Novembro	0,92	12,25
Dezembro	0,89	11,75
Janeiro	0,97	11,75
Fevereiro	0,80	11,25
Março	0,83	10,75
Abril	0,89	10,75

Reservas Internacionais

27/05.. US$ 355.573 milhões

Fonte: BCB-DSTAT

Imposto de Renda

Base de Cálculo (R$)	Alíquota (%)	Parcela a deduzir (R$)
Até 2.112,00	Isento	Isento
De 2.112,01 até 2.826,65	7,5	158,40
De 2.826,66 até 3.751,05	15	370,40
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	651,73
Acima de 4.664,68	27,5	884,96

Deduções:

a) R$ 189,59 por dependente (sem limite).
b) Faixa adicional de R$ 1.903,98 para aposentados, pensionistas e transferidos para a reserva remunerada com mais de 65 anos.
c) Contribuição previdenciária.
d) Pensão alimentícia.

Limite mensal de desconto simplificado: R$ 528,00
Medida Provisória nº 1.171, de 30 de abril de 2023
Obs: Para calcular o valor a pagar, aplique a alíquota e, em seguida, a parcela a deduzir.
Fonte: https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/meu-imposto-de--renda/tabelas/2023 - **A partir de maio de 2023.**

Inflação

Índices	Maio	Junho	Julho	Agosto	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Março	Abril	No ano	12 meses
IGP-M (FGV)	-1,84%	-1,93%	-0,72%	-0,14%	0,37%	0,50%	0,59%	0,74%	0,07%	-0,52%	-0,47%	0,31%	-0,60%	-3,04%
IPC-Fipe	0,20%	-0,03%	-0,14%	-0,20%	0,29%	0,30%	0,43%	0,38%	0,46%	0,46%	0,26%	0,33%	1,51%	2,77%
IGP-DI (FGV)	-2,33%	-1,45%	-0,40%	0,05%	0,45%	0,51%	0,50%	0,64%	-0,27%	-0,41%	-0,30%	0,72%	-0,26%	-2,32%
INPC-IBGE	0,36%	-0,10%	-0,09%	0,20%	0,11%	0,12%	0,10%	0,55%	0,57%	0,81%	0,19%	0,37%	1,95%	3,23%
IPCA-IBGE	0,23%	-0,08%	0,12%	0,23%	0,26%	0,24%	0,28%	0,56%	0,42%	0,83%	0,16%	0,38%	1,80%	3,69%
IPCA-IPEAD	0,44%	0,35%	-0,22%	-0,30%	0,80%	0,46%	0,30%	0,77%	2,12%	0,24%	0,52%	0,24%	3,14%	5,85%

Salário/CUB/UPC/Ufemg/TJLP

	Maio	Junho	Julho	Agosto	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Março	Abril
Salário	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00
CUB-MG* (%)	0,10	-0,05	-0,18	0,05	0,13	0,29	0,14	0,07	0,03	0,88	0,75	0,39
UPC (R$)	24,06	24,06	24,17	24,17	24,17	24,29	24,29	24,29	24,35	24,35	24,35	24,08
UFEMG (R$)	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797
TJLP (&a.a.)	7,28	7,28	7,00	7,00	7,00	6,55	6,55	6,55	6,53	6,53	6,53	6,67

***Fonte:** Sinduscon-MG

Taxas de câmbio

MOEDA/PAÍS	CÓDIGO	COMPRA	VENDA
BOLIVIANO/BOLIVIA	30	0,7413	0,7576
COLON/COSTA RICA	35	0,3535	0,356
COLON/EL SALVADOR	40	0,009955	0,009998
COROA DINAMARQUESA	55	0,753	0,7532
COROA ISLND/ISLAN	60	0,0376	0,03766
COROA NORUEGUESA	65	0,4909	0,4911
COROA SUECA	70	0,4871	0,4873
COROA TCHECA	75	0,227	0,2271
DINAR ARGELINO	90	0,07586	0,07604
DINAR/KWAIT	95	0,03842	0,0387
DINAR/BAHREIN	100	16,927	16,9345
DINAR/IRAQUE	115	0,003964	0,00397
DINAR/JORDANIA	125	7,3192	7,3407
DINAR SERVIO	133	0,04796	0,04801
DIRHAM/EMIR.ARABE	145	1,4146	1,4152
DOLAR AUSTRALIANO	150	3,4386	3,44
DOLAR/BAHAMAS	155	5,1966	5,1972
DOLAR/BERMUDAS	160	5,1966	5,1972
DOLAR CANADENSE	165	3,7909	3,7927
DOLAR DA GUIANA	170	0,02469	0,02499
DOLAR CAYMAN	190	6,2235	6,2996
DOLAR CINGAPURA	195	3,8434	3,8461
DOLAR HONG KONG	205	0,6651	0,6652
DOLAR CARIBE ORIENTAL	210	0,7613	0,7703
DOLAR DOS EUA	220	5,1966	5,1972
FORINT/HUNGRIA	345	0,01448	0,01448
FRANCO SUICO	425	5,6874	5,6906
GUARANI/PARAGUAI	450	0,0006879	0,0006892
IENE	470	0,03297	0,03298
LIBRA/EGITO	535	0,1097	0,11
LIBRA ESTERLINA	540	6,6049	6,6077
LIBRA/LIBANO	560	0,000058	0,0000581
LIBRA/SIRIA, REP	575	0,0003996	0,0003998
NOVO DOLAR/TAIWAN	640	0,1604	0,1605
LIRA TURCA	642	0,161	0,1611
NOVO SOL/PERU	660	1,3817	1,3832
PESO ARGENTINO	665	0,06231	0,06234
PESO CHILE	715	0,005716	0,005719
PESO/COLOMBIA	720	0,001344	0,001345
PESO/CUBA	725	0,2165	0,2166
PESO/REP. DOMINIC	730	0,08768	0,08827
PESO/FILIPINAS	735	0,08886	0,0889
PESO/MEXICO	741	0,3066	0,3068
PESO/URUGUAIO	745	0,1348	0,1349
QUETZEL/GUATEMALA	770	0,6681	0,6697
RANDE/AFRICA SUL	775	0,002467	0,002482
RENMIMBI IUAN	795	0,7168	0,7169
RENMINBI HONG KONG	796	0,7144	0,7145
RIAL/CATAR	800	1,4253	1,4262
RIAL/OMA	805	13,4942	13,4992
RIAL/IEMEN	810	0,02075	0,02079
RIAL/IRAN, REP	815	0,0001237	0,0001237
RIAL/ARAB SAUDITA	820	1,3855	1,3857
RINGGIT/MALASIA	828	1,1045	1,1053
RUBLO/RUSSIA	830	0,05801	0,05802
RUPIA/INDIA	860	0,06232	0,06237
RUPIA/INDONESIA	865	0,0003215	0,0003217
RUPIA/PAQUISTAO	870	0,3353	0,337
SHEKEL/ISRAEL	880	1,4014	1,4023
WON COREIA SUL	930	0,003794	0,003796
ZLOTY/POLONIA	975	1,3137	1,3143
EURO	978	5,6175	5,6187

Fonte: Banco Central / Thomson Reuters

Contribuição ao INSS

TABELA DE CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DE DE 01/01/2024

Tabela de contribuição dos segurados empregados, inclusive o doméstico, e trabalhador avulso

Salário de contribuição (R$)	Alíquota (%)
Até R$ 1.412,00	7,50
De R$ 1.412,01 até R$ 2.666,68	9,00
De R$ 2.666,69 até R$ 4.000,03	12,00
De R$ 4.000,04 até R$ 7.786,02	14,00

CONTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS AUTÔNOMOS, EMPRESÁRIO E FACULTATIVO

Salário base (R$)	Alíquota %	Contribuição (R$)
1.412,00	5 (*)	70,60
1.412,00	11 (**)	155,32
1.412,01 até 7.786,02	20	Entre 282,40 (salário mínimo) e 1.557,20 (teto)

*Alíquota exclusiva do Facultativo Baixa Renda;
**Alíquota exclusiva do Plano Simplificado de Previdência;

COTAS DE SALÁRIO FAMÍLIA

	Remuneração	Valor unitário da quota
A Partir de 01/01/2024		
(Portaria ME 914/2020)	Até R$ 1.819,26	R$ 62,04

Fonte: Tabelas INSS e SF: Portaria Interministerial MTP/ME nº 12, de 17 de Janeiro de 2022

FGTS

Índices de rendimento (Coeficientes de JAM Mensal)

Competência do Depósito	Crédito	3% *	6%
Janeiro/2024	Março/2024	0,2545	0,4946
Fevereiro/2024	Abril/2024	0,2798	0,2798

* Taxa que deverá ser usada para atualizar o saldo do FGTS no sistema de Folha de Pagamento.

Fonte: Caixa Econômica Federal

Seguros

11/05	0,01363674	3,04373786
12/05	0,01363674	3,04373786
13/05	0,01363674	3,04373786
14/05	0,01363713	3,04382412
15/05	0,01363766	3,04394351
16/05	0,01363821	3,04406580
17/05	0,01363860	3,04415260
18/05	0,01363867	3,04416878
19/05	0,01363867	3,04416878
20/05	0,01363867	3,04416878
21/05	0,01363892	3,04422403
22/05	0,01363933	3,04431475
23/05	0,01363972	3,04440243
24/05	0,01364013	3,04449330
25/05	0,01364019	3,04450740
26/05	0,01364019	3,04450740
27/05	0,01364019	3,04450740
28/05	0,01364043	3,04456067
29/05	0,01364082	3,04464922
30/05	0,01364117	3,04472715
31/05	0,01364117	3,04472715

Fonte: Fenaseg

TBF

15/05 a 15/06	0,7951
16/05 a 16/06	0,7648
17/05 a 17/06	0,7288
18/05 a 18/06	0,7285
19/05 a 19/06	0,7651
20/05 a 20/06	0,8017
21/05 a 21/06	0,8028
22/05 a 22/06	0,8010
23/05 a 23/06	0,7644
24/05 a 24/06	0,7297
25/05 a 25/06	0,7319
26/05 a 26/06	0,7687
27/05 a 27/06	0,8054
28/05 a 28/06	0,8015

Aluguéis

Fator de correção anual residencial e comercial

IPCA (IBGE)	
Abril	1,0369
IGP-DI (FGV)	
Abril	0,9768
IGP-M (FGV)	
Abril	0,9696

TR/Poupança

21/04 a 21/05	0,0363	0,5365
22/04 a 22/05	0,0626	0,5629
23/04 a 23/05	0,0605	0,5608
24/04 a 24/05	0,0627	0,5630
25/04 a 25/05	0,0621	0,5624
26/04 a 26/05	0,0365	0,5367
27/04 a 27/05	0,0088	0,5088
28/04 a 28/05	0,0350	0,5352
01/05 a 01/06	0,0870	0,5874
02/05 a 02/06	0,0870	0,5874
03/05 a 03/06	0,0521	0,5524
04/05 a 04/06	0,0487	0,5489
05/05 a 05/06	0,0844	0,5848
06/05 a 06/06	0,1103	0,6109
07/05 a 07/06	0,1082	0,6087
08/05 a 08/06	0,1060	0,6065
09/05 a 09/06	0,0834	0,5838
10/05 a 10/06	0,0488	0,5490
11/05 a 11/06	0,0342	0,5344
12/05 a 12/06	0,0604	0,5607
13/05 a 13/06	0,0865	0,5869
14/05 a 14/06	0,0885	0,5889
15/05 a 15/06	0,1143	0,6149
16/05 a 16/06	0,0643	0,5646
17/05 a 17/06	0,0385	0,5387
18/05 a 18/06	0,0382	0,5384
19/05 a 19/06	0,0646	0,5649
20/05 a 20/06	0,0911	0,5916
21/05 a 21/06	0,0921	0,5926
22/05 a 22/06	0,0904	0,5909
23/05 a 23/06	0,0640	0,5643
24/05 a 24/06	0,0394	0,5396
25/05 a 25/06	0,0416	0,5418
26/05 a 26/06	0,0682	0,5685
27/05 a 27/06	0,0947	0,5952
28/05 a 28/06	0,0909	0,5914

Agenda Federal

sage

Dia 31

Cofins/PIS-Pasep - Retenção na Fonte - Autopeças - Recolhimento da Cofins e do PIS-Pasep retidos na fonte sobre remunerações pagas por pessoas jurídicas referentes à aquisição de autopeças (art. 3º, § 5º, da Lei nº 10.485/2002, com a nova redação dada pelo art. 42 da Lei nº 11.196/2005) no período de 1º a 15.05.2024. Darf Comum (2 vias)

IRPJ - Apuração mensal - Pagamento do Imposto de Renda devido no mês de abril/2024 pelas pessoas jurídicas que optaram pelo pagamento mensal do imposto por estimativa (art. 5º da Lei nº 9.430/1996). Darf Comum (2 vias)

IRPJ - Apuração trimestral - Pagamento da 2ª quota do Imposto de Renda devido no 1º trimestre de 2024, pelas pessoas jurídicas submetidas à apuração trimestral com base no lucro real, presumido ou arbitrado, acrescida de 1% de juros (art. 5º da Lei nº 9.430/1996). Darf Comum (2 vias)

IRPJ - Renda variável - Pagamento do Imposto de Renda devido sobre ganhos líquidos auferidos no mês de abril/2024, por pessoas jurídicas, inclusive as isentas, em operações realizadas em bolsas de valores de mercadorias, de futuros e assemelhadas, bem como em alienações de ouro, ativo financeiro, e de participações societárias, fora de bolsa (art. 923 do RIR/2018). Darf Comum (2 vias)

IRPJ/Simples Nacional - Ganho de Capital na alienação de Ativos - Pagamento do Imposto de Renda devido pelas empresas optantes pelo Simples Nacional incidente sobre ganhos de capital (lucros) obtidos na alienação de ativos no mês de abril/2024 (art. 5º, § 6º, da Instrução Normativa SRF nº 608/2006) - Cód. Darf 0507. Darf Comum (2 vias)

IRPF - Carnê-leão - Pagamento do Imposto de Renda devido por pessoas físicas sobre rendimentos recebidos de outras pessoas físicas ou de fontes do exterior no mês de abril/2024 (art. 915 do RIR/2018) - Cód. Darf 0190.
Darf Comum (2 vias)

IRPF - Lucro na alienação de bens ou direitos - Pagamento, por pessoa física residente ou domiciliada no Brasil, do Imposto de Renda devido sobre ganhos de capital (lucros) percebidos no mês de abril/2024 provenientes de (art. 915 do RIR/2018): a) alienação de bens ou direitos adquiridos em moeda nacional - Cód. Darf 4600; b) alienação de bens ou direitos ou liquidação ou resgate de aplicações financeiras, adquiridos em moeda estrangeira - Cód. Darf 8523. Darf Comum (2 vias)

IRPF - Renda variável - Pagamento do Imposto de Renda devido por pessoas físicas sobre ganhos líquidos auferidos em operações realizadas em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhados, bem como em alienação de ouro, ativo financeiro, fora de bolsa, no mês de abril/2024 (art. 915 do RIR/2018) - Cód. Darf 6015. Darf Comum (2 vias)

CSL - Apuração mensal - Pagamento da Contribuição Social sobre o Lucro devida, no mês de abril/2024, pelas pessoas jurídicas que optaram pelo pagamento mensal do IRPJ por estimativa (art. 28 da Lei nº 9.430/1996). Darf Comum (2 vias)

CSL - Apuração trimestral - Pagamento da 2ª quota da Contribuição Social sobre o Lucro devida no 1º trimestre de 2024 pelas pessoas jurídicas submetidas à apuração trimestral do IRPJ com base no lucro real, presumido ou arbitrado, acrescida de 1% de juros (art. 28 da Lei nº 9.430/1996). Darf Comum (2 vias)

Refis/Paes - Pagamento pelas pessoas jurídicas optantes pelo Programa de Recuperação Fiscal (Refis), conforme Lei nº 9.964/2000; e pelas pessoas físicas e jurídicas optantes pelo Parcelamento Especial (Paes) da parcela mensal, acrescida de juros pela TJLP, conforme Lei nº 10.684/2003. Darf Comum (2 vias)

Refis - Pagamento pelas pessoas jurídicas optantes pelo Programa de Recuperação Fiscal (Refis), conforme Lei nº 11.941/2009. Darf Comum (2 vias)

Previdência Social (INSS) - Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro - Profut (Parcelamento de débitos junto à RFB e à PGFN) - Pagamento da parcela mensal, acrescida de juros da Selic e de 1% do mês de pagamento, decorrente do parcelamento de débitos das entidades desportivas profissionais de futebol, nos termos da Lei nº 13.155/2015 e da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.340/2015. Nota: A Resolução CC/FGTS nº 788/2015, a Circular Caixa nº 697/2015 e a Portaria Conjunta PGFN/MTPS nº 1/2015 estabelecem normas para parcelamento de débito de contribuições devidas ao FGTS, inclusive das contribuições da Lei Complementar nº 110/2001, no âmbito do Profut. GRF/GRDE/Darf, conforme o caso (2 vias)

VARIEDADES

variedades@diariodocomercio.com.br

"Comida de Frio" vai esquentar Minas Junina

LEO BICALHO / SECULT

LEO BICALHO / SECULT

Em mais uma ação que ressalta Minas Gerais como um dos principais destinos do País, líder em movimentação turística e palco de tradicionais eventos juninos, o governo do Estado lançou, nesta quarta-feira (29), a segunda edição do Minas Junina, que vai ser entre 1º de junho e 31 de julho. O evento terá cerca de 450 ações em 300 municípios do Estado – o que representa crescimento de 20% em relação ao ano passado. A expectativa é que a movimentação turística alcance 3 milhões de pessoas este ano. No Minas Junina de 2023, 2,6 milhões de turistas viajaram pelo Estado nesse período, segundo dados do Observatório do Turismo.

O Minas Junina 2024, cujo lançamento no Prédio Verde do Iepha, na Praça da Liberdade, contou com a apresentação do grupo de quadrilha Sangê Minas, terá "Comida de Frio" como tema. É uma maneira de promover e valorizar a cozinha mineira típica das festas juninas, como os derivados de milho e mandioca - reconhecidos como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado de Minas Gerais em julho de 2023 - e o quentão, feito com cachaça - outro Patrimônio Cultural do Estado. O evento é realizado pela Secretaria de Estado de Cultura e Turismo (Secult) em parceria com a Rede Estadual de Gestores Municipais de Cultura e Turismo, Federação dos Circuitos Turísticos de Minas Gerais (Fecitur) e Associação das Cidades Históricas de Minas Gerais.

Com música, dança, pratos típicos, folclore e decoração, as festas juninas têm longa tradição e fazem parte da cultura de Minas Gerais. Em muitos municípios, esses eventos se misturam às manifestações de fé, como procissões, festas do Santíssimo Sacramento e hasteamento de bandeiras em mastros próximos a igrejas, já que o período é dedicado aos santos Antônio, João e Pedro.

Festas em BH e no interior

- Em Belo Horizonte, a festa será realizada no Palácio da Liberdade. Entre os dias 28 e 30 de junho, o histórico edifício e seus jardins, iluminados e decorados especialmente para o evento, sediará a segunda edição do Arraiá da Liberdade, que terá uma extensa programação cultural, artística e gratuita com muita música, comidas típicas, brincadeiras juninas, Cozinha Viva, espaços instagramáveis, quadrilhas e espetáculos infantis.

Miraí, na Zona da Mata, promoverá seu 1º Circuito Junino, com a participação de diversas escolas municipais. Festas e quadrilhas em várias instituições de ensino também estão na programação do Festival Junino de Novo Cruzeiro, no Alto Jequitinhonha. Reacendendo a Fogueira – Festival de Quadrilhas, em Salinas, no Norte de Minas; o 34º Arraiá do Zé Bagunça, em Bueno Brandão, no Sul do estado, e o JuliFest 2024, em Itabirito, na região Central, vão fomentar a economia da criatividade e celebrar a cultura junina de Minas Gerais. Cidades como Itaúna, Serra da Saudade, Bom Despacho, Peçanha, Estiva, Itanhandu, Simão Pereira, Guaxupé e Resplendor também já cadastraram seus eventos.

O secretário de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais, Leônidas de Oliveira, diz que o Minas Junina representa a consolidação do Estado "como um destino para a temporada de frio, um destino de manifestação da cultura popular que, em terras mineiras, tem características muito próprias nessa junção da fogueira, dos povos indígenas, da cultura negra e também dessa cozinha estritamente híbrida".

"Estamos no caminho certo de promover Minas Gerais como foco no desenvolvimento da economia da criatividade, gerando cada vez mais postos de trabalho e, consequentemente, mais renda e mais qualidade de vida. Só no período das festas juninas, esperamos um crescimento de 20% em relação aos números do ano passado. Estamos ainda mais preparados para alcançar esse crescimento", destaca a secretária-adjunta, Josiane de Souza. **(Com informações da Secult)**

DIVULGAÇÃO / GUNGA MINAS FESTIVAL

Gunga Minas Festival

Prepare-se para o feriado prolongado com uma boa programação cultural. A primeira edição do Gunga Minas Festival, que vai até o dia 2 de junho (domingo) - a programação começou nesta quinta (29) -, promove a valorização das guardas de Congo e Moçambique mineiros e celebra a cultura popular brasileira com uma programação diversa. Patrocinado pelo Instituto Cultural Vale, via Lei Federal de Incentivo à Cultura, o projeto passará pelas cidades de Belo Horizonte, Brumadinho e Ouro Preto. Moçambique de Nossa Senhora do Rosário dos Quilombos de Sapé e Marinhos, Congo de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia de Ouro Preto, Velha Guarda Musical do Salgueiro, Maira Baldaia, Trio Nordestino e o Maracatu Estrela de Ouro de Aliança e Teatro de Bonecos estão entre as atrações do festival. "O Gunga Minas Festival é fruto de várias rodas de conversa durante a realização do projeto Maracacongo, realizado em dez cidades mineiras e pernambucanas, durante os debates, os mestres e mestras do Congo e Moçambique falaram da importância da realização de um festival", destaca o curador e produtor executivo do projeto, Afonso Oliveira. A programação completa pode ser conferida no perfil do Instagram: *@gungaminasfestival.*

TIM leva Breve Festival a Uberlândia

A TIM será a principal patrocinadora de uma edição do Breve Festival em Uberlândia, no Triângulo Mineiro, no mês de setembro, além de outra edição do festival em Belo Horizonte, em outubro. A diretora de Advertising e Branding da empresa, Camila Ribeiro, afirma que o patrocínio está dentro da estratégia da empresa de investir em atrações de variados estilos da música brasileira, com o objetivo de transmitir valores como diversidade, liberdade e inclusão. "A música está no DNA da TIM. A gente hoje é uma marca que quando você pergunta para o consumidor, ele entende que a música faz parte do que a gente é", disse a diretora, durante o TIM Music Rio, o maior festival de música gratuito do País, que acontece na Praia de Copacabana. O primeiro fim de semana de evento contou com apresentações de Marina Sena, Baco Exu do Blues, Gloria Groove e os sambistas Diogo Nogueira, Roberta Sá e Marvvilla, em uma homenagem à Beth Carvalho.

Circuito Municipal de Cultura

A Prefeitura de Belo Horizonte lançou edital para a seleção de uma Organização da Sociedade Civil (OSC) que irá atuar como parceira do poder público na realização do Circuito Municipal de Cultura, projeto estratégico desenvolvido pela Secretaria Municipal de Cultura e Fundação Municipal de Cultura, com foco na descentralização, democratização e diversidade cultural. A OSC selecionada atuará no projeto pelo período de 24 meses. O investimento da PBH nas ações e projetos culturais desenvolvidos pelo Circuito Municipal de Cultura será de R$4,9 milhões neste período. As propostas devem ser entregues no período de 2 a 4 de julho de 2024, das 10h às 12h e das 14h às 17h, na sede da Fundação Municipal de Cultura (Av. Augusto de Lima, 30, 4º andar, Centro - Diretoria de Promoção das Artes). O edital completo e seus anexos estão disponíveis para consulta no Portal das Parcerias. A programação do Circuito Municipal de Cultura acontecerá nos equipamentos culturais da FMC, distribuídos em diferentes regiões da cidade.

"O Pequeno Príncipe"

Tem programa emocionante e divertido para criançada neste feriado prolongado. A peça "O Pequeno Príncipe", da Copas Produções Artísticas, retorna ao Teatro Francisco Nunes, na Capital, para única apresentação no domingo (2/6), às 17h. A montagem é uma adaptação da obra do escritor francês Antoine de Saint-Exupéry, publicada pela primeira vez em 1943 e, desde então, considerada um clássico que encanta crianças e adultos. Os ingressos custam R$20 (inteira) e R$10 (meia) e podem ser adquiridos no site *Sympla* ou na bilheteria do teatro, que abre duas horas antes do início do espetáculo. A peça, que integra o programa Diversão em Cena ArcelorMittal, tem uma narrativa poética, trilha sonora original, cenários reais e virtuais e promove uma profunda reflexão sobre valores, sentimentos e virtudes do ser humano.

CineOP: inscrições abertas para oficinas

DIVULGAÇÃO / LEO LARA

A 19ª edição da CineOP – Mostra de Cinema de Ouro Preto será realizada entre os dias 19 e 24 de junho na cidade histórica mineira e já é hora de se programar. O eixo de programação é único no cenário audiovisual do País ao reunir três temáticas: Preservação, História e Educação. Cada uma delas tem uma curadoria responsável, que anualmente propõe reflexões, resgates e perspectivas a partir de filmes, debates, masterclasses, encontros e oficinas. Toda a programação é gratuita e as inscrições já estão abertas.

O CineOP 2024 propõe refletir mais de um século de produção da animação no País e vai prestar homenagem este ano a Alê Abreu, diretor indicado ao Oscar por "O Menino e o Mundo". As temáticas de Preservação e Educação, por exemplo, vão levar a Ouro Preto debates sobre inteligência artificial, tecnologias, além do Plano Nacional de Cinema na Escola.

Durante os seis dias de evento, o público terá a oportunidade de vivenciar um conteúdo inédito, descobrir novas tendências, assistir aos filmes, curtir atrações artísticas, trocar experiências com importantes nomes da cena cultural, do audiovisual, da preservação e da educação, participar do programa de formação e debates temáticos de forma gratuita.

As oficinas da 19ª CineOP - Mostra de cinema de Ouro Preto oferecem a oportunidade do saber e da aprendizagem para que cada um possa trilhar um caminho rumo a um futuro de oportunidades. Para cada uma delas há um número específico de vagas e pré-requisitos. São 250 vagas disponibilizadas para o público a partir de 16 anos. As oficinas têm abordagens e temáticas variadas e participação de renomados profissionais do setor audiovisual e da educação. Direção de arte, conservação, inteligência artificial, animação, narrativas sonoras, infância e cultura digital são alguns dos conteúdos que serão abordados nas atividades. As inscrições estarão abertas até o dia 7 de junho e são feitas pelo seguinte site: *cineop.com.br.*